

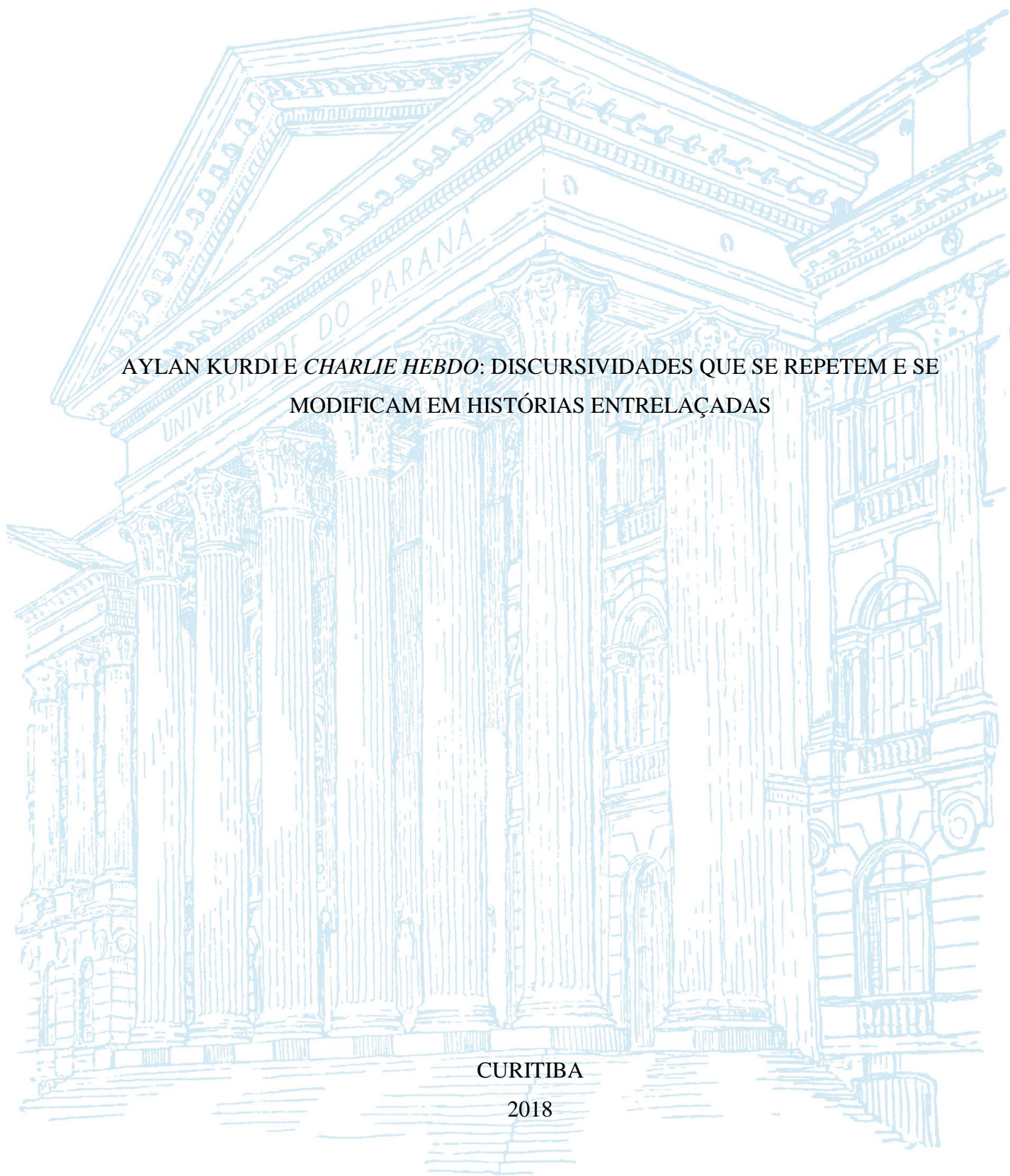
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARILIA MANFREDI GASPAROVIC

AYLAN KURDI E *CHARLIE HEBDO*: DISCURSIVIDADES QUE SE REPETEM E SE  
MODIFICAM EM HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

CURITIBA

2018



MARILIA MANFREDI GASPAROVIC

AYLAN KURDI E *CHARLIE HEBDO*: DISCURSIVIDADES QUE SE REPETEM E SE  
MODIFICAM EM HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras – Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Gesualda de L. dos Santos Rasia

CURITIBA

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca de Ciências Humanas  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584.  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

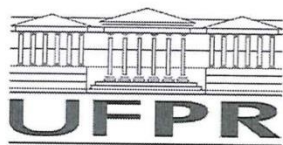
Gasparovic, Marilia Manfredi.

Aylan Kurdi e *Charlie Hebdo* : discursividades que se repetem e  
se modificam em histórias entrelaçadas / Marilia Manfredi  
Gasparovic. – Curitiba, 2018.  
110 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná . Setor  
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.  
Orientadora : Profª Drª Gesualda de L. dos Santos Rasia

1. Análise do discurso. 2. Kurdi, Aylan. 3. Charlie Hebdo (Jornal).  
I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 410




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

## TERMO DE APROVAÇÃO

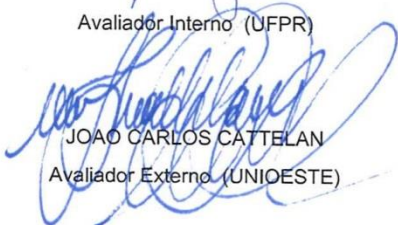
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARILIA MANFREDI GASPAROVIC** intitulada: **Aylan Kurdi e Charlie Hebdo: discursividades que se repetem e se modificam em histórias entrelaçadas**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

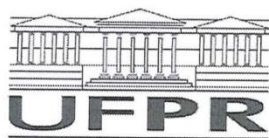
Curitiba, 28 de Março de 2018.

  
GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
LIGIA NEGRI  
Avaliador Interno (UFPR)

  
JOÃO CARLOS CATTELÁN  
Avaliador Externo (UNIOESTE)






MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

ATA Nº848

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS

No dia vinte e oito de março de dois mil e dezoito às 14:00 horas, na sala 1020, R. General Carneiro, nº 460 - Ed. D. Pedro I, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **MARILIA MANFREDI GASPAROVIC** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **Aylan Kurdi e Charlie Hebdo: discursividades que se repetem e se modificam em histórias entrelaçadas**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em LETRAS da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA (UFPR), LIGIA NEGRI (UFPR), JOAO CARLOS CATTELAN (UNIOESTE). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 28 de Março de 2018.

  
GESUALDA DE LOURDES DOS SANTOS RASIA  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
LIGIA NEGRI  
Avaliador Interno (UFPR)

  
JOAO CARLOS CATTELAN  
Avaliador Externo (UNIOESTE)

À minha família, que é a minha base e a razão de qualquer passo.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, porque não há barreiras que não possam ser superadas quando se tem fé.

À minha orientadora, Gesualda de Lourdes Rasia dos Santos, que me guiou pelo Mestrado com carinho e compreensão, sentimentos tantas vezes deixados de lado no universo acadêmico. Sou muito grata pela oportunidade de ter aprendido e convivido com a professora Gesualda, inspiradora como profissional, como mulher, como pessoa.

Aos professores Lígia Negri, João Cattelan e Guida Bittencourt, pela leitura atenta da dissertação e pelas contribuições não só ao trabalho, mas também ao meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

Aos meus pais, a quem eu devo e dedico tudo. Agradeço pelo tão sincero interesse na minha jornada acadêmica, pelo apoio incondicional e por terem me proporcionado tantas oportunidades.

Aos meus irmãos, por me entenderem sempre, me ouvirem, me impulsionarem e por serem meus grandes exemplos.

À Jaqueline Eich, por ter feito de sua casa o meu lar em Curitiba, me amparando em incontáveis momentos e acompanhando toda a minha trajetória durante os dois anos de Mestrado, com todo o apoio que só uma amizade de tanto tempo e de tantas histórias poderia proporcionar.

Ao Marcelo Hickmann, por tantas conversas reconfortantes e por tudo o que o nosso companheirismo significa.

A todos os meus amigos, especialmente aos amigos escoteiros de Curitiba, que entenderam as (muitas) ausências e que tornaram tudo mais leve, divertido e especial.

À Equipe Contelle, não só por toda a compreensão, pelo incentivo, pelas tardes de aprendizado e bom humor, mas especialmente por serem grandes e amados amigos.

À Capes, pela bolsa concedida.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)



## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar, à luz da Análise do Discurso de vertente francesa, o funcionamento do discurso midiático sobre o atentado ao periódico francês *Charlie Hebdo* e sobre a morte do menino sírio Aylan Kurdi, ambos ocorridos em 2015. Considerando que os discursos disseminados midiaticamente sobre os dois casos se repetem, em relação às palavras de ódio e preconceito, e se relacionam, no que tange aos temas que os envolvem, busca-se compreender como se constituem e se cristalizam os sentidos efetivados pelas Sequências Discursivas (SDs) extraídas do *corpus*, o qual é composto por três colunas opinativas que versam sobre os episódios em questão, sendo uma publicada no portal da revista *Veja*, de doutrina neoliberal, e duas publicadas na revista eletrônica *Carta Maior*, um portal de esquerda. O *corpus* também conta com duas charges, cujo tema é a morte do menino sírio, publicadas no próprio *Charlie Hebdo*. No processo analítico, atentamos às relações discursivas e históricas existentes entre a repercussão dos dois casos, bem como às interpretações possíveis de acordo com o viés ideológico, com base nas noções da AD, como formação discursiva (FD), formação imaginária, pré-construído, memória discursiva e condições de produção. Esse *corpus* foi constituído justamente por se tratarem de assuntos polêmicos, de relevância social, atuais e indissociáveis da historicidade e da memória discursiva, unidos, aqui, por um gesto nosso de interpretação, uma vez que os mesmos temas circundam ambos os episódios: imigração, religião, crise de refugiados, liberdade de imprensa e discurso de ódio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso. Discurso de ódio. Aylan Kurdi. *Charlie Hebdo*.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze, in the light of the French school of Discourse Analysis theory, the workings of the media discourse about the attack to the French periodical *Charlie Hebdo* and about the death of the Syrian boy Aylan Kurdi, both occurred in 2015. Considering that the discourses which were disseminated in the media about both cases repeat themselves in regards to their words of hate and prejudice, and that they relate to each other in what concerns the themes involved, the aim is to understand how the senses produced by the Discursive Sequences (DSs) extracted from the *corpus* are constituted and crystallized. The *corpus* comprises three opinionative columns that verse about the mentioned episodes, one having been published in the website of *Veja*, periodical of neoliberal doctrine, and other two published in *Carta Maior*, a left-wing electronic journal. The *corpus* also contains two charges about the death of the boy, published in the very *Charlie Hebdo*. In the analysis process, attention is paid to the discursive and historical relations found in the repercussion of those cases, as well as to the possible interpretations according to the ideological bias, based on DA notions such as discursive formation (DF), imaginary formation, preconstructed, discursive memory and production conditions. This *corpus* was as such constituted considering that the paper's subject is polemical, current, of social relevance and indissociable from historicity and discursive memory. The themes are linked, here, by our own gesture of interpretation, since the same themes circulate both episodes: immigration, religion, refugee crisis, freedom of press and hate speech.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis. Hate speech. Aylan Kurdi. *Charlie Hebdo*.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRELAÇANDO AS NOÇÕES BASILARES DA TEORIA.....</b>	<b>13</b>
1.1	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	14
1.2	SUJEITO E SENTIDO .....	16
1.3	FORMAÇÃO SOCIAL, FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA .....	20
1.4	FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS.....	24
1.5	INTERDISCURSO, MEMÓRIA DISCURSIVA E PRÉ-CONSTRUÍDO .....	27
<b>2</b>	<b>DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO <i>CHARLIE HEBDO</i> À CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA .....</b>	<b>31</b>
2.1	EUROPA E MIGRAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO .....	33
2.2	SOBRE A QUESTÃO DOS REFUGIADOS .....	36
2.3	DISCURSO MIDIÁTICO.....	38
2.4	SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA .....	41
2.5	SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA .....	45
2.6	PRÁTICAS DO ISLAMISMO.....	47
<b>3</b>	<b>DISCURSO: ESPAÇO DE ABRIGO OU (MAIS UM) MOTIVO PARA FUGA? .....</b>	<b>54</b>
3.1	APONTAMENTOS METODOLÓGICOS .....	54
3.2	<i>VEJA</i> : EM PAZ COM A LIBERDADE DE IMPRENSA, EM GUERRA CONTRA OS CHOQUES CULTURAIS .....	57
3.3	<i>CARTA MAIOR</i> : O ATRAVESSAMENTO DE SABERES DO DISCURSO RELIGIOSO E A DEFESA DA CENSURA À MÍDIA.....	73
3.3.1	<i>Je ne suis pas Charlie, eu não sou Charlie</i> : análise das SDs.....	73
3.3.2	<i>O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar e pensar</i> : análise das SDs .....	81

3.4	<i>CHARLIE HEBDO</i> E AYLAN KURDI: RELAÇÕES QUE VÃO ALÉM DO DISCURSO .....	88
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>98</b>
	<b>ANEXO 1 - COLUNAS OPINATIVAS .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

Quanto mais tentamos explicar (e até mesmo compreender) todo o enredo da vida das chamadas *minorias*<sup>1</sup>, como os migrantes, refugiados e muçulmanos, mais as palavras escapam. A incompletude que incorpora o discurso sobre o fluxo migratório, sobre a necessidade de asilo por tantos cidadãos e sobre os fiéis do Islamismo, por exemplo, é vista especialmente naquilo que é disseminado pela mídia. Fala-se sobre números e estatísticas, sobre o que acontece diariamente durante travessias e tentativas de fuga, sobre mortes e tragédias, sobre suspeitas e preconceito. Fala-se muito, mas não é suficiente. Concordamos com Bauman (2003): mesmo quando se fala tudo sobre os mais importantes temas da vida, ainda há muito o que dizer.

Essa incompletude se dá, também, por se falar *sobre*, mas não se ouvir a voz dos próprios migrantes, refugiados e marginalizados. Todos são colocados em um mesmo conjunto, como se houvesse homogeneidade em seus pensamentos, em suas razões, em suas crenças, em suas ideologias. Quando algo chocante ocorre, o mundo para e tenta ouvir aquilo que é abafado constantemente: o *outro*, o estrangeiro, o migrante, o refugiado, o muçulmano, o *diferente*, pois é assim que se vê, muitas vezes, esses grupos sociais. Tenta-se ouvir, mas se escuta apenas aquilo que se quer, o que é conveniente, e logo se esquece, se apaga, se ignora o que foi dito.

Um dos casos recentes com repercussão mundial sobre crise de refugiados foi a morte do garoto sírio, de três anos, Aylan Kurdi, durante sua tentativa de travessia, juntamente com a família, para a Turquia. O garoto foi encontrado sem vida em uma praia no país de destino. A criança e a família fugiram da cidade de Kobane, na Síria, por conta da guerra, mas não sobreviveram à travessia entre a Turquia e a Grécia. Apenas o pai, Abdullah, se salvou. A foto do menino refugiado sírio Aylan Kurdi causou consternação em todo o mundo.

---

<sup>1</sup> As minorias estão relacionadas não apenas a grupos sociais com menor número de cidadãos, mas também a grupos que estão em situação de submissão, dependência e subordinação em relação a outros grupos, se considerados os jogos de forças na sociedade.

FIGURA 01: AYLAN KURDI ENCONTRADO EM PRAIA NA TURQUIA



FOTO: Nilüfer Demir

A imagem de Aylan tornou-se um símbolo do drama vivido pelos refugiados e gerou reflexões sobre o baixo número de países que acolhem os migrantes. Os veículos de comunicação brasileiros também se posicionaram sobre a morte do menino, e o fizeram de forma distinta uns dos outros: enquanto parte deles afirmou se compadecer com a causa dos refugiados e torcer para que países dessem asilo a eles, outros alegaram que a foto gerou uma simulação de compaixão e que a Europa buscava compensar a morte da criança autorizando a entrada de alguns migrantes. Isso se explica por conta das diferentes ideologias que perpassam as linhas editoriais de cada periódico e consequentemente seus discursos.

De forma similar, outro fato que obteve destaque por parte da mídia internacional foi o atentado ao semanário francês *Charlie Hebdo*<sup>2</sup>, em 2015, por envolver a crença muçulmana e discussões acerca da liberdade de imprensa. O periódico, conhecido pela sua linha editorial crítica e sarcástica, publicou, diversas vezes, charges retratando o profeta Maomé pela via do chamado humor ácido, satirizando a religião, o profeta e seus seguidores. As charges foram consideradas ofensivas pelos fiéis muçulmanos, especialmente pelo Estado Islâmico, que revidou invadindo a redação do *Charlie Hebdo* e assassinando os jornalistas responsáveis. O caso tornou-se notícia no mundo inteiro, e os veículos de comunicação e formadores de opinião posicionaram-se, com base em suas inscrições ideológicas, em relação às causas da tragédia: para alguns, os migrantes muçulmanos que passaram a residir na França são os

---

<sup>2</sup> No decorrer do trabalho, será feita uma contextualização sobre o periódico francês *Charlie Hebdo*.



responsáveis, enquanto, para outros, os jornalistas do *Charlie Hebdo* ultrapassaram o limite da liberdade de imprensa, que será discutida no capítulo 2, e desrespeitaram as crenças muçulmanas, disseminando discurso de ódio e preconceito.

Não foi só o Islamismo que se tornou alvo de críticas e piadas do *Charlie Hebdo*: o próprio Aylan Kurdi foi retratado em charges polêmicas pelo periódico, fato que uniu material e historicamente os dois episódios que são foco deste trabalho. O discurso de ódio que envolve a morte do menino sírio, as publicações do *Charlie Hebdo* e a repercussão dos casos no Brasil é o vínculo entre essas histórias aos nossos olhos; por essa razão, foram postos em relação nesta pesquisa. Diante disso, nossa proposta é analisar as relações discursivas estabelecidas entre a morte do menino e o atentado ao semanário francês, à luz da Análise do Discurso de linha francesa. Ressalta-se que as charges publicadas e o ataque ao semanário *Charlie Hebdo* acenam para a discussão de outras questões que circundam religião e imigração, principais temas que envolvem o atentado, pois este não foi um caso isolado.

Serão analisadas, nesta dissertação, duas charges publicadas no periódico *Charlie Hebdo* sobre o menino sírio, bem como sequências discursivas<sup>3</sup> (SDs) retiradas de três colunas opinativas: *O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar e pensar*<sup>4</sup>, escrita por Leonardo Boff e publicada no portal da revista eletrônica *Carta Maior*, que, assim como as charges, também se refere à morte de Aylan; *Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico Charlie Hebdo na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial – e infelizmente deve reforçar o sentimento anti-islâmico e anti-imigrantes na União Europeia*<sup>5</sup>, escrita por Ricardo Setti e publicada no portal da *Veja*; e *Je ne suis pas Charlie*<sup>6</sup>, escrita por Rafo Saldanha e publicada na coluna de Leonardo Boff na *Carta Maior*, as quais comentam o atentado ao semanário francês.

Diante da amplitude dos fatos e de suas repercussões, considerou-se relevante tê-los como objeto de estudo desta pesquisa, considerando que em AD o que interessa é a relação existente entre a ideologia e as condições de produção do discurso e da história (ORLANDI, 2001).

Objetivamos, então, observar e compreender o efeito de sentido gerado a partir das colunas e das charges que constituem o *corpus*, identificando as relações existentes entre a

<sup>3</sup> Esta noção será abordada no terceiro capítulo.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Direitos-Humanos/O-pequenino-afogado-Ayslan-Kurdi-nos-faz-chorar-e-pensar/5/34422>>. Acesso em: 30 out. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ricardosetti.com/ataque-covarde-e-sanguinario-contra-revista-satirica-charlie-hebdo-na-franca-e-o-maior-atentado-contra-a-imprensa-na-europa-desde-a-ii-guerra-mundial-e-privar-os-franceses-de-quatro-genios-do-cartu/>>. Acesso em 30 out. 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Coluna/Je-ne-suis-pas-Charlie-eu-nao-sou-Charlie/32598>>. Acesso em 30 out. 2016.

repercussão midiática da morte do menino Aylan Kurdi e do atentado ao periódico *Charlie Hebdo*, atentando para a reprodução do discurso de ódio, para as condições de produção dos episódios e para as Formações Ideológicas e Discursivas nas quais se inscrevem os discursos das charges e colunas analisadas.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, *Análise do Discurso: entrelaçando as noções basilares da teoria*, apresenta e discute as noções da AD de linha francesa que darão sustentação e embasamento para este trabalho: condições de produção; sujeito e sentido; formação social, ideológica, discursiva e imaginária; interdiscurso, memória discursiva e pré-construído. No segundo capítulo, *Das condições de produção do acontecimento histórico Charlie Hebdo à circulação midiática*, são apresentadas as condições de produção do caso *Charlie Hebdo*, bem como do caso *Aylan Kurdi*. Por conta da amplitude dos episódios e dos temas que os circundam, neste mesmo capítulo são abarcadas brevemente as condições de produção dos fluxos migratórios para a Europa e da questão dos refugiados; o discurso midiático, com ênfase na liberdade de imprensa; a liberdade religiosa e as práticas do Islamismo, temas cuja discussão são indissociáveis do processo analítico a que este trabalho se propôs. No terceiro capítulo, *Discurso: espaço de abrigo ou (mais um) motivo para fuga?*, por fim, estão alocadas as análises do *corpus*, tanto das colunas opinativas publicadas na *Veja* e na *Carta Maior*, quanto das charges publicadas no periódico *Charlie Hebdo*, observando como os episódios se unem pela ordem da língua e da história e como os sentidos se constituem: não buscamos saber *o que* o discurso significa, mas sim *como* significa.

## 1 ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRELAÇANDO AS NOÇÕES BASILARES DA TEORIA

Imigração, religião, liberdade de imprensa, crise de refugiados e discurso de ódio são temas complexos e de considerável implicação social. Por esta razão, acreditamos que a Análise do Discurso de orientação francesa é adequada e condizente à proposta deste trabalho, já que a teoria, a qual é um vértice entre tantas áreas de conhecimento, possibilita a compreensão de como são produzidos e reproduzidos discursos, bem como constituídos, disseminados e silenciados os sentidos diante de cenários como os já apresentados.

A AD, disciplina de entremeio, de acordo com Orlandi (2009, p. 26), “visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Considerando que o discurso é materializado pela língua, mas permeado por fatores históricos, ideológicos e sociais, para que o analista possa alcançar o objetivo proposto pela teoria, é necessário que antes compreendamos suas noções basilares.

Em AD, o sentido não é algo pronto e acabado, nem mesmo uma possibilidade única. De um mesmo enunciado, é possível apreender múltiplos - porém, finitos e restritos - efeitos de sentido, de acordo com a formação discursiva (doravante, FD) de quem enuncia, assim como de quem entra em contato com o dizer. Vale ressaltar que falar em AD é falar em teoria de interpretação, justamente pelo fato de os sentidos serem uma questão relativamente aberta, como colocado por Orlandi (2001), e inseparáveis da história: “o sentido é história, e o sujeito se faz (se significa) na historicidade em que está inscrito” (ORLANDI, 2001, p. 44).

O discurso, objeto da AD, é a materialização entre o ideológico e o linguístico, o que desperta a necessidade de uma análise ampla, contextualizada. De acordo com Orlandi (2011, p. 117),

do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Assim, para que seja possível entender como o discurso se relaciona com outros discursos, bem como com quem os dissemina e com quem os recebe, é necessário discutir algumas noções que serão acionadas no processo analítico deste trabalho.

## 1.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Em AD, pensar em condições de produção não significa apenas abarcar o entorno imediato de um acontecimento, nem mesmo apenas o histórico, mas sim considerar a inscrição do sujeito, as instâncias ideológicas e as relações discursivas do processo de produção dos dizeres, isto é, são vários os fatores envolvidos no processo. Nesse sentido, fazem parte das condições de produção não só o cenário imediato, o “agora” do dizer, mas também a conjuntura sócio-histórica, que engloba o interdiscurso e a memória discursiva.

Quando definidas por Pêcheux (1997, p. 81), as condições de produção foram vistas como “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, tanto por parte do locutor quanto do interlocutor. Durante a revisão do conceito de condições de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 1975), elas passaram a ser entendidas como afetadas pelo histórico.

Além disso, o autor propôs que o sujeito fosse visto como afetado pelo já-dito e pelo Outro, o que demonstrava e confirmava a heterogeneidade de qualquer enunciado disseminado.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política (PÊCHEUX, 1997, p. 79).

Assim, as condições de produção, sendo as circunstâncias em que o discurso é produzido, são uma junção entre o jogo de imagens entre interlocutores e todo o enredo histórico que envolve o discurso, assim como brevemente apresentado por Orlandi (2009, p. 30): “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Em complemento, Orlandi (2009, p. 39) ainda aponta que as condições de produção, as quais constituem o discurso, funcionam de acordo com determinados fatores:

Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso (ORLANDI, 2009, p. 39).

Diante disso, não se pode considerar um discurso como *isolado*, visto que sua produção está associada a tantos outros já disseminados e enraizados socialmente por meio da memória discursiva. Se um discurso é produzido de forma tal, é porque outras circunstâncias discursivas, trançadas na mesma rede, estão diretamente relacionadas a ele.

Em relação às discursividades analisadas por este trabalho, sobre o atentado ao semanário francês e à morte do menino sírio, pode-se observar a associação com tantos outros já-ditos, considerando que são episódios e situações conhecidas há tempos, crises históricas que se transformam, mas não apresentam um fim definitivo. Ou seja, os discursos (re)produzidos não se originaram no momento em que foram disseminados pelos meios de comunicação, pois a origem do dizer não está no sujeito nem mesmo naquilo que foi dito, antes, ali se constituem como lugar de reverberação ou mesmo de transformação.

Em outras palavras, as condições de produção englobam as tensões e relações entre os já-ditos e os “a-dizer”. A AD, então, leva em consideração a relação entre sujeito e língua, bem como as situações em que se (re)produz os dizeres. Neste sentido, “o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (ORLANDI, 2009, p. 16).

Não são critérios puramente linguísticos ou apenas históricos que são abraçados pelas condições de produção. A noção é basilar justamente por ser ampla. De certa forma, a noção de condições de produção de um discurso

pode apresentar certas ambiguidades: parece, efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma ‘situação concreta’ que conduz à ‘produção’, no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo na superfície linguística de um discurso empírico concreto (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 182).

Há também outros pontos-chave que se entrelaçam às condições de produção: as relações de força/poder, que, de acordo com Orlandi (2006), são constitutivas de como as condições de produção do discurso são estabelecidas, pois o lugar social do qual o sujeito fala pode ter diferentes representações, de acordo com o contexto ideológico e social, isto é: se o sujeito fala enquanto professor, pai, governante, migrante ou jogador de futebol. Esse lugar

ocupado pelo sujeito é significativo na relação entre interlocutores e na constituição dos efeitos de sentido e será discutido em tópico posterior, assim como a noção de formações imaginárias, citada logo abaixo (ORLANDI, 1998).

As condições de produção abrangem mudanças de paradigmas sociais e inversão de poder econômico/político, justamente por considerarem o lugar de onde o sujeito enuncia:

O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma ‘posição’. Essas posições, como sabemos, correspondem mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos. [...] São, pois, formações imaginárias - designando lugares que os locutores se atribuem uns aos outros - que constituem as tais condições de produção dos discursos (ORLANDI, 1998, p. 73).

Quando se considera o lugar em que o sujeito migrante se inscreve, são muitas as formações imaginárias que produzem determinações sobre o discurso: é aquele que vê na fuga/mudança a única opção de sobrevivência; é aquele que precisa de ajuda ou aquele que traz problemas; é aquele que sai de seu país natal para conseguir melhores condições, o que é visto por alguns como uma tentativa de ganhar privilégios, enquanto para outros é a esperança dos imigrantes de ter qualidade de vida. O próximo tópico aborda justamente a relação entre sujeito e constituição de sentidos a partir das condições de produção do discurso.

## 1.2 SUJEITO E SENTIDO

Abarcar a noção de sujeito, esmiuçando suas múltiplas possibilidades e facetas, não é tarefa simples. A importância do sujeito em AD se dá justamente pelo seu teor de complexidade, visto que ele se constitui enquanto sujeito no momento em que se inscreve em determinadas discursividades, produzindo sentido sobre elas. De acordo com Pêcheux (2009, p. 64), “as palavras podem mudar de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, já que é a ideologia que faz com que um enunciado queira dizer o que diz. O autor ainda afirma que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), visto que o sujeito não é a origem daquilo que enuncia, mesmo crendo por vezes que sim, já que é interpelado pelo inconsciente.



Para Orlandi (2009, p. 50), “se ele [o sujeito] não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”, pois os efeitos de sentido não se encontram no sujeito nem nas palavras em si mesmas. Nesse sentido, Pêcheux (2009) aponta que

o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

A tentativa de dissociação entre sujeito e sentido (e vice-versa) é inglória, assim como tentar encontrar o início (ou final) de um círculo. A relação é intrínseca e nela estão envolvidos outros fatores indissociáveis: língua e história. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 99), sujeito e sentido “se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. [...] Considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 99).

Os sujeitos são mais do que presenças físicas; são lugares (não empíricos) representados no discurso, lugares de significação historicamente constituídos e, nesse ínterim, deve-se destacar que história não é meramente o contexto, assim como o sujeito não é um feixe de intenções (ORLANDI, 2001). Esse lugar do sujeito também não é vazio, mas é preenchido por aquilo que Pêcheux (2009) denomina forma-sujeito. É por meio dela que o sujeito se inscreve em uma FD, que será definida logo abaixo:

diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’ (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

O sujeito, ao enunciar o discurso, apresenta as marcas de seu lugar social (e temporal), assim como marca também a FD que o perpassa. É por meio da filiação a esta FD que o sentido é constituído. É nesse processo discursivo que ocorre o assujeitamento, isto é, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia e pelo inconsciente.

As diferentes posições-sujeito formam o domínio da forma-sujeito e, no interior de uma FD, há a identificação de incontáveis posições-sujeito, já que um sujeito histórico é dividido em diversas delas por conta da interpelação ideológica. Cabe aqui diferenciar as noções de posição-sujeito e lugar social. Para Fontoura (2005, p. 03), “os lugares sociais ocupados pelos interlocutores estão representados, mas sob efeitos imaginários. São as imagens que se projetam no espaço ocupado por um e outro. Ali onde cada interlocutor se coloca há uma antecipação dada pelas projeções que se fazem dos dois”. Assim, pode-se dizer que um sujeito pode se inscrever em uma posição e falar a partir dela ao mesmo tempo em que ocupa outro lugar social, isto é, um sujeito, por exemplo, pode ocupar o lugar de funcionário, mas falar de uma posição de patrão, por conta de sua inscrição.

Orlandi (2009) diferencia as duas categorias: lugar e posição dos sujeitos. Segundo a autora, o lugar do sujeito representa os lugares ocupados por sujeitos empíricos dentro da sociedade; já a posição do sujeito está relacionada a uma projeção feita pelos próprios sujeitos ao anteciparem efeitos de sentidos causados pelo discurso em um interlocutor. Essas projeções de sentido realizadas pelo sujeito, que são aspectos imaginários, estão diretamente relacionadas às condições de produção do discurso, assim como os aspectos materiais, língua e história, e os aspectos institucionais, que são as formações sociais, as quais serão discutidas de forma mais aprofundada em um tópico específico neste trabalho.

Fontoura (2005, p. 6) ainda aponta traços de distinção entre as duas noções:

Na Formação Social, o reconhecimento do LD [lugar discursivo] dá-se a partir do discurso posto em circulação e constituído sob a dominância de diferentes formações ideológicas. Ser situado no LD não significa assunção de posição-sujeito. São movimentos distintos: um é da ordem da circulação de discursos, que foi estratificando, cristalizando sentidos que são reconhecidos como realidade, pré-construído; e o outro é da ordem da constituição, onde o já-dado é ponto de partida para que outros sentidos/sujeitos venham existir.

Em complemento ao que foi dito, Grigoletto (2005, p. 4) argumenta que “o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer. No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso”.

De fato, o sujeito é constitutivamente heterogêneo, visto que os dizeres do outro fazem parte do seu discurso. Os sujeitos são interpelados pelas FDs, e é por meio do funcionamento do discurso que ele manifesta as marcas de sua FD. Assim, quando se identifica com uma FD em detrimento de outra, o sujeito enuncia a partir de determinada posição e se relaciona com

outras posições, oriundas de outras FDs. Pode-se citar como exemplo um sujeito ateu, a partir do lugar de jornalista, que precisa ocupar a posição de um sujeito cristão para estar alinhado à ideologia editorial do periódico em que atua.

Interpretar é uma ação ininterrupta, e o objetivo da AD não é identificar o que o sujeito *quer dizer*, mas por que ele diz o que diz e, desse modo, como produz o efeito de sentido em relação aos interlocutores.

Sujeito e sentido se constituem, ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na psicanálise, temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise do Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia (ORLANDI, 2002, p. 66).

Na constituição do sujeito, funcionam os esquecimentos n° 1 e n° 2, sendo aquele o esquecimento ideológico, isto é, da ordem do inconsciente, em que o sujeito tem a ilusão de originar aquilo que diz, visto que não tem consciência do seu assujeitamento. Já o esquecimento n° 2 se refere à crença do sujeito de selecionar o que diz, acreditando que não haveria outra forma de o dizer, e de possuir o controle sobre o sentido constituído a partir daquilo que diz:

Concordamos em chamar *esquecimento n. 2* ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o *esquecimento n. 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2009, p. 161, itálicos do autor).

O efeito de sentido se constitui no momento de interlocução entre os sujeitos, considerando que um mesmo dizer pode ter mais de um sentido, a depender das relações de materialidade linguística com a materialidade histórica, havendo a antecipação do que o outro pensará. Com isso, pode-se destacar que o sujeito identifica-se com determinado sentido e vai se contrapor a outros, de acordo com a interpelação ideológica com a identificação com determinada FD e com a posição-sujeito em que se inscreve (INDURSKY, 2008). Pode-se afirmar ainda que é “através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso” (INDURSKY, 2008, p. 11).

Nesse sentido, pode-se afirmar que foi construído social e historicamente, em países europeus, especialmente na França, um imaginário de que há homogeneidade em relação ao sujeito muçulmano, isto é, todos os muçulmanos seriam potenciais terroristas, por conta dos recorrentes ataques na Europa, cuja culpa tem sido assumida pelo Estado Islâmico, o que foi fortalecido após o atentado ao World Trade Center. Ocorre, então, o chamado jogo de imagens dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam e dos discursos que já foram ditos com aqueles possíveis de serem ditos.

### 1.3 FORMAÇÃO SOCIAL, FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E FORMAÇÃO DISCURSIVA

As noções, em AD, encontram-se entrelaçadas umas às outras. Não há como falar delas de forma isolada, já que de uma noção possivelmente se originam outras. É o que ocorre com a formação social, que está diretamente ligada às formações ideológicas e discursivas. A formação social é o modo como se organiza e como produz a sociedade em determinada época. Pêcheux e Fuchs (1975) destacam que as relações de produção são operadas a partir de como os indivíduos são interpelados em sujeitos em uma determinada formação social, haja vista que é nela que vão se materializar as relações de poder, bem como é nela que estão abrigadas as diferentes formações ideológicas. O conflito de forças dentro de uma formação social, em determinado momento, constitui a formação ideológica, que é um “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166), ou seja, é um conjunto de ideias, materializadas pela linguagem, que uma classe apresenta sobre o mundo.

Pêcheux (2009, p. 149) ainda coloca que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos “se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas”. Diante disso, pode-se afirmar que a formação social representa o espaço empírico que aloca diferentes formações ideológicas, que estão em constante interação com as relações de poder institucionais, determinando, assim, o lugar social ocupado pelos sujeitos em sociedade, o que, como já dito acima, não é, necessariamente, estável. As constantes transformações sociais e a própria ideologia possibilitam que os lugares sociais se moldem às circunstâncias.

Para Althusser (2003), o modo de produção dominante está intrinsecamente relacionado à formação social, pois esta é resultado daquele e reproduz as relações de

produção existentes. Atualmente, vivemos em uma formação social capitalista, cuja ênfase está no lucro, na exploração da mão de obra e na propriedade privada. Por essa razão, podem ser observados conflitos como os que acontecem na Síria, em parte por conta de territórios e de poder e, por consequência disso, pela crise de migrantes e refugiados, que se tornam mão de obra barata em vez de serem incluídos igualmente na sociedade. As relações de produção atual, então, por vezes dificultam e até mesmo impossibilitam a permanência de cidadãos em seus países de origem, uma vez que muitos perdem a qualidade de vida e se tornam dependentes de empregos e empregadores que os privam de direitos essenciais. As consequências do capitalismo também aparecem e complicam a vida dessas pessoas quando o lucro e o poder se sobrepõem à valorização da vida humana: guerras e conflitos armados constantes na busca por vantagens em benefícios próprios ou políticos transformam a rotina dos cidadãos em momentos de terror e sofrimento:

A formação social capitalista é constituída pelas relações sociais de suas classes fundamentais: a que detém os meios de produção, inclusive as forças de trabalho – os capitalistas – e a que vende a força de trabalho, os trabalhadores. As relações sociais nesta sociedade de classes são conflituosas e estão sempre à mercê da ideologia dominante, a da classe dominante, no caso a capitalista, em busca de simulações de evidências da coerência das relações sociais (AMARAL, 2007, p. 24).

Sendo a formação social o modo de organização de uma sociedade e a formação ideológica o campo das ideias, é preciso abarcar o funcionamento do campo do dizer: a FD, cujo conceito foi cunhado por Foucault e incorporado pela AD já em sua primeira fase. Para o autor, FD é vista como um conjunto possível de enunciados que não são meramente objetos linguísticos, isto é, não é a sua linearidade formal que garante unidade de discurso, mas sim o conjunto de enunciados que vão delimitar o discurso.

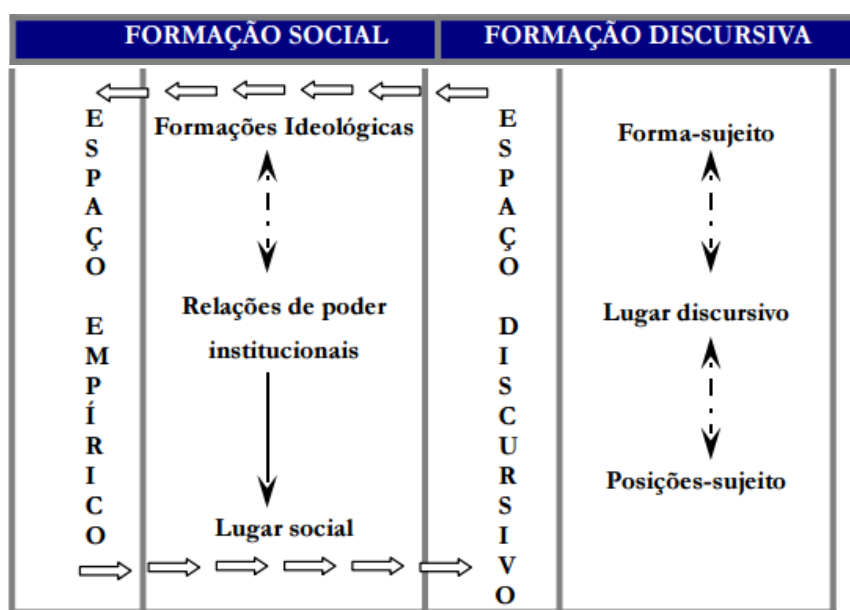
Segundo Pêcheux (2009), a FD indica tudo aquilo que pode e deve ser dito de acordo com o lugar e a posição social, histórica e ideológica ocupada pelo falante. As FDs estão em constante diálogo umas com as outras, visto que podem ser *aliadas* para fortalecer determinados posicionamentos ou contestar o que é defendido por outras. Um mesmo enunciado pode fazer parte de mais de uma FD, mas os sentidos não são necessariamente os mesmos, justamente por depender dos fatores já citados. Pêcheux (2009, p. 161) ainda destaca que

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente ‘evidentes’ –

conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’.

A FD compreende o espaço discursivo e se relaciona com a forma-sujeito e com as variadas posições-sujeito. Observa-se, no entanto, que espaço empírico e espaço discursivo estão constantemente interligados.

FIGURA 02: FORMAÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DISCURSIVA



FONTE: GRIGOLETTO (2005, p. 8)

Diante do quadro proposto por Grigoletto (2005), o espaço empírico, o qual abriga as formações ideológicas, faz parte da formação social.

Já a formação discursiva compreende o espaço discursivo, que, por sua vez, abriga o lugar discursivo que se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. É a prática discursiva. No entanto, espaço empírico e espaço discursivo não devem ser tomados de forma fragmentada. Ao contrário, eles estão em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social (GRIGOLETTO, 2005, p. 8).



Destaca-se que as formações ideológicas relacionam-se com as instituições, o que acaba por determinar os lugares sociais ocupados pelos sujeitos em sociedade. Um exemplo é a instituição da mídia, uma vez que na formação social capitalista ela está posicionada em um lugar de privilégio, cujo discurso é visto como legitimado. A partir do momento que o discurso midiático, na atual formação social, dissemina a imagem do migrante e do refugiado de forma negativa, demonstrando não ser favorável aos fluxos migratórios para a Europa e ao asilo a refugiados, são cristalizados pré-construídos sociais de que os sujeitos migrantes e refugiados não seriam dignos de residirem na Europa, isso de acordo com a FD em que o veículo midiático se inscreve.

Ao longo das transformações da teoria, a noção de FD foi sofrendo modificações: no início, era associada à maquinaria discursiva, fechada em si mesma. Na segunda fase, tinha-se a ideia de que a construção de uma FD não se dá de forma isolada, mas sim na relação, no embate com as outras FDs. Considera-se também que os discursos que atravessam uma FD se formam no interior do interdiscurso; portanto, será a relação interdiscursiva a responsável por estruturar a identidade das FDs em questão.

Os sentidos são inerentes às FDs. Isso se dá uma vez que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2009, p. 39), e esse lugar é a FD. Sendo as FDs “diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas” (ORLANDI, 2009, p. 20), elas administram os sentidos das palavras, que nunca são neutras, mas carregadas de sentidos. Orlandi (2009) ainda coloca que aquilo que o sujeito enuncia, dependendo da FD em que está inscrito, apresentará um sentido ou outro, isto é, as palavras não têm um sentido nelas mesmas, pois são as FDs que possibilitam ou impossibilitam determinados efeitos de sentido.

A autora ainda complementa que as FDs

são um princípio de organização para o analista e são parte da constituição dos discursos e dos sujeitos. As formações discursivas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítio de significância (na relação com a diferença), assim como se tem necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente (ORLANDI, 2009, p. 11).

As FDs apresentam caráter heterogêneo e são arquitetadas na contradição. O sujeito se constitui pela interpelação, que se dá por meio de sua inscrição em uma FD, fazendo com que ele passe por processos de identificação. Pêcheux (2009, p. 147) afirma que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (do seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Com isso, infere-se que os sentidos não estão (apenas) na língua, mas são constituídos nas FDs.

Sujeitos de uma mesma FD ou não, quando em relação de interlocução, como já dito anteriormente, estão articulados em um jogo de representações, em que estabelecem imagens de seus interlocutores e antecipam respostas e reações, o que faz parte das formações imaginárias, noção que será abordada no próximo tópico.

#### 1.4 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

As formações imaginárias são resultados de processos discursivos anteriores e se manifestam por meio da antecipação, assim como das relações de força e de sentido. A noção foi trazida por Pêcheux para a AD a partir do conceito lacaniano de imaginário. As formações imaginárias não estão vinculadas aos sujeitos empíricos, mas às imagens que o sujeito faz em relação à realidade: trata-se de um jogo de imagens e de antecipações.

De acordo com Orlandi (2001, p. 42), o imaginário “não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas [...] por relações de poder”. Com isso, as representações que, por exemplo, os colonistas fazem sobre migrantes e refugiados buscam evidenciar as relações de poder. Isso não é diferente das imagens que os colonistas fazem dos seus interlocutores e, inclusive, das imagens que fazem deles mesmos. Estas imagens são referentes às diversas posições no discurso, que são construídas a partir das condições de produção do discurso.

É por meio do mecanismo da antecipação e do jogo de imagens que o sujeito passa a “conhecer” o seu interlocutor, isto é, por meio dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, há uma suposição de que há conhecimento sobre quem enuncia. Pode-se dizer que esse jogo de representações faz parte de uma estrutura social assim desenvolvida, em que há lugares sociais estabelecidos, como explica Pêcheux (2009):

A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe da empresa etc.), do

funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, 2009, p. 82).

No processo de antecipação, ainda segundo Orlandi (2001), os sujeitos são capazes de se colocar no lugar em que seu interlocutor recebe seu dizer, momento em que é possível antecipar o sentido que será apreendido. Nesse sentido, o sujeito que enuncia faz a imagem de seu interlocutor antes de dizer o que planejou, antecipando o pensamento e a reação em relação àquilo que é dito. Assim, há a organização do discurso, em que é possível antecipar argumentos e utilizar de pré-construídos para fortalecer seu dizer.

As diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. Por oposição à tese ‘fenomenológica’ que colocaria a apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como condição pré-discursiva do discurso, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já-dito’, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas. (PÊCHEUX, 1990, p. 95).

Quando um sujeito ocupa um lugar de empresário, espera-se que fale a partir desse lugar, de acordo com os saberes designados pela FD que o perpassa. O mesmo ocorre quando um sujeito ocupa um lugar de jogador de futebol, de desempregado, de estudante, de profissional liberal. Ao saber de qual lugar o sujeito enuncia, o interlocutor passa a antecipar automaticamente aquilo que será dito. Isso reflete, de forma direta, no processo de significação, já que as palavras significam de modos diferentes a partir do lugar em que são ditas, assim como em que são recebidas:

Assim, se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de forças, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 2009, p. 40)

Em relação ao nosso *corpus* de análise, as relações de poder, que estão no centro do jogo de imagens são evidenciadas: os interlocutores são os cidadãos, que ocupam os mais diversos lugares sociais na sociedade – os leitores da *Veja* e da *Carta Maior* ocupam, em sua maioria, lugares de classe média. A diferença entre eles pode ser observada em relação ao conservadorismo e ao posicionamento político: enquanto os leitores da *Carta Maior*, de forma

geral, são de tendência política à esquerda, os leitores da *Veja*, mais conservadores, tendem a posicionar-se à direita. Já os locutores são os sujeitos-jornalistas, os quais exercem influência social por se inscreverem no lugar de *informar* a população, como se, por terem o dever de divulgar os fatos, tivessem a *verdade* em mãos. Nesse sentido, de acordo com a estrutura social em que vivemos, os dizeres do jornalista têm valor de verdade/de prestígio. Ressalta-se que, de um mesmo lugar discursivo, no caso, de jornalista, o sujeito pode ocupar distintas posições.

Pode-se dizer que o foco desta pesquisa é observar como o discurso sobre o atentado ao *Charlie Hebdo*, assim como sobre os migrantes e refugiados “constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade” (ORLANDI, 2008, p. 20), isto é, compreender o processo discursivo, enraizado no imaginário social, que engloba esses sujeitos. Vale destacar, nesse contexto, que as formações imaginárias e o discurso se constituem mutuamente.

As diferentes imagens sobre o sujeito migrante, juntamente com o contexto histórico-social e ideológico, determinam as condições de produção do discurso, disseminado especialmente na mídia: “Em outras palavras, as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado, não representável” (ORLANDI, 1998, p. 73).

Para falar sobre o imaginário que envolve os migrantes, é pertinente destacar que “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2009, p.42). Nesse sentido, pode-se enxergar um ciclo: as relações de poder corroboram determinado imaginário, que é difundido discursivamente e fortalece as relações de poder.

Considerando nosso corpus de análise, o migrante, especialmente quando refugiado, segundo posições que se inscrevem em domínios de saber com pensamentos próprios de tendência política à esquerda, é visto como vida que merece e precisa ser salva, protegida, asilada; já para domínios de saber situados em discursividades de convicções próprias da direita, ele é imaginado como um risco para o país que o acolhe, já que *problemas* como doenças, idiomas e choques culturais poderiam prejudicar tanto a economia quanto o desenvolvimento da nação em outros aspectos. Os saberes que constituem os discursos das FDs não são de agora: são históricos, fazem parte do interdiscurso e são acionados pela memória discursiva, noções teóricas que serão discutidas no tópico a seguir.

### 1.5 INTERDISCURSO, MEMÓRIA DISCURSIVA E PRÉ-CONSTRUÍDO

As imagens que um sujeito faz do migrante são sempre envolvidas por já-ditos em outros momentos e lugares da história, além de serem atravessadas por pré-construídos: uma noção da AD que aponta a presença de um discurso em outro discurso, isto é, um discurso anterior ao outro (PÊCHEUX, 2009). Esta presença existe antes mesmo da enunciação e está diretamente relacionada ao interdiscurso e ao esquecimento nº 01, já que é a ilusão do sujeito de que ele é a origem do que diz, não se dando conta de que ele apenas se apropriou do dizer.

Tudo aquilo que foi disseminado passa a fazer parte de um “estoque” de dizeres no interdiscurso que são ativados e acionados pelos sujeitos a partir de uma inscrição do dizer na ordem da ideologia em um domínio específico de memória, mesmo inconscientemente, quando um enunciado sobre o tema é apresentado. A AD busca compreender como os sentidos são constituídos para explicar, de alguma forma, como tais imaginários são produzidos.

De acordo com a proposta da AD de linha francesa, no momento da produção de um discurso, os sujeitos estabelecem ligações deste discurso com outros, isto é, todo discurso disseminado está relacionado à memória discursiva, bem como transita pelo interdiscurso.

Pode-se dizer que é por meio do interdiscurso que ocorre o funcionamento da ideologia e a interpelação dos indivíduos em sujeitos. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 162), “algo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”.

O interdiscurso também é o espaço onde estão a memória discursiva e uma de suas formas de funcionamento, o pré-construído, já que o conjunto das FDs é o que constitui o interdiscurso, e tudo o que já foi dito, a memória discursiva, faz parte desse todo. A partir disso compreendemos que o espaço da memória discursiva faz parte do interdiscurso, uma vez que ela se constitui no interior deste, a partir da indissociabilidade entre a FD e o âmbito do interdiscurso: toda memória é interdiscurso, mas nem todo interdiscurso é memória. Além disso, é preciso considerar que as FDs são indissociáveis do interdiscurso:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu

apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (COURTINE et. al. *apud* BRANDÃO, 2004, p. 91).

Nesse processo também ocorre a constituição dos sentidos, já que todos os saberes presentes no interdiscurso são assumidos pelas FDs e, a partir da tomada de decisão dos sujeitos, observam-se os efeitos de sentido. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 162), interdiscurso é “o todo complexo com dominante das formações discursivas”. Orlandi (2006, p. 18) complementa que:

O interdiscurso determina a formação discursiva. E o próprio da formação discursiva é dissimular na transparência do sentido a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. Essa objetividade material contraditória reside no fato de que algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente. O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito.

Em relação ao nosso corpus, há diferentes tomadas de posição pelos sujeitos autores do material midiático, entretanto, todos se debruçaram e discorreram sobre o atentado ao *Charlie Hebdo*, assim como sobre a morte do menino sírio, pois está presente no interdiscurso a importância do respeito à vida humana e de se discutir sobre temas sociais como imigração, crise de refugiados e religião, por exemplo. Isso prova que, de uma mesma ideia alocada no interdiscurso, muitos podem ser os posicionamentos das FDs, já que a ideologia passa a ser determinante nesses casos.

Destaca-se que nenhum discurso é produzido sem estar em relação com outros já disseminados. A memória discursiva, que engloba todo já-dito e é retomada a cada dizer, funciona de forma anterior ao sujeito, que tem a ilusão de ser origem daquilo que enuncia. A mobilização da memória discursiva, a qual é da ordem da ideologia, diante do exposto, acontece sempre em que há produção de sentidos. Pêcheux (2009, p. 52) afirma que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Só se entende o que se entende por conta de tudo aquilo que já foi apresentado antes. Quando se fala em crise de refugiados, em imigração, não é apenas o cenário atual que é considerado. Esses episódios recentes, como o que acontece na Síria e na França, significam especialmente por outros tantos já terem sido comentados, vividos, significados. Já há um



“estoque” de pré-construídos sobre os temas, e os discursos de hoje são apenas transformados e reproduzidos, uma vez que o pré-construído está relacionado à ilusão do sujeito de criar aquilo que diz, ignorando a origem do seu discurso, imaginando que o sentido é claro e evidente. Assim como são ressignificados, os episódios e os discursos sobre eles também são esquecidos, por isso, a memória é constituída também pelo esquecimento ou mesmo desconhecimento.

Os efeitos de sentido são condicionados a determinados fatores, ou seja, o discurso significa por conta de determinada inscrição em uma FD historicamente estabelecida, não estando, necessariamente, associada ao desejo de quem enuncia. Assim, a memória discursiva também faz parte desse processo: não há sentido que não se relacione com outros sentidos, com outros discursos. Os sentidos são uma rede entre o já-dito e o a-dizer, já que os discursos são construções sócio-históricas e existem antes mesmo dos próprios sujeitos.

As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse ‘x’ (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentido estão ali presentes (ORLANDI, 2009, p. 32).

A respeito disso, afirma-se que “pré-construído corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 164). Acrescenta-se ainda que todo discurso é atravessado por discursos transversos, os quais fazem parte do discurso do sujeito a partir dos pré-construídos. Por mais que a origem dos dizeres não esteja no sujeito, é nele que são realizados os processos discursivos.

O pré-construído pode ser entendido também como a presença do outro, indicando que existe organização anterior e exterior àquilo que é enunciado pelo sujeito. O pré-construído, por vezes, é esquecido, já que não há consciência por parte de quem enuncia que está relacionando seu dizer com outros já proferidos, reproduzidos e ressignificados. A dispersão de discursos, que se constituem como pré-construídos, são parte do interdiscurso. Com isso, os pré-construídos são elementos da exterioridade que fazem parte dos discursos atuais, isto é, o sujeito, ao produzir *seu* discurso, o transforma com discursos externos, reproduzidos por outros, em diferentes circunstâncias, espaços e condições de produção. Pêcheux (2009, p. 167) ainda afirma que o pré-construído fornece

a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica como a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a formasujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos.

É por meio da repetição de diferentes pré-construídos socialmente que ideias acabam tornando-se referências, estereótipos, situações cristalizadas e até mesmo contribuem para a crença de que há transparência de sentidos, o que se sabe que não é real: os sentidos, assim como a língua, são opacos. Os sentidos sobre *Charlie Hebdo* e Aylan Kurdi não se constituem de forma aleatória: fazem parte desse processo as condições de produção de cada episódio, as quais são abarcadas pelo próximo capítulo. Ainda, o Capítulo 2 reflete sobre discurso midiático, liberdade de imprensa, situação dos refugiados e práticas do Islamismo, relacionando os temas aos casos que constituem o *corpus* deste trabalho, bem como às noções da AD trabalhadas neste primeiro capítulo.

## 2 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO *CHARLIE HEBDO* À CIRCULAÇÃO MIDIÁTICA

*“Fundamentalmente, a liberdade depende de quem é mais forte”.*

Bauman (1998, p. 40)

No processo de compreensão dos sentidos possíveis que circulam sobre um mesmo acontecimento histórico, abarcar as condições de produção é o passo inicial, o que nem sempre é simples. Elas envolvem jogo de relações de forças, assimetria nas relações entre os homens, diferentes lugares em que estes se inscrevem e embates entre esses lugares e os poderes que são exercidos em uma relação social. Quando o acontecimento engloba temas historicamente polêmicos e complexos, como a presença/entrada de migrantes na Europa, as condições de produção se fazem ainda mais amplas e necessárias no processo de interpretação. O discurso sempre será disseminado a partir de condições de produções específicas, que colocam em relação o jogo de imagens entre interlocutores, que também se estabelece a partir de condições de produção historicamente determinadas.

O atentado<sup>7</sup> ao *Charlie Hebdo* ocorreu em janeiro de 2015, mas não foi o primeiro caso de revolta contra o semanário francês. A revista, que surgiu na década de 70, é um veículo semanal satírico, cujos principais temas são política, cultura, economia e religião. Parte do que é publicado pela revista objetiva criticar as religiões conservadoras, especialmente o islamismo, o catolicismo e o judaísmo, o que não é bem aceito pelos religiosos.

O semanário, por conta desse tipo de publicação, sofreu processo judicial em 2006 e foi alvo de ataques com bombas em 2011 e 2012, o que garantiu proteção policial aos jornalistas do veículo de comunicação. Mesmo assim, a linha editorial da revista não foi alterada, e as caricaturas e charges, consideradas ofensivas pelos muçulmanos, continuaram a ser publicadas. Em 7 de janeiro de 2015, às 11h30, a sede da *Charlie Hebdo* foi invadida por três terroristas do Estado Islâmico, que, em resposta, assassinaram 12 pessoas, sendo dez jornalistas e dois policiais. O atentado repercutiu mundialmente e deixou a França em estado de alerta.

---

<sup>7</sup> Trata-se, neste trabalho, o episódio ocorrido na sede do *Charlie Hebdo* como *atentado* considerando que assim foi chamado/discursivizado pelo campo midiático. Ressalta-se que não está em mérito o juízo de valor sobre a relação entre a ação e a reação, mas o fato de que várias pessoas morreram na ocasião.

Após o ataque, o presidente francês declarou publicamente solidariedade às famílias de todas as vítimas e pediu aos cidadãos que não condenassem os muçulmanos pelo acontecido, pois o episódio teria sido causado por fanáticos que não tinham relação com o restante dos fiéis. Hollande ainda afirmou que o atentado agrediu o país inteiro, sendo um ataque à liberdade de expressão e à democracia.

Em Paris e em outras grandes cidades do mundo, manifestações em repúdio ao ataque ocorreram. Multidões seguravam canetas e cartazes com o dizer *#JeSuisCharlie*, uma *hashtag* que dominou a rede social *Twitter* logo após a tragédia. Mesmo com a capital francesa cercada por policiais para fortalecer a segurança da cidade, houve também muitos ataques a mesquitas, que se tornaram alvo de resposta por parte da população.

Outra situação que constantemente choca o mundo é a crise dos refugiados, da qual o menino sírio Aylan Kurdi tornou-se símbolo ao ser fotografado sem vida na Turquia, quando fazia uma travessia de risco para a Turquia juntamente com seus pais e irmão, tendo sobrevivido apenas o pai. O drama dos refugiados, assim como conflitos religiosos, é historicamente polêmico, visto que as causas, em grande parte, pautam-se em lutas por territórios e interesses políticos; assim, deixam em segundo plano a vida humana - assim como acontece com a intolerância religiosa. Diante disso, por um gesto de interpretação, unir os dois episódios em uma mesma análise se faz pertinente, já que os temas que envolvem ambas as situações estão envolvidos.

O atentado e a morte do menino são considerados acontecimentos históricos que põem em relação os jogos de força inerentes às Formações Ideológicas materializadas em discursos antagônicos. No caso do *Charlie Hebdo*, de um lado, a defesa da livre expressão, inclusive pela via do humor, sobre temas relacionados à religião e à vida em sociedade; de outro, a defesa da preservação da ordem do sagrado, neste caso, especificamente o da vertente muçulmana.

Esse cenário indica como o caso *Charlie Hebdo* trouxe à tona tensões presentes nas relações étnicas e religiosas na França no que tange à vida dos muçulmanos. O lugar identitário da população fiel ao Islamismo, por exemplo, foi posto em evidência com o atentado: migrantes muçulmanos não são acolhidos pela França como um *novo lar*, são *estranhos*, como uma peça que não se encaixa no quebra-cabeça do país europeu. Há constantemente choques culturais, rejeição, olhares de reprovação, dificuldades na vida profissional e na vida pessoal. Os muçulmanos franceses vivem algo similar: ficam à margem, não se vendo - nem sendo vistos - como parte da nação. Esse entrelugar em que vivem é discursivizado, sendo reproduzido e reforçado pela mídia, como visto pelas publicações do

*Charlie Hebdo*, que suscitaram tantas outras publicações e reflexões sobre o tema a nível mundial. Essa situação justifica a discussão dos temas migração e religião, que circundam o acontecimento, pois são elementos partícipes da cultura desses povos.

Para compreender as condições de produção do atentado, assim como da morte de Aylan, serão discutidos a seguir aspectos pertinentes ao contexto de migrações e crise de refugiados na Europa, discurso midiático e liberdade de imprensa, liberdade religiosa e práticas do Islamismo.

## 2.1 EUROPA E MIGRAÇÃO<sup>8</sup>: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando se observa o histórico das migrações na Europa, percebe-se que, até a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu enviava mais emigrantes do que recebia: países como Brasil, Argentina e Estados Unidos receberam, principalmente, italianos, espanhóis, alemães, poloneses, ucranianos e irlandeses. Durante o período de guerra, para fugir e buscar segurança, o movimento migratório intensificou-se.

Contudo, a cena a partir dos anos 1950 e 1960 se transforma: a Europa começou a *receber* imigrantes. Com a crise do petróleo em 1973, o continente europeu se deparou com desemprego e desindustrialização, mas, mesmo assim, ainda aumentava o número de migrantes, especialmente muçulmanos:

A condição de imigrante é socialmente definida, já a partir do momento em que ele sai de seu país de origem em busca de trabalho, tornando-se um emigrante. [...] A emigração é importante na medida em que nela está a origem de um deslocamento não apenas territorial, mas também político, em que o fator econômico é primordial: um cidadão se torna emigrante porque busca fora condições de sobrevivência que não encontra dentro de seu Estado de origem. O imigrante é de fato um imigrante quando é despedido - e se despe - da atribuição de cidadão - com voz política - e passa a ser apenas uma força de trabalho, razão de seu deslocamento. E é somente como força de trabalho que a sociedade de imigração aceita sua permanência supostamente temporária. Não se trata, entretanto, de qualquer tipo de trabalho. O emigrante-imigrante é um trabalhador não qualificado, que, para sobreviver, não tem outra saída a não ser se submeter à condição de dominação das relações de trabalho – esteja ele irregular ou não no país (VELASCO, 2014, p. 26).

---

<sup>8</sup> Em relação às grafias e sentidos atribuídos a “migrante”, “imigrante” e “emigrante”, optou-se neste trabalho por seguir o que indica o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR e adotar a palavra “migrante” para fazer referência àqueles que “escolhem” se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões” (ACNUR, 2015, [s. p.]).

Quando o contexto da política migratória europeia é alterado e ela se torna restritiva, em 1990, a imigração irregular se torna uma preocupação. Rotas alternativas para entrar nos países foram/são buscadas pelos imigrantes, o que ocasiona um número elevado de mortes anualmente. O atentado às torres gêmeas, em 2001, também fez com que se modificassem as políticas de imigração, pois “altera as prioridades da agenda europeia, reforçando a necessidade de um maior enfoque na capacidade de luta antiterrorista e contra a criminalidade organizada, ao mesmo tempo que reforça a relação entre imigração e segurança” (FERREIRA, 2010, p. 74). A pesquisadora ainda aponta que o perfil do terrorista foi generalizado: “embora os perpetradores dos ataques terroristas de Nova Iorque fossem originários do Médio Oriente e da zona do Golfo e pertencentes a uma minoria [...], pouca distinção foi feita entre estes [...] e os restantes imigrantes muçulmanos residentes na Europa” (FERREIRA, 2010, p. 74).

A chegada até a Europa não é o único problema: a situação enfrentada pelos migrantes, especialmente os muçulmanos - mesmo os legais -, nem sempre é positiva. Segundo dados de 2010 divulgados pelo Pew Research Center<sup>9</sup>, a União Europeia é o lar de cerca de 13 milhões de migrantes muçulmanos, mas, mesmo assim, muitos se sentem não pertencendo a nenhuma nação, visto que abandonaram suas origens, mas não foram bem acolhidos por nativos do novo país. Isso ocorre também com os muçulmanos nativos, isto é, aqueles que nascem na Europa, mas, mesmo assim, sentem-se estrangeiros, visto que sofrem o preconceito e a falta de vínculo com seu país, mesmo sendo tão pertencente ao local como qualquer outro cidadão:

A exclusão se dirige àqueles que ameaçam esse imaginário não só por serem de fora, mas por estarem entre o fora e o dentro, por estarem dentro mas representarem esse mundo plural que contaminou o lugar que é próprio de outros. A exclusão se dirige a esse entre-lugar, a uma diferença que, numa Europa multicultural, o próprio cidadão europeu pode representar. Portanto, mesmo que as relações entre fronteiras e cidadania sejam transformadas pela transnacionalidade, a securitização da imigração na UE ainda se baseia na resistência do Estado-nação como locus de identidade e pertencimento político (VELASCO, 2014, p. 164).

A questão migratória envolve um processo de aceitação, adaptação e disposição de aceitar novas atividades sociais, políticas e culturais, assim como engloba a aceitação da comunidade da chegada dos imigrantes - o que acaba sendo a parte mais delicada. Além das

---

<sup>9</sup> O Pew Research Center é um centro de pesquisa americano que produz conhecimento e difunde informações sobre transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas no mundo. O centro é financiado pela Pew Charitable Trusts, uma ONG que objetiva estimular a filantropia especialmente nos Estados Unidos.

dificuldades enfrentadas pela diferença de cultura e de língua, o preconceito de serem associados ao fanatismo religioso e ao terrorismo não possibilita que os islâmicos vivam de forma tranquila: “A religião islâmica é securitizada na medida em que o discurso de que o muçulmano é uma ameaça à identidade democrático-liberal europeia é legitimado e justifica a adoção de novas leis e de práticas discriminatórias cotidianas”, aponta Velasco (2014, p. 113).

Nesse contexto, a estudiosa complementa que a consciência nacional francesa foi construída de forma que “rejeita a manifestação de crenças privadas na esfera pública, que identifica o espaço cívico como um espaço livre de qualquer particularidade” (VELASCO, 2014, p 113), o que acaba por estigmatizar os muçulmanos.

É nesse contexto que se percebe que a migração passou a ser vista como uma ameaça, o que fortalece o imaginário de que os muçulmanos devem ser associados ao terrorismo, e que os refugiados só trariam prejuízos aos países que os abrigam. No processo discursivo, ocorrem jogos de imaginário, isto é, funcionam formações imaginárias que “determinam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, as imagens que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Destaca-se que as formações imaginárias não estão relacionadas a sujeitos físicos, mas sim a projeções no discurso. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 40), “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para as posições dos sujeitos no discurso”. Assim, os sujeitos falam a partir do seu lugar, que é social e historicamente constituído (lugar de muçulmano, cristão, judeu, migrante, nativo etc) e, a partir dos modos como se inscrevem nos saberes de uma FD, resta definida a posição-sujeito a partir da qual enunciam sobre sua condição e a do outro.

De acordo com Ferreira (2010, p. 72), “a própria Convenção de Schengen, de 1990, relaciona a imigração e o asilo com o terrorismo, crime transnacional e controlo fronteiriço, ao enquadrar a imigração num quadro institucional que tem como objectivo a protecção da segurança interna”. Diante disso, é instaurada a “lógica da antecipação” (BIGO, apud FERREIRA, 2010), isto é, a determinação de quem são os criminosos antes mesmo de cometerem qualquer crime, pois “faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir de seu próprio lugar de locutor, o que regula a possibilidade de respostas, o escopo do discurso” (ORLANDI, 2009, p. 26).

Por esse caminho, o migrante, mesmo não tendo cometido atos ilegais, é caracterizado com o potencial de cometer, o que é utilizado como justificativa para reforçar a segurança. Para Velasco (2014, p. 59), “manter essa potencialidade permite que se preserve a condição

social do imigrante sempre como imigrante, e que se dê legitimidade a sua despolitização, sua transformação [...] numa força de trabalho sem voz”.

Alguns discursos disseminados pelos países europeus são excludentes: o muçulmano, seja migrante ou mesmo nascido na França, é visto como o *outro*, como o *estrangeiro*, constituído, dentre outros efeitos de sentido, como pejorativo. O migrante é o “estrangeiro entre os estrangeiros” (BALIBAR, apud VELASCO, 2014, p. 28); ele é

aquele que, se mesmo depois de naturalizado mantiver a condição social de dominação, permanecerá na condição de imigrante. O que define o imigrante, portanto, é sua posição na hierarquia social, e não simplesmente a ausência de um documento de permanência ou naturalização (VELASCO, 2014, p. 28).

O imaginário sobre os muçulmanos é, por vezes, de que eles causam problemas sociais e governamentais e não trazem benefícios ao país, pois muitos nativos são contra as políticas de integração, bem como contra as políticas de imigração, mesmo estas fazendo parte dos direitos humanos.

A situação dos refugiados, mesmo com causas e circunstâncias distintas, tem traços semelhantes à dos muçulmanos, isso porque são um grupo social tão marginalizado quanto - ou até mais, o que acaba por unir as duas realidades. A repercussão midiática sobre o atentado ao *Charlie Hebdo* e sobre a morte do menino Aylan Kurdi, por sinal, se deu de forma similar e possibilitou um laço discursivo entre os dois episódios e as duas temáticas historicamente problematizadas.

## 2.2 SOBRE A QUESTÃO DOS REFUGIADOS

Em meio ao cenário de crise atual, faz-se relevante diferenciar as designações “refugiados” e “migrantes”. De acordo com o ACNUR<sup>10</sup>, ‘refugiados’ são pessoas que vivem em situações perigosas e intoleráveis em seus países, como conflitos armados e perseguições e, por isso, cruzam fronteiras internacionais em busca de segurança nos países mais próximos. Assim, tornam-se refugiados reconhecidos internacionalmente e podem ter acesso à assistência dos Estados, do próprio ACNUR e de outras organizações. Para eles, a negação de asilo em outros países pode ter consequências negativas.

---

<sup>10</sup>ACNUR e UNHCR são a mesma instituição. Contudo, algumas informações foram retiradas do site ACNUR no Brasil e outras do site internacional; por isso, optou-se por manter as duas siglas neste trabalho.

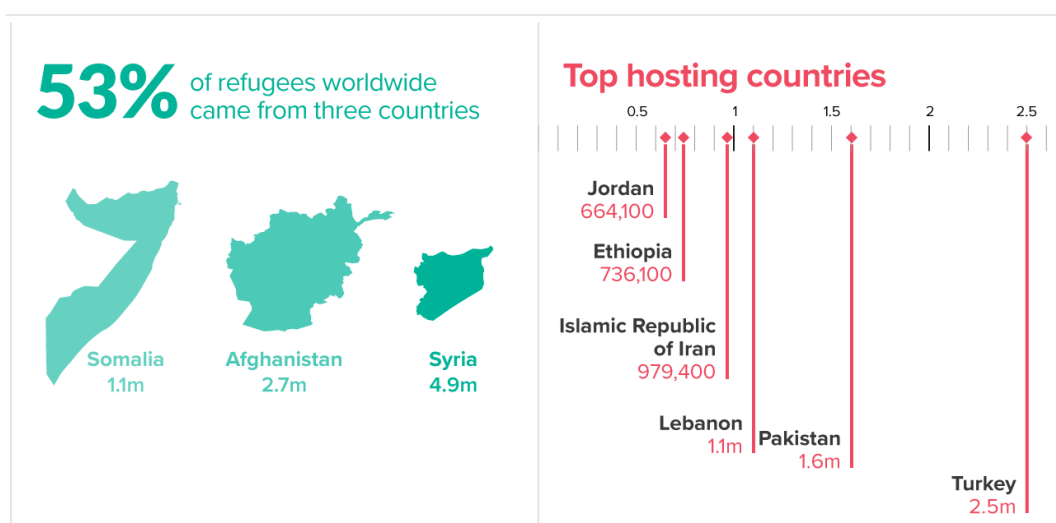


A proteção dos refugiados é regulamentada por documentos como a Convenção da ONU, de 1951, sobre o Estatuto dos Refugiados, a Convenção da Organização da Unidade Africana, de 1969, e a Declaração de Cartagena, de 1984. Ainda, segundo o ACNUR, um dos princípios fundamentais estabelecidos no direito internacional é que os refugiados não devem ser expulsos nem colocados novamente em situações nas quais suas vidas estejam em perigo. Entre os aspectos de proteção aos refugiados, destacam-se também o acesso aos procedimentos de asilo justo e eficiente, assim como a medidas que assegurem seus direitos humanos básicos e que lhes ajudem a buscar uma solução em longo prazo. Cabe aos Estados a responsabilidade de proteção.

Quanto aos ‘migrantes’, eles optam por se deslocar não por uma ameaça direta às suas vidas, mas para melhorar as condições em que vivem, em busca de empregos, estudos ou reuniões familiares. Destaca-se que, diferentemente dos refugiados, os migrantes continuam recebendo proteção de seus governos: por essa razão, as distinções são relevantes. Os países tratam a situação dos migrantes conforme a própria legislação de imigração, enquanto os refugiados são tratados de acordo com normas de refúgio e proteção, definidas não só por leis nacionais, mas também pelo direito internacional. Nesse sentido, os países apresentam responsabilidades frente às solicitações de refúgio para seus territórios.

Com o cenário de guerra, o maior número de imigrantes refugiados é da Síria, segundo o UNHCR.

FIGURA 03 – 53% DOS REFUGIADOS DO MUNDO VÊM DE TRÊS PAÍSES: SOMÁLIA, AFGANISTÃO E SÍRIA.



FONTE: UNHCR (2017)

As causas que explicam a fuga dos refugiados são pontuais: perseguições, catástrofes naturais, conflitos armados e conflitos religiosos e étnicos. Há quase 50 anos, o partido Baath governa a Síria. O país foi liderado por 30 anos por Hafez al-Assad e, desde julho de 2000, é governada pelo seu filho, Bashar Al-Assad, que proibiu a criação de partidos de oposição, assim como a participação de candidatos de oposição nas eleições.

Diante disso, em março de 2011, começou um movimento contra o regime de Bashar Al-Assad, juntamente com a Primavera Árabe, momento em que cidadãos da Tunísia, Líbia e Egito demonstraram revolta contra seus governos. O movimento que iniciou de forma pacífica teve manifestantes reprimidos de forma brutal a partir de agosto, o que gerou uma luta armada. O governo de Assad controla as grandes cidades e as estradas, utilizando a fome e a miséria como principal estratégia para se manter no poder, o que contribui de forma significativa para o caos no país:

Acesso à comida é uma arma de guerra na Síria. Assad já usou táticas de cerco para fazer áreas lideradas por rebeldes passarem fome, e seu exército já bombardeou em ataques aéreos filas do pão e padarias. Conforme a guerra piorava, o acesso limitado à agricultura e ao ciclo de produção de alimentos fez o país antes autossustentável depender de importação de trigo e outros produtos alimentícios - facilitada pela Rússia, Irã e aliados militares - para alimentar a população de áreas controladas pelo governo. Esse apoio é sem dúvida tão útil quanto o apoio militar de outros países ao regime de Assad (BEALS, 2016).

Em 2012, a Cruz Vermelha e a ONU classificaram os conflitos como Guerra Civil. Em março de 2017, a Guerra da Síria completou seis anos e, segundo dados divulgados pelo site de notícias G1.com, são cerca de 400 mil mortos, 4,9 milhões de refugiados e mais de 6,3 milhões de deslocados internos.

Esse cenário é mostrado pela mídia por diferentes vieses, de acordo com os posicionamentos assumidos pelos meios de comunicação, assim como aconteceu com Aylan Kurdi, que teve sua morte divulgada mundialmente, e a repercussão se deu de formas distintas. Diante disso, faz-se necessário discutir o discurso midiático, que produz determinações nos modos de interpretar os acontecimentos históricos.

## 2.3 DISCURSO MIDIÁTICO

A mídia é, sem dúvida, uma prática discursiva. Para que seja possível compreender seu funcionamento, como parte de um processo histórico, devem ser analisadas as

materialidades que tornam palpáveis os sentidos e os vértices que instauram as relações entre a história e a memória. Nesse contexto, o olhar da AD, que se volta para as práticas sociais, pode (e deve) pousar sobre o discurso midiático. Gregolin (2007) corrobora esta afirmação e aponta que

a análise do discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos (GREGOLIN, 2007, p. 13).

O papel da mídia, como já explícito no próprio nome, é o de mediação: mediar a (construção da) realidade com os leitores, mediar o que já foi dito com aquilo que ainda está por dizer, isto é, estabelecer relações entre a história, a memória e os acontecimentos presentes/futuros. No processo de mediação, os sujeitos-jornalistas se valem de critérios para selecionar o que é dito, mas, de forma alguma, como já se sabe, essa ação é neutra. Não existe neutralidade, nem mesmo (e especialmente) no discurso da mídia.

A função social dos sujeitos-jornalistas, que falam em nome da instituição que representam, não deixa de estar atrelada a fatores de ordem política, econômica e, claro, ideológica, já que “a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina” (ORLANDI, 2006, p. 18). O que é publicado resulta da formulação de um indivíduo inscrito como sujeito do discurso jornalístico, e é resultado de um constante e tenso trabalho com a linguagem, pelo qual imprime seu estilo para expor suas posições, mas também se submete a mecanismos de controle decorrentes da filiação ideológica subscrita pelo veículo no qual escreve.

O público interpreta e reinterpreta o que é transmitido midiaticamente, ou seja, a mídia promove gestos de interpretação. Um exemplo disso são as charges de autoria do *Charlie Hebdo*, em que são retratados eventos presentes postos em relação com fatos que constituem a memória, fazendo com que se interliguem sentidos e identidades. Esse é o *poder* da mídia: reproduzir e construir novas realidades. De acordo com Gregolin (2007),

não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos - ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma tensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser (GREGOLIN, 2007, p. 23).

Os meios de comunicação são ferramentas que influenciam a leitura da sociedade. Os leitores, telespectadores, ouvintes e internautas recebem efeitos, mas nem sempre se dão conta de que são um ponto de vista, a ponta do iceberg que é um sentido, especialmente quando envolve fatores historicamente debatidos e ressignificados. É claro que o sentido não vem do locutor, mas o interlocutor pode inconscientemente acatar e reproduzir um discurso (e transformá-lo em uma atitude) pelo simples fato de sua “origem” ter sido um meio jornalístico, já que o jornalismo é detentor de credibilidade:

Por ser uma prática discursiva legitimada pela sociedade como produtora e difusora de cultura, o discurso jornalístico construiu, ao longo do tempo, uma imagem de confiança [...]. Tal imagem contribui para transformar o jornalismo em um discurso autorizado. Em outros termos, o poder que se exerce nesse discurso lhe permite produzir um determinado saber, ou, para usar os termos empregados por Foucault, ‘efeitos de poder’, que circulam entre os enunciados da mídia. [...] Assim, por produzir a ‘verdade’ amparada no poder, o jornalista tem o estatuto de dizer o que funciona como verdadeiro de uma época (NAVARRO, 2006, p. 84).

Então, nesse contexto, o jornalismo acaba por ser detentor de um *efeito de verdade*, constituído pela modalidade de discurso, chamada por Mariani (1998), de *discurso sobre*, o qual produz um “efeito de distanciamento - o jornalista projeta a imagem de um objeto imparcial - e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p. 60). Considerando que os jornalistas falam *sobre* o que aconteceu, cria-se um distanciamento, no caso, uma ilusão de distanciamento em relação ao fato, o que supõe a imparcialidade, já tantas vezes apontada como inexistente:

Nessa direção, é interessante mencionar a noção da mídia como formadora de opinião, sobretudo quando o que está em pauta são colunas jornalísticas. São emitidas, nesse gênero, opiniões, pontos de vista sobre um dado acontecimento de repercussão social, a partir dos julgamentos e critérios do jornalista. Ainda que esteja claro que se trata de um posicionamento particular (entre tantos outros), as condições de produção daquele discurso trazem para o sujeito o efeito da autoridade, da credibilidade e do respaldo, tornando o seu posicionamento o mais aceitável entre os demais (SILVA, 2014, p. 26).

Deve-se destacar, nesse contexto, que o *discurso sobre* apresenta sentido por estar relacionado aos já-ditos cristalizados socialmente, assim como às relações de poder que existem na vida em sociedade. Assim, o sujeito-jornalista, apenas por estar *do lado de lá* do evento, ouvindo/vendo *sobre* e reproduzindo *sobre*, a partir de uma ideologia, torna-se um

sujeito detentor de credibilidade, disseminando um discurso autorizado que influencia a população por meio da língua, que não é transparente. Essa autoridade atrelada à função do jornalista (por vezes, a ponto de a população torná-los ícones, ídolos) se constituiu num processo sócio-histórico, em meio a condições de produção que a possibilitaram. Como se sabe, romper algo enraizado em sociedade não é uma tarefa simples.

É fato que, por meio da língua, opaca e maleável, que toma forma conforme o sujeito a “manipula”, a mídia acaba por padronizar sujeitos, pensamentos e crenças. O funcionamento linguístico do discurso, mesmo que pareça ingênuo, sem propósito específico ou aleatório, é determinante: as palavras não são carregadas de sentidos em si mesmas. Em relação ao funcionamento da mídia e ao corpus desta pesquisa, faz-se necessário discutir a noção de liberdade de imprensa, visto que é o que respalda os meios de comunicação a realizarem suas publicações e veiculações, o que gera significações e consequências sociais.

## 2.4 SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

Um dos pontos mais discutidos quanto ao atentado ao *Charlie Hebdo* e à morte de Aylan foi a liberdade de imprensa. Se há limites a ela, quais seriam? Questões como essa circundam os dois episódios, já que houve rejeição à divulgação da foto do menino sem vida na praia, bem como há críticas sobre a linha editorial do *Charlie Hebdo*, que se apoia nessa liberdade para publicar o que publicam.

A liberdade de imprensa, em um olhar sócio-histórico, está relacionada a tudo aquilo que já foi produzido pela mídia, assim como tudo aquilo que ainda será. Isto porque, em cada época, há a vigência de ideias e regulamentações distintas sobre o tema, assim como cada país organiza suas divulgações midiáticas de acordo com seus aspectos culturais.

A imprensa tem função social específica: prestar serviços à sociedade divulgando fatos de relevância, que devam ser levados a conhecimento público, proporcionando que a população desenvolva senso crítico em relação aos ocorridos. Além disso, é papel das mídias contribuírem com denúncias contra impunidade, falhas do governo, problemas gerais, como saúde e educação, e outras situações que mereçam destaque social. É claro que, a todo tempo, a imprensa se transforma e novos papéis se agregam a ela: a opinião de jornalistas e especialistas em determinados assuntos, por exemplo, já se consagrou como missão da mídia.

Nesse cenário, considerando que não há transparência na linguagem nem mesmo um único posicionamento assumido diante dos assuntos em pauta, a liberdade de imprensa se torna um ponto delicado, já que os limites da liberdade não são os mesmos a partir dos

domínios de saberes das diferentes FDs. Assim, é indiscutível que liberdade de imprensa e censura são noções em constante relação, separadas por tênues (e ideológicas) linhas.


Não há como debater o funcionamento da imprensa sem considerar os jogos de força e de interesse que estão envolvidos na prática midiática. Por se tratar de um espaço onde há disseminação de ideias e interesses políticos/pessoais, a mídia, como já se sabe, de forma alguma é isenta ou neutra. Posicionamentos das classes hegemônicas são transmitidos como *verdade*, o que acaba por moldar as massas e direcioná-las para determinadas constituições de sentidos.

Assim, é fato que a mídia, em meio a tantos jogos de força, acaba por propor e manter sentidos enquanto busca silenciar outros, e nesse cenário as relações entre liberdade de imprensa e censura se tornam conflituosas: a aceitação (ou não) das FDs sobre aquilo que é transmitido midiaticamente entra em cena, promovendo debates e ainda mais sentidos sobre a questão, como é o caso do semanário *Charlie Hebdo*, cujas publicações são enquadradas como coerentes, sensatas e permitidas por determinadas FDs, enquanto, por outras, são vistas com maus olhos, com rejeição.

A compreensão desses jogos de força em relação à liberdade de imprensa é possível a partir do momento em que se considera a repercussão social daquilo que é divulgado. A liberdade de imprensa está ligada à democracia, que se contrasta, em tese, com a noção de censura. Contudo, não é uma ideia comum entre FDs qual o limite da liberdade de imprensa e o que exatamente poderia ser considerado como censura.

Considerando que, como já foi dito, cada país estabelece suas próprias regulamentações da mídia, é válido destacar o funcionamento da imprensa na França, já que a questão das publicações do *Charlie Hebdo* será retomada no capítulo 3, durante o processo de análise do corpus.

FIGURA 04: SOBRE A LEI DE LIBERDADE DE IMPRENSA NA FRANÇA

País	Imprensa	Audiovisual
 França	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei mais antiga em vigor, de 1881</li> <li>• Jornais e internet circulam sem regulação governamental</li> <li>• Infâmia e difamação podem gerar processos</li> <li>• Incitar discriminação, ódio ou violência é crime</li> <li>• Nenhum grupo de mídia pode controlar mais de 30% da imprensa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Superior do Audiovisual regula TV e rádio</li> <li>• Há cotas de exibição para programas produzidos na França para TVs e músicas francesas para rádios</li> <li>• Licença de 5 anos para rádio e 10 para canais de TV</li> <li>• Pena: o Conselho pode emitir multas e não renovar licenças</li> </ul>

FONTE: adaptado de VIANA (2010)<sup>11</sup>

Considerando que é proibido o incitamento a cometer crimes, à discriminação, ao ódio ou à violência, o caso do *Charlie Hebdo* torna-se ainda mais emblemático: as charges publicadas incitavam a discriminação contra os grupos muçulmanos? A resposta, por se tratar de uma questão ideológica, mais uma vez terá variações interpretativas, uma vez que os sentidos se constituem a partir do lugar e da FD em que se inscreve o sujeito. Ao nosso olhar, as charges incitavam sim tal discriminação, haja vista que as publicações feriram crenças muçulmanas e que o tom satírico utilizado pelo semanário parecia justamente *provocar* os fiéis do Islã, com o frágil argumento de que era humor, cujo uso seria respaldado pela liberdade de imprensa. Entretanto, vemos que a liberdade de imprensa não dá direito a um veículo de comunicação de denegrir imagem de algum grupo social, considerando que seu papel é de justamente preservar a população, ouvi-la e respeitá-la. Assim, entendemos a liberdade de imprensa como um direito necessário para que se cumpra um dever social, mas não para que sejam disseminados discursos preconceituosos, maldosos ou que promovam, de qualquer forma, o ódio, a violência, a desarmonia entre cidadãos.

O que se pode afirmar, em relação a isso, é que está presente no interdiscurso a ideia de que a discussão sobre liberdade de imprensa e, consequentemente, censura, é sim relevante, entretanto, as conclusões sobre essa reflexão são concluídas de distintas formas, visto que as condições de produção dos discursos que circulam em cada FD nem sempre são as mesmas.

Ainda em relação ao cenário francês, segue trecho extraído do site <http://freespeechdebate.com><sup>12</sup>:

<sup>11</sup> Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/6654/debate+sobre+liberdade+de+imprensa+e+regulacao+da+mídia+avança+no+mundo.shtml>>. Acesso em out. 2017.

<sup>12</sup> O site, disponível em 13 línguas, é um projeto de uma equipe de pós-graduados da Universidade de Oxford que propõem um debate sobre liberdade de expressão, com especialistas na área, com base em dez princípios norteadores. O projeto é apoiado por um grupo de consultores especializados e pelos recursos intelectuais da Universidade de Oxford.

A icônica lei francesa sobre a liberdade de expressão<sup>13</sup>, ainda em vigor em 2015, foi passada no dia 29 de julho de 1881. Nessa altura, excluía os súbditos muçulmanos da República. Enquanto a lei protegia os direitos de todos os cidadãos franceses, incluindo os que se encontravam na Argélia e nas colónias (Artigo 69º), ela não protegia os súbditos da República, que representavam as vastas populações colonizadas pelo império colonial francês. Isto não foi meramente um lapso: menos de um mês antes, no dia 28 de junho de 1881, o mesmo parlamento passou uma lei igualmente icónica sobre os *indigénat* (populações indígenas). De acordo com a lei dos *indigénat*, um sistema paralelo de justiça bizarro, as populações indígenas não podiam falar contra figuras de autoridade ou reunir-se livremente em público, muito menos publicar jornais. [...] o contexto argelino é particularmente elucidativo por se dirigir especificamente a muçulmanos. Na Argélia colonial, os cidadãos eram definidos como todos aqueles que não eram muçulmanos (com algumas exceções). Muçulmano era uma categoria legal racial sem qualquer relevância religiosa. Por exemplo, num lindo espetáculo do absurdo, muitos processos judiciais confirmaram que mesmo que se convertessem ao cristianismo, as populações indígenas permaneciam legalmente muçulmanas, sujeitas a leis discriminatórias e privadas de cidadania<sup>14</sup>.

Percebe-se que a situação francesa em relação à liberdade de expressão é complexa há tempos, ou seja, o caso *Charlie Hebdo* não foi um fato isolado nem totalmente inesperado ou novo. Ainda citando o portal Free Speech Debate:

Em suma, a emergência da liberdade de expressão francesa ocorreu ao mesmo tempo que a violência, a islamofobia e o racismo colonial. A França nunca foi um farol da liberdade de expressão inequívoco, especialmente no que toca a muçulmanos. [...] a construção de leis francesas impediu os muçulmanos de falar livremente e estas mesmas leis ainda estavam em vigor na França metropolitana em 2015. Foi portanto estranho ver o debate que se seguiu aos ataques de *Charlie Hebdo* desenvolver-se nas imprensas francesa e internacional como um debate sobre a ‘integração’ e ‘a compatibilidade do Islão com a República.’ Antes de pedirmos aos muçulmanos provas da sua adesão aos valores da liberdade de expressão, vale a pena recordar que no passado aqueles valores foram invocados para os excluir.

Diante do exposto, reitera-se a discussão feita no início deste capítulo sobre o sentimento de não pertencimento dos muçulmanos, sejam eles franceses ou não, ao país europeu. Esse sentimento não é recente: como exposto no trecho extraído do Free Speech Debate, o contexto em que vivem os grupos muçulmanos, há tempos, é o da discriminação, da

<sup>13</sup> A Lei de Imprensa mais antiga em vigor é a da França, datada de 29 de julho de 1881, a qual influenciou países como Itália e Espanha. A lei garante a liberdade de expressão em relação à livre circulação de jornais (e em conteúdos online) sem regulação governamental, mas há limites, que podem abrir processos judiciais, em casos de infâmia e difamação. No mesmo sentido, também é proibido o incitamento a cometer crimes, bem como à discriminação, ódio e violência.

<sup>14</sup> Tradução do próprio site.



não aceitação, o que, inclusive, é reforçado pela mídia. A liberdade religiosa, então, é, assim como a liberdade de imprensa, tema que divide posicionamentos e que, historicamente, é emblemático.

## 2.5 SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA

Assegurada pelos documentos oficiais de cada país, a liberdade religiosa é um direito às crenças individuais, sendo escolha de cada cidadão. Assim, não deve existir imposição sobre tal parte do Estado, nem de quaisquer outras instituições. É prevista, ainda, a liberdade à descrença: a população é livre para crer ou não em distintas organizações ou princípios religiosos.

Nesse sentido, se há liberdade de crença, há também liberdade para expressá-la. Há o pressuposto de que, ao lado das demonstrações e vivências de crenças, caminha a aceitação do outro, isto é, espera-se que convicções religiosas sejam respeitadas, o que nem sempre acontece, principalmente com determinadas religiões. Se no Brasil as religiões afrodescendentes são vistas com preconceito e medo, na França, o Islamismo ocupa esse posto, sendo marginalizada por grande parte da nação. Por conta dos episódios históricos envolvendo a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, foi constituído o imaginário de que todo muçulmano, até mesmo nascidos na França, é um terrorista em potencial, o que fortalece o isolamento social e o sentimento de não pertencimento desses sujeitos ao país.

A prática da fé e dos diferentes ritos religiosos, que deveria, em teoria, acontecer de forma aberta, desprendida, é alvo de retaliações, reprovações, críticas e até mesmo piadas. O preconceito contra determinadas crenças, cristalizado na memória discursiva, é mobilizado no discurso de sujeitos que, por vezes, não têm noção da situação real e caótica enfrentada pelos fiéis/seguidores.

A relação entre sujeito, religião e Estado é, também, movida pelo estranhamento. A crença não compartilhada entre sujeitos e não hegemônica acaba sendo também não respeitada, até mesmo anulada e negada. Essa situação não é recente: a identidade religiosa de um povo, neste caso, do povo muçulmano, foi moldada historicamente e carimbada na memória, que ecoa dia após dia nos dizeres e nas atitudes do outro, assim como na mídia.

Utilizando o respaldo da liberdade de expressão/imprensa, seguidores de outras crenças e a mídia disseminam discurso de ódio e ferem a liberdade religiosa do outro, ofendendo, criticando e usando de humor ácido para expor ao ridículo aquilo que faz parte da crença alheia. As práticas religiosas tornaram-se, com o tempo, alvo da intolerância, o que

acaba por desestabilizar a vida em sociedade e a discursivizar pensamentos que vão contra os direitos de cada sujeito cidadão.

A mídia dá visibilidade às práticas religiosas, mas nem sempre isso é um ponto visto como positivo. No caso do semanário *Charlie Hebdo*, a publicização da religião muçulmana foi condenada pelos fiéis, principalmente pelas vertentes radicais do Estado Islâmico. A intolerância dos colunistas, publicada em forma de charges, foi o ponto de partida para a disseminação do discurso de ódio. A mídia reflete o posicionamento social de rejeição ao Islamismo, que é reforçado com as publicações; isto é, há um ciclo ininterrupto de intolerância, ódio e críticas aos muçulmanos. Nesse ciclo de constantes publicações, em que o discurso de ódio é disseminado, são fortalecidos estereótipos em relação à população muçulmana, o que incita ainda mais o preconceito e a rejeição a esse grupo.

Em relação à repercussão do episódio e à questão da publicização das práticas religiosas, destaca-se que a edição publicada pelo *Charlie Hebdo* após o atentado, que era de inicialmente um milhão de exemplares, subiu para cinco milhões em menos de duas semanas. O semanário não mudou sua linha editorial, mesmo os cartunistas sabendo que poderiam estar colocando suas vidas em risco. Assim, evidenciam-se as relações entre liberdade religiosa e liberdade de expressão.

Aquele que nutre fé espera poder vivê-la sem impedimentos, poder colocar em prática o que está posto em teoria nos documentos oficiais que regem as nações. Nessa mesma linha, a população também espera ter garantida a liberdade de expressão, prevista em lei. Diante disso, não há como tratar de liberdade religiosa sem estar à luz da liberdade de expressão, visto que uma impõe limite à outra, já que se relacionam histórica e discursivamente.

Nessa relação, é possível observar o funcionamento das formações imaginárias, já que o jogo de imagens é constituinte do processo enunciativo. Retomando a noção apresentada por Pêcheux, aponta-se que

em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Assim, especificamente sobre o caso da publicização da religião muçulmana pelo *Charlie Hebdo*, em que se chocam liberdade de imprensa e liberdade religiosa, acontecem projeções que fazem parte da tentativa de controle e da constituição de sentidos:

FORMAÇÃO IMAGINÁRIA	DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS
“Quem sou eu para lhe falar assim?” IA(A)	Que imagem o <i>Charlie Hebdo</i> faz de si mesmo?
“Quem é ele para que eu lhe fale assim?” IA(B)	Que imagem o <i>Charlie Hebdo</i> faz dos muçulmanos?
“Quem sou eu para que ele me fale assim?” IB(B)	Que imagem os muçulmanos fazem deles mesmos?
“Quem é ele para que me fale assim?” IB(A)	Que imagem os muçulmanos fazem do <i>Charlie Hebdo</i> ?

FONTE: adaptado de PÊCHEUX (2009, p. 82).

Mesmo sendo de conhecimento do semanário francês que os muçulmanos prezam pela não divulgação da figura do profeta Maomé, os cartunistas respaldam-se na liberdade de imprensa para o fazer. Pode-se dizer que isso ocorre por conta do jogo de imagens: a forma como *Charlie Hebdo* se vê e vê os muçulmanos, assim como vê também a situação social, possibilita que publiquem o que publicam.

As práticas e crenças próprias do Islamismo também significam diante da situação em que vivem os fiéis com relação ao preconceito e à (não) aceitação social. Por isso, o tópico abaixo discorre brevemente sobre os pilares da religião, suas divisões e relações com a mídia.

## 2.6 PRÁTICAS DO ISLAMISMO

Assim como em outras religiões, no Islamismo, há mais que uma vertente. Se o processo de interpretação ocorre nos mais variados discursos, no discurso religioso não é diferente, e é por isso que o próprio livro sagrado para a religião islâmica é interpretado pelos fiéis conforme a ideologia que os perpassa. A identidade religiosa de um povo se caracteriza pela ação, pela cultura em geral e pelos livros e textos sagrados que regem a religião, mas a interpretação de um grupo não pode ser atribuída ao conjunto todo, haja vista a multiplicidade de sentidos possíveis a partir do mesmo texto.

FIGURA 05: PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O ISLÃ

PERGUNTAS & RESPOSTAS					
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>
<b>No que creem?</b> Assim como o cristianismo e o judaísmo, o islã afirma que há um único deus. Essas três religiões compartilham, ainda, uma série de histórias, e muçulmanos também acreditam em Jesus, mas como profeta	<b>Fontes do islã</b> Em primeiro lugar, o Alcorão, que é seu livro sagrado. Mas a tradição islâmica surge também da "suna", que são os ensinamentos do profeta Maomé, e dos "hadiths", seus dizeres	<b>Há autoridade religiosa?</b> Não há instituição unívoca como o Vaticano. Mas há centros religiosos com algum papel centralizador. O clero xiita têm hierarquia mais definida que a do sunismo	<b>Justificativa do EI</b> O EI busca na tradição islâmica justificativas para as suas ações. Muitos de seus argumentos vêm do teólogo medieval Ibn Taymiyya (séculos 13-14), que inspira interpretações radicais do islã	<b>O que pensam os radicais?</b> Fundamentalistas pregam interpretação literal dos textos (em especial, do Alcorão) e descartam os séculos de outras interpretações, que consideram uma corrupção	<b>Morte de inimigos</b> Uma das justificativas para a morte de cidadãos estrangeiros é a punição pela política externa de seus países. O bombardeio no território do EI é visto como motivo para revides em prisioneiros

FONTE: Portal da Folha de São Paulo<sup>15</sup>

O Islamismo é baseado em cinco pilares: os testemunhos de fé, as orações, o pagamento do Zakat, o jejum no mês do Ramadã<sup>16</sup> e a peregrinação a Meca. O testemunho da fé é considerado o pilar mais importante, pois é a crença de que existe um único Deus, que não possui filho. Em relação às orações, os fiéis devem orar cinco vezes ao dia: na alvorada, ao meio-dia, no meio da tarde, ao pôr do sol e à noite, em qualquer lugar, com exceção de cemitérios e banheiros.

O Zakat significa purificação e é um apoio a quem precisa, doando uma parte dos bens aos pobres. Já o Ramadã é a prática do jejum dos muçulmanos desde o alvorecer até o pôr do sol, com objetivo de purificação espiritual. Por fim, o quinto pilar solicita a peregrinação a Meca, cidade sagrada dos fiéis que apresentam condições físicas e financeiras de o fazer, pelo menos uma vez ao ano. Para os muçulmanos, Jesus, filho de Maria, quando a hora final estiver próxima, descerá dos céus para a terra e trará justiça e igualdade. Para essa religião, Jesus não morreu, apenas subiu aos céus.

Todos os princípios fazem parte de um propósito geral: "Os objetivos mais importantes que o Islam preserva abertamente são a preservação da religião, da vida, da

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2015/11/24/isla-publish/>>. Acesso em out. 2017.

<sup>16</sup> O Ramadã é realizado no novo mês do calendário islâmico, o qual é lunar; por isso, não é celebrado todos os anos em uma mesma data. A duração da cerimônia é de 30 dias aproximadamente, e é obrigatória a todos aqueles que já chegaram à puberdade, com exceção de enfermos, lactantes, gestantes, idosos e mulheres em período menstrual.

honra, da riqueza, da mente, da descendência, assim como a preservação dos direitos dos fracos e débeis” (AL-SHEHA, s/d, p. 14).

No que tange à representação de imagens, interdita em seus preceitos, os muçulmanos argumentam que esta prática, pela via do humor, não é uma questão de liberdade de expressão, mas de ofensa a uma figura religiosa. Por mais que não seja clara a origem do preceito muçulmano que rejeita a representação visual, especialmente de profetas e seres sagrados, este é um dos pontos que está entre os que impulsionam os ataques, já que parte da população e da mídia faz brincadeiras e sátiras com o preceito, como no caso do semanário *Charlie Hebdo*.

Embora o ato de idolatrar imagens seja condenado por alguns ramos do Islã, alguns estudiosos islâmicos afirmam que o Alcorão não proíbe de forma explícita a fabricação das imagens. Ao longo da história do Islamismo, foram levantadas hipóteses, como a que indica que o profeta temia que o homem tentasse imitar a Alá por meio de imagens, então a idolatria era vista como uma ameaça.

A objeção às imagens do profeta é baseada no Hadith, que é um conjunto de tradições e práticas da religião, mas não haveria base na religião Islâmica que justificasse as retaliações e ataques contra a imprensa, em relação ao *Charlie Hebdo*. Mesmo assim, a crença dos fiéis é forte em relação à condenação de imagens, por isso os acontecimentos em torno das publicações não cessam. Destaca-se que, entre as vertentes do Islã, o ramo xiita é mais flexível em relação à questão, enquanto os sunitas consideram desrespeito e diminuição da dignidade e integridade dos profetas.

FIGURA 06: O ISLÃ E SUAS DIVISÕES

FONTE: Blog Mundialíssimo<sup>17</sup>

A ideia social e culturalmente pré-construída de que o muçulmano é um terrorista em potencial se dissemina e se cristaliza via mídia, visto que cada representação do espaço político do Oriente Médio fortalece um cenário de que o universo da religião do Islã se resume a ataques, guerra e intolerância. Por vezes, é ignorado pela mídia o fato de que a violência que envolve a religião é derivada também de processos políticos e sociais das regiões em questão.

A mídia nem sempre apenas reproduz identidades. Por vezes, são construídas imagens que criam ou que reforçam estereótipos sociais, separando a população em categorias: os muçulmanos são “eles”, não fazem parte do “nós” assumido pela imprensa; é sempre falado

<sup>17</sup> Disponível em: < <http://mundialissimo.blogfolha.uol.com.br/2014/12/08/o-que-sao-os-xiitas/>>. Acesso em out. 2017.

*sobre eles*, com base no senso comum, em pré-construídos e em uma homogeneização dos sujeitos muçulmanos:

A abordagem específica da liberdade de expressão está intimamente ligada ao contexto histórico e social de determinada sociedade ou cultura. Os processos de transformações das liberdades civis não aconteceram de maneira natural e progressiva, mas sim de modo dialético, contraditório e fruto do conflito de formas opostas de pensamento que surgiram ao longo dos anos. [...] Os meios de comunicação devem sempre exercer sua liberdade de expressão e analisar os fatos a partir de um espírito crítico e científico, acompanhando de perto os desdobramentos geopolíticos do mundo e combater as agressões aos direitos humanos, mas deve agir com responsabilidade, ética e bom senso (DIAZ, 2006).

Os rótulos a que os fiéis do Islamismo são submetidos são construídos, na maior parte das vezes, pela falta de conhecimento de quem reproduz esse discurso, já que a religião islâmica, assim como todas as outras, é seguida e interpretada por pessoas de diferentes etnias, origens, classes sociais, ideologias e posições.

É claro que o estopim para a relação entre Islamismo e terrorismo foi o acontecimento de 11 de setembro (e a repercussão dele), pois houve a associação entre o muçulmano e os responsáveis pela tragédia. Toda a questão, que é complexa, foi “simplificada” pela sociedade, talvez por medo, e a solução encontrada por muitos foi de evitar e rotular todo e qualquer muçulmano.

O sentido, como um efeito, não se constitui no ato de enunciação, mas na relação entre o acontecimento, a formulação do dizer e a memória discursiva, carregada de todo já-dito que de forma alguma é apagado. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 31), memória é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

Assim, a cada acontecimento que se transforma em tragédia em nome da religião, é ativada a memória discursiva que mostra o quanto o sentido não é pronto e acabado, e mostra como ele vai tomando forma e se moldando de acordo com a FD de quem enuncia e de quem interpreta. Aí, cruzam-se saberes presentes no interdiscurso que envolvem religiosidade, cultura, medo, preconceito e até mesmo ódio, que é reproduzido como discurso e disseminado pela mídia.

Por mais que em outras religiões também haja a violência em nome da fé e da crença, não se vê a mesma generalização como o que acontece com os fiéis do Islamismo. É exatamente esse o ponto em que intervém a AD: compreender as condições de produção e

todo o processo a partir dos quais se produzem sentidos que não diferenciam muçulmanos e terroristas.

É importante destacar que, por mais que o Estado Islâmico se declare como muçulmano, muitos fiéis do Islã não aprovam e até mesmo repudiam todos os atos violentos do grupo, alegando que eles não representam a religião e os adeptos a ela. Nesse contexto, o que deveria ser posto em xeque seriam as forças políticas que fazem uso do Islã e de parte de seus seguidores para fins negativos e não a religião em si, visto que o Islamismo e o Alcorão não pregam a violência.

De acordo com o G1 (2016), o Estado Islâmico é um grupo radical sunita regido pelo autoproclamado califa (sucessor de Maomé) Abu Bakr al-Bagdadi. Atualmente, ele domina áreas do Iraque e da Síria, impondo uma visão radical e distorcida do Islamismo. A criação do grupo se deu a partir do braço iraquiano da Al-Qaeda, que foi responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O objetivo do Estado Islâmico passou a ser conquistar mais territórios para impor sua interpretação do Islã, de forma que até a Al-Qaeda o considera extremamente brutal.

As relações culturais e todas as suas particularidades deram origem à teoria do Choque da Civilizações, proposta por Samuel Huntington:

Minha hipótese é que a principal fonte do conflito neste novo mundo não será primeiramente ideológica ou econômica. A grande divisão entre a raça humana e fonte dominante de conflito será cultural. Os estados nacionais permanecerão os mais poderosos atores nas relações mundiais, mas os principais conflitos da política global irão ocorrer entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas falhas entre as civilizações serão as linhas da batalha do futuro (HUNTINGTON, 1993, p. 1).

Segundo o estudioso, a principal fonte de conflito no mundo, momentos após a Guerra Fria, serão as identidades culturais e religiosas dos povos, ou seja, as divergências serão entre culturas, não entre classes sociais. Uma das divergências apontadas por Huntington como sendo a mais profunda seria entre a civilização Ocidental e a civilização Islâmica.

Albuquerque (*et al*, 2015) aponta que Huntington

toma o cuidado de afirmar que as nações-Estado continuam os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas frisa que os conflitos internacionais envolverão cada vez mais diferentes civilizações. As linhas de cisão entre as civilizações serão [...] cada vez mais as linhas de batalha do



futuro, inclusive dentro de países tensionados por questões étnico-religiosas. Huntington argumenta que os diversos conflitos entre nações-Estado e ideologias ocorreram no passado fundamentalmente no seio da civilização ocidental ou tendo esta por referência, exemplificando com os casos das duas grandes guerras mundiais e da própria Guerra Fria. Contudo, segue o autor, recentemente (mais precisamente sobretudo desde o fim da Guerra Fria), a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais, além das não-ocidentais entre si (ALBUQUERQUE *et al*, 2015, p. 226).

Em meio à pluralidade de culturas, crenças e hábitos, não há como não haver contrastes e conflitos entre as diferenças de valores entre os povos, especialmente em relação à religião, à política e às ideologias que perpassam cada civilização. O que amplifica o problema é o discurso da não aceitação da crença do outro, que contribui para a cristalização de estereótipos e pré-construídos negativos em relação a alguns povos, como os muçulmanos, o que transforma toda a questão em uma bola de neve, dando espaço a tragédias e ataques, como se viu nos casos Aylan Kurdi e *Charlie Hebdo*. O próximo capítulo objetiva justamente compreender os efeitos de sentidos constituídos na repercussão e na relação dos dois casos por meio do gesto analítico.

### 3 DISCURSO: ESPAÇO DE ABRIGO OU (MAIS UM) MOTIVO PARA FUGA?

*Não é o Holocausto, ou pelo menos ainda não. Como será chamada, daqui a alguns anos, essa maré humana que está arrebatando na Europa?*

Guy Sorman

Todos os dias, episódios são apresentados pela mídia. Se são inusitados, trágicos, cômicos, surpreendentes, irrelevantes, dignos de compaixão - ou de ódio -, quem diz são os sentidos constituídos pela própria mídia e (re)constituídos por quem lê, ouve, vê o que é mostrado: há uma interpretação que se pretende minimamente objetiva, mas que, sabemos, não é nada neutra ou ingênua. A discursivização dessas histórias, por meio das práticas midiáticas, resulta de gestos de interpretação, mediados pelo simbólico, os quais abrigam alguns sentidos, ao mesmo tempo em que desprezam outros. A nós interessa trabalhar por que e como isso acontece.

#### 3.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, diante do exposto, analisaremos como se dá a tomada de posição dos sujeitos do discurso de *Veja* (DV), de *Carta Maior* (DCM) e do *Charlie Hebdo* (DCH) e como, nessa tomada de posição, se instaura o espaço tenso entre o lugar social de jornalista e a inscrição na ordem da ideologia, a partir da qual se impõem decisões entre responder à linha editorial dos periódicos e/ou manifestar posicionamentos. Não propomos, aqui, encontrar um resultado, uma resposta. Mais do que isso, a AD objetiva fomentar questões, reflexões sobre o funcionamento do discurso e sobre as consequências sociais das práticas discursivas.

Por mais que muitos trabalhos versem sobre o discurso da mídia, consideramos pertinente, neste trabalho, analisá-lo, visto que ele circula justamente para falar sobre a sociedade e para a sociedade. Todos os recursos linguísticos e discursivos entre tantos outros utilizados pelos sujeitos do discurso a fim de tentar controlar o sentido, por meio dos textos divulgados, são mais que *possibilidades* de análise: é *necessário* analisá-los. O trabalho do analista de discurso, diante disso, é mostrar o funcionamento dos espaços de subjetividade nas formulações do sujeito do discurso jornalístico, em que pese o caráter objetivo desse tipo de discurso, considerando que, em AD, as análises não são tomadas exaustivamente, mas sim enquanto recortes.

Para que seja realizada a pesquisa, é necessário constituir o *corpus*, que deve ser socialmente relevante e cuja escolha não deixa de ser um gesto de interpretação. É exatamente esse gesto de interpretação que abordaremos aqui: em AD, a constituição do *corpus* é, de fato, uma ação do analista, que, depois de pré-selecionar um arquivo, separa, de acordo com os critérios estabelecidos, o foco de sua análise. Para Orlandi (2001, p. 27), o “que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise”, isto é, havendo organização e objetivos, o analista, após estudos, determina o material de análise e o modo de dispô-lo diante do olhar.

A escolha do *corpus*, mesmo antes da análise, produz sentido. O fato de o analista escolher X em detrimento de Y demonstra o caminho pelo qual percorrerá a pesquisa, que, a partir das bases teóricas eleitas para sustentação do estudo, é desenvolvida por um dentre tantos olhares possíveis sobre o mesmo *corpus* de análise.

A construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. [...] a melhor maneira de atender à constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão (ORLANDI, 2009, p. 63).

Em relação ao *corpus* desta pesquisa, foram selecionadas como materialidades discursivas colunas opinativas e charges que versam sobre dois eventos: a morte do menino sírio Aylan Kurdi e o atentado ao semanário francês *Charlie Hebdo*. Os acontecimentos foram postos em relação por um gesto nosso de interpretação: o discurso de ódio, assim como as questões históricas acerca da migração, permeiam os dois fatos. Além disso, por meio de charges publicadas pelo *Charlie Hebdo* sobre a morte do garoto, houve a união material e histórica dos dois casos. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar, por meio do *corpus*, as relações discursivas entre os dois fatos citados, considerando especialmente o discurso de ódio presente nas publicações.

Este *corpus* foi selecionado pelo fato de as colunas opinativas terem sido publicadas em veículos de comunicação com posicionamentos ideológicos distintos, o que possibilita a apreensão dos contrastes entre as FDs que os perpassam e os efeitos de sentido produzidos a partir dos textos. Já as charges do *Charlie Hebdo* foram escolhidas por materializarem discursos constantemente reproduzidos pela sociedade em relação aos refugiados, além de destacarem a união material e discursiva entre as duas situações.

Nesse sentido, fazem parte do *corpus* desta pesquisa SDs das colunas *Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico “Charlie Hebdo” na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial — e infelizmente deve reforçar o sentimento anti-islâmico e anti-imigrantes na União Europeia*, de Ricardo Setti, publicada na *Veja*; *Je ne suis pas Charlie, eu não sou Charlie*, escrita por Rafo Saldanha, e *O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar e pensar*, ambas publicadas na *Carta Maior*; e as charges sobre a morte do menino Aylan Kurdi, publicadas no *Charlie Hebdo*.

A noção de SD, proposta por Courtine (2009) a partir da noção de enunciado, formulada por Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969), refere-se a “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p. 55) e permitiu romper com “o postulado de homogeneidade” que dominava as constituições de *corpus* em AD (COURTINE, 2009, p. 90). Ainda sobre essa noção, “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD” (COURTINE, 2009, p. 84). Após a seleção das SDs, no processo analítico, atentou-se para as pistas linguísticas enquanto material, que articula o funcionamento de ideias.

O primeiro passo para compreender as análises é conhecer os veículos de comunicação em destaque neste trabalho: *Veja* e *Carta Maior*. A *Carta Maior* é uma revista eletrônica que se autodenomina “Portal de Esquerda”. Foi fundada em 2001, em Porto Alegre, juntamente com a primeira edição do Fórum Social Mundial<sup>18</sup>. É um veículo que defende a democratização da mídia e do Estado brasileiro e objetiva contribuir para o fortalecimento da integração sul-americana. O foco da revista são os direitos humanos, o meio ambiente, a política, a economia e os movimentos sociais. A revista eletrônica conta com um vasto número de colunistas, os quais discorrem sobre política, economia, religião, cultura, educação, direitos humanos, meio ambiente, entre outros temas.

Já a *Veja* foi fundada em 1969 e é publicada pela Editora Abril semanalmente. Aborda política, economia, cultura, tecnologia, ciência, ecologia, religião etc. É a revista brasileira de maior circulação nacional, uma vez que é realizada a impressão de mais de um milhão de cópias de cada edição. A linha editorial do periódico é de tendência neoliberal, doutrina que adota os valores políticos e econômicos do capitalismo e defende a não participação do Estado na economia.

---

<sup>18</sup> Evento organizado por movimentos sociais de muitos continentes cujo objetivo é elaborar alternativas para uma transformação social global.

Os dois veículos de comunicação apresentados são ideologicamente distintos, o que é visível pelos posicionamentos adotados, bem como pelos objetivos editoriais. Uma vez que a imprensa é formadora de opinião, considera-se necessário o estudo de publicações, especialmente das que abordam temas polêmicos, pois os sentidos constituídos a partir desses textos interferem no posicionamento da população em relação ao assunto.

### 3.2 VEJA: EM PAZ COM A LIBERDADE DE IMPRENSA, EM GUERRA CONTRA OS CHOQUES CULTURAIS

A partir da SD 01, inscrita em uma formação ideológica constituída por práticas e representações relacionadas à liberdade de imprensa, já é traçado um perfil de quem são os muçulmanos. Por mais que, em tese, o sujeito do DV esteja se referindo aos responsáveis diretos pelo atentado, a adjetivação e a forma como é construído e disseminado o discurso acaba produzindo efeito de homogeneização, de modo que todos os muçulmanos acabam sendo considerados fanáticos.

**SD 01:** O cruel e covarde ataque de fanáticos assassinos muçulmanos contra o semanário satírico francês *Charlie Hebdo*, provocando a morte de 12 pessoas, inclusive de quatro cartunistas idolatrados na França, já é considerado o maior atentado contra a imprensa livre desde a II Guerra Mundial na Europa (grifos nossos).

O atentado ao *Charlie Hebdo*, enquanto evento histórico, é (re)dito a partir da narrativa midiática, a qual, enquanto prática histórico-social, produz discursivizações sobre ele, o que implica inevitavelmente nos modos como os significados sobre o fato passam a se sedimentar. E isso tem a ver com o trabalho do colunista com a materialidade linguística, que se refere tanto com a seleção dos diferentes itens lexicais quanto ao modo como são linearizados/organizados: de um lado, as adjetivações ao ataque, as quais se inscrevem em um eixo de negatividade: “*cruel*”, “*covarde*”, “*o maior atentado*”, as quais se encontram em contiguidade às adjetivações atribuídas aos muçulmanos: “*fanáticos assassinos*”. De outro lado, em uma oposição maniqueísta, o alvo do ataque, “*12 pessoas*” e “*cartunistas idolatrados na França*”, cuja abertura de sentidos permite a interpretação de conteúdos relacionados à inocência. Agregada a isso, há a qualificação de “livre” para a imprensa, pivô do acontecimento. Este atributo faz convergir sobre as práticas midiáticas o resultado que se quer fazer “vencedor” no jogo de forças nos dois polos anteriormente descritos (o da

negatividade e o do maniqueísmo): se a imprensa é livre, muçulmanos só podem ser assassinos cruéis e covardes ao atacarem cartunistas idolatrados que nela se expressam. Esse fortalecimento da mídia sobre a imagem estereotipada dos muçulmanos faz com que a visão preconceituosa da população sobre os fiéis do Islamismo reste cristalizada, enraizada na memória, mesmo que muitos cidadãos nem ao menos conheçam a fundo ou superficialmente os preceitos da crença.

O termo *covarde*, como já dito, é um dos adjetivos negativos utilizados para fazer referência aos responsáveis pelo ataque. Na definição de Bechara (2009, p. 142), adjetivo é “a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou a um aspecto do denotado”. A função gramatical do adjetivo, como apontada por Bechara (2009), restringe-se a caracterizar um substantivo; no caso, o adjetivo *covarde* caracteriza o *ataque*. Já a função discursiva, a qual destacamos aqui, considera o(s) efeito(s) de sentido constituído(s) a partir dos lugares de leitura. Nesse caso, a função parece ser a de evidenciar a distância entre muçulmanos e cartunistas, assim como entre outros inscritos nas mesmas FDs dos sujeitos em questão, uma vez que aponta, de certa forma, os cartunistas como indefesos, *mais fracos* na circunstância, enquanto os muçulmanos, os *covardes*, agiram contra quem estaria impossibilitado de se defender. Entretanto, é silenciado o fato de que, quando publicadas as charges satirizando o profeta Maomé (e por consequência satirizando todos os muçulmanos que se sentiram ofendidos), os seguidores do profeta também se sentiram impotentes e sem defesa, já que a mídia, com todo o poder que detém, estava, de acordo com o olhar dos fiéis, menosprezando sua crença.

Ao dizer que os cartunistas franceses eram *idolatrados*, o enunciador do DV assume posicionamento favorável ao humor ácido e deixa transparecer que o atentado não afetou apenas ao *Charlie Hebdo*, mas a toda a França, que perdeu *ídolos* e que, por isso, condena os muçulmanos. Os profissionais do *Charlie Hebdo* são apresentados pelo DV como vítimas da situação, enquanto os muçulmanos *fanáticos* seriam os vilões, contraste este que resulta em uma relação maniqueísta. Pode-se dizer que há pontos de encontro entre as posições do sujeito do DV e do DCH, já que ambos inscrevem-se em uma FD de defesa da liberdade de imprensa sem censura, pelo menos naquilo que lhes convém.

A SD que segue apresenta as representações sobre os sujeitos migrantes a partir do funcionamento das expressões adjetivas com funcionamento determinativo:

**SD 02:** Infelizmente, os criminosos partidários da barbárie e absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão que, em sua visão distorcida, possa ferir dogmas nos quais acreditam — como os autores desse atentado —, só vêm reforçar o crescente sentimento antiislâmico na Europa que, por extensão, se estende e acaba se confundindo com uma forte hostilidade a imigrantes em geral (grifos nossos).

Assim, ao referente “*os autores desse atentado*”, são atribuídas determinações:

- 1) criminosos partidários da barbárie;
- 2) absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão;
- 3) (têm) visão distorcida.

O funcionamento da adjetiva restritiva limita as características/determinações a um grupo em específico que faz parte de um grupo maior: não são todas as pessoas, nem mesmo todos os fanáticos assassinos, mas sim aqueles que são fanáticos assassinos *muçulmanos*. Chega-se a esse grupo pela ordem do discurso, visto que se trata de um juízo de valor que se faz no recorte da realidade. Esse é o próprio do funcionamento da ordem do discurso. A ênfase recai sobre um grupo/povo que é deixado à margem por FDs hegemônicas muitas vezes xenofóbicas. O *estar à margem* não é abarcado pela língua, mas sim pelo discurso, pois, se as determinações atribuídas aos muçulmanos fossem atribuídas a fiéis de outra religião, a compreensão ficaria truncada, uma vez que a associação, pelo viés do efeito do interdiscurso apagado pelo intradiscurso, se dá, nesse cenário, apenas aos muçulmanos.

Ainda sobre as orações subordinadas adjetivas: a partir da gramática normativa, elas são divididas em explicativas e restritivas e possuem função e valor de adjetivo, sendo normalmente introduzidas por pronome relativo. Sobre as explicativas e restritivas, Bechara (2009, p. 384) aponta que:

a adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem. Na língua falada, aparece marcada por pausa em relação ao antecedente e, na escrita, é assinalada por adequado sinal de pontuação, em geral, entre vírgulas: O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja. Repare-se em que a oração adjetiva que vinha a cavalo denuncia que, na narração, só havia um homem, de modo que a declaração que vinha a cavalo pode ser dispensada: O homem parou defronte da igreja. Já em O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja, a oração adjetiva, proferida sem pausa e não indicada na escrita por sinal de pontuação a separá-la do antecedente, demonstra que na narração havia mais de um homem, mas só o “que vinha a cavalo” parou defronte da igreja. A esta subordinada adjetiva se chama restritiva.

Já Pêcheux trata do funcionamento das orações adjetivas como mais do que uma mera explicação ou restrição, como é sugerido pelo viés normativo de gramática, mas sim como uma situação discursiva que vai além de uma questão linguística, isto é, a interpretação das orações adjetivas, explicativas e restritivas, está diretamente relacionada às FDs, uma vez que estão em relação com a esfera da ideologia. A noção de esquecimento/apagamento também faz parte desse processo. Para Pêcheux (2009, p. 183), “o termo ‘esquecimento’ não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de ‘perda de memória’, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”.

Segundo preceitos apresentados pelo autor, pode-se dizer que, no caso das orações explicativas, não há apagamento da relação entre a relativa e o que a antecede. O autor complementa que:

O mecanismo da relativa ‘explicativa’, que tem como característica essencial o fato de constituir, em si mesma, [...] um elemento saturado, por oposição à relativa ‘determinativa’, e ao efeito de pré-construído [...]: podemos ser mais precisos, ao observar que a proposição explicativa [...] **intervém como suporte do pensamento contido em uma outra proposição**, e isso por meio de uma relação de implicação entre duas propriedades [...]. Daremos a essa relação o nome *efeito de sustentação*, destacando que é ela que realiza a *articulação* entre as proposições constituintes (PÊCHEUX, 2009, p. 101, *itálicos do autor, grifos nossos*).

Em relação às adjetivas restritivas (ou relativas determinativas), há, ao contrário do que se disse sobre a explicativa, o efeito de apagamento, o que gera, no sujeito, a ilusão de ser a fonte do que diz, como pode ser observado no enunciado “criminosos [que são] partidários da barbárie e [que são] absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão [...] só vêm reforçar o crescente sentimento antiislâmico na Europa”. O enunciador do DV, assim, estabelece uma relação linguística que possibilita o acesso ao funcionamento ideológico, no qual se materializa o processo discursivo estabelecido entre o atentado e o estigma aos muçulmanos, uma vez que o “laço é possível pelo viés ideológico-cultural” do momento (PÊCHEUX, 2016, p. 231). Destaca-se, então, que a recuperação dos elementos se dá pela via dos pré-construídos que são afirmados a respeito dos migrantes e muçulmanos, e lá se encontra o efeito de sustentação.

O DV enuncia também que os muçulmanos atiradores veem seus dogmas sendo feridos pelo *Charlie Hebdo* por terem *visão distorcida*. Os dogmas são considerados feridos não só pelos atiradores, mas por todos os muçulmanos. Assim, a oração restritiva



“[criminosos que são] **absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão**” alarga o termo “criminosos” e recai sobre os muçulmanos em geral. Entendemos assim pois do exterior da gramática surge um “saber que constitui [...] uma espécie de dispositivo de articulação de enunciados” (PÊCHEUX, 2016, p. 231).

A linearização do discurso possibilita o efeito de sentido de que, para o DV, *Charlie Hebdo* estava apenas exercendo o direito de liberdade de expressão e que a causa da tragédia foi o fanatismo dos muçulmanos. Nesse sentido, é perceptível a inscrição do sujeito do DV em uma saberes de ordem favorável à liberdade de expressão, visto que, para ele, sátiras em relação à fé não devem ser consideradas ofensivas, pois o sujeito se pauta no direito de expressão dos cartunistas. Assim, se não houvesse fanatismo, não haveria problemas com as charges publicadas, pois o olhar de revolta estaria nos muçulmanos.

Contudo, não é mencionado pelo DV o preceito islâmico que proíbe a representação da imagem de Alá e dos profetas muçulmanos: de acordo com algumas vertentes do Islamismo, seres sagrados não devem ter suas imagens representadas, pois muçulmanos não devem praticar a idolatria<sup>19</sup>. Para eles, as imagens de Alá e dos profetas devem ser apenas imaginárias.

*Veja*, por se tratar de um periódico neoliberal, não apoia a forma como são trabalhadas as políticas de imigração, o que é percebido no segmento *excesso de liberalidade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países europeus*, da SD 03.

**SD 03:** É desinformado quem imagina que boa parte dos movimentos desse tipo, como o que vem crescendo na Alemanha, é composto de radicais racistas de direita ou de extrema direita. Não, cada vez mais pessoas de bom nível educacional, que votam em partidos da chamada “direita civilizada” — ou seja, inteiramente conformes aos padrões da democracia —, de centro, de centro-esquerda e mesmo de esquerda estão participando de manifestações contra o que consideram excesso de liberalidade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países europeus (grifos nossos).

Mais uma vez, o sujeito do DV manifesta, pela via da escolha das palavras, a separação de dois grupos: os que estão participando de manifestações contra o que consideram excesso de liberdade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países

<sup>19</sup> Por mais que idolatria e representação de imagens apresentem sentidos distintos em muitos contextos, para parte dos fiéis do Islamismo, as duas noções remetem à mesma ação. Essa interpretação se dá especialmente por um trecho do Alcorão: “O vinho, os jogos de azar, os ídolos são abominações inventadas por Satã. Abstenham-se”. Diante disso, toda e qualquer representação do Profeta é duramente reprovada por muçulmanos de correntes mais rígidas.

europeus e os que não estão participando. Em relação aos que participam, há a possibilidade de compreensão de que **não só** “radicais racistas de direita ou de extrema direita” o fazem, **mas também** “pessoas de bom nível educacional, que votam em partidos da chamada ‘direita civilizada’, inteiramente conforme os padrões da democracia”, “de centro”, “de centro-esquerda”, “e *mesmo* de esquerda”). O enunciador do DV não explicita quem são os participantes do grupo sem envolvimento com as manifestações, mas a abertura de sentidos possibilita a interpretação de que, para o sujeito do discurso, seriam pessoas cujas características são negativas: sem um bom nível educacional e eleitores de vieses políticos que não estariam inteiramente conforme os padrões da democracia, isto é, sujeitos inscritos em FDs que contrastam com aquilo que é defendido por ele, em consonância com sua inscrição na linha editorial de *Veja*.

Historicamente, há uma espécie de batalha entre simpatizantes das correntes políticas apresentadas pelo sujeito do discurso, o que constantemente aciona e (re)significa a memória discursiva, já que posicionamentos políticos estão relacionados a conquistas de territórios, a poder e a grupos hegemônicos, que colocam em prática seus princípios e valores, gerando um novo ciclo de seguidores e de oposição. A partir dessa memória, o sujeito separa “os lados” partidários de forma a construir uma linha como uma escala, em que o *equilíbrio*, o *certo* e o *democrático*, no caso, os partidos da *direita civilizada*, estariam no centro, ditando como a sociedade deve prosseguir em detrimento do que os outros posicionamentos consideram pertinente. Nessa linha, ao afirmar que existe uma *direita civilizada*, entende-se que há também uma *direita não civilizada*. Assim, o discurso falha, fazendo irromper a ordem do equívoco, e indica que o sujeito do DV antecipa possíveis brechas em seu posicionamento político, na medida em que diz, sem dizer, e também por tentar controlar o discurso, para impedir que as posições por ele defendidas sejam debitadas à direita “não civilizada”.

A seleção do léxico ainda diz e significa: o uso de *e mesmo* não passa despercebido, isso porque nele há peculiar valor linguístico. Na gramática de Bechara (2009, p. 492, grifos do autor), *mesmo* é apresentado como reforçador de identidade e indicador de identidade idêntica, não abarcando o uso como visto na SD 03:

a.1) reforçador de identidade:

[...] Ela **MESMA** não sabia de si, o que faria logo, onde estaria amanhã.

a.2) indicador de identidade idêntica:

[...] Alguns meses depois, em Joinville, estado de Santa Catarina, repetiu o espetáculo com a **MESMA** pessoa, em benefício de um orfanato.

Moura Neves (2000, p. 549), em sua gramática de usos do português, também não engloba, nos usos de *mesmo*, comportamento linguístico que foi identificado nesta análise:

2) **Mesmo, próprio, só** – Concordam com a palavra determinada em gênero e número:

Ele *mesmo* disse a verdade. [...]

*Mesmo*, além de se empregar na ideia de identidade (= em pessoa), aparece ainda como sinônimo de *próprio*, *até*:

“ao *mesmo* demônio se deve fazer justiça, quando ele a tiver” [...].

O comportamento linguístico de *mesmo*, no contexto em que foi empregado, estabelece relações de inclusão, de surpresa, de algo imprevisível que passou a ocorrer. A presença linguística de *mesmo* marca no discurso como inusitado, para a FD, o fato de eleitores de esquerda em um mesmo movimento que os de direita, visto que, em tese, estariam em polos opostos em termos de ideais políticos, pois, em teoria, os simpatizantes com a esquerda são pró-imigrantes e contrários a boa parte das atitudes tomadas pela direita. Assim, nota-se o empenho do sujeito do DV em aproximar as pautas da direita às da esquerda, mostrando o quão legitimada está a causa defendida: não só a direita apoiaria as manifestações, mas também a esquerda, que, historicamente, como dito acima, apoia o asilo aos migrantes.

O segmento *inteiramente conforme os padrões da democracia*, atribuído à direita política pelo enunciador do DV, demonstra que os sentidos da democracia ficam em um campo de abertura interpretativa. *Democracia*, pelo viés etimológico, significa “governo do povo”, mas, sem dissociar o termo em questão da historicidade e, considerando o que foi dito pelo sujeito do discurso de *Veja*, para essa FD, os migrantes e refugiados não têm os mesmos direitos nos países em que buscam moradia que os nativos; isto é, não fariam parte do “povo” desses países. Assim, a democracia não se faria por completo: se há exclusão de grupos, não há democracia integralmente, o que contradiz, considerando esse viés de sentido, o que foi posto sobre a direita política de ser *inteiramente conforme os padrões da democracia*.

O emprego dos adjetivos nos enunciados, uma vez que se diz *x* para não dizer *y*, é significativo: o sujeito do discurso afirma que é *desinformado* quem pensa de forma diferente daquilo que o sujeito do DV apresenta, entendendo-se que há aqueles que são informados, ou seja, os eleitores de mesma vertente política que ele. Além disso, observa-se enquanto efeito de sentido do mesmo enunciado que haveria a defesa aos muçulmanos por conta do desconhecimento da realidade; assim, o jornalista, a partir de sua posição, estaria possibilitando que o leitor tomasse ciência dos fatos. A mídia, cujo dever é comunicar o que

acontece à população, por ser formadora de opinião, é vista, por vezes, como detentora da *verdade*, moldando, então, pontos de vista com base em ideologias, como ocorre neste caso, com o sujeito do DV, o qual também defende a tendência política à direita, passando ao leitor a ideia de que apenas essa vertente *é inteiramente conforme os padrões da democracia*, mesmo essa democracia excluindo, aparentemente, os migrantes e os muçulmanos, sendo estes últimos caracterizados pelo periódico, como se vê na SD 04:

**SD 04:** Em geral muito pouco qualificados profissionalmente, com dificuldades imensas para adaptar-se à cultura ocidental e para aprender o idioma, essas pessoas, majoritariamente muçulmanas, acabam permanecendo indefinidamente no país graças a grupos de pressão vários, inclusive defensores dos direitos humanos, dificultando a adoção de políticas de imigração dos governos destinadas a preencher necessidades específicas da sociedade (grifos nossos).

O enunciador do DV, enquanto sujeito que se constitui no cerne de uma ideologia dominante e hegemônica, contrária aos subsídios públicos em prol de migrantes, reproduz discursos meritocráticos, que menosprezam esses estrangeiros, neste caso, os seguidores do Islamismo, e os colocam em posição de inferioridade em relação aos europeus. O uso linguístico dos intensificadores (*muito pouco*, *imensas*, *majoritariamente*) só demonstra, mais uma vez, que os sentidos efetivados são delimitados por aquilo que a posição em que o sujeito do discurso se inscreve permite dizer: os migrantes são *muito pouco* qualificados profissionalmente; apresentam *dificuldades imensas* para adaptar-se à cultura ocidental e aprender o idioma; são *majoritariamente* muçulmanos. O sujeito do DV, com a ilusão de estar na origem do que diz, não se dá conta de que, na realidade, reproduz discursos já cristalizados historicamente, sendo acionados por meio de uma memória que aponta como consequência aquelas que são, possivelmente, as causas das dificuldades enfrentadas por migrantes e muçulmanos - mesmo pelos fiéis do Islã nativos europeus. São silenciados pelo sujeito do DV alguns fatos: a falta de oportunidades de emprego para migrantes e muçulmanos; o preconceito enfrentado por eles, adultos e crianças, por conta de sua origem, crenças, vestimentas e situação social; o não acolhimento por parte da sociedade, que, em grande parte, não demonstra interesse em contribuir para que essas pessoas tenham uma fácil adaptação na nova vida, na nova nação, nem em considerar como cidadãos oficiais os filhos nascidos na Europa de migrantes.

Assim, o enunciador do DV reproduz pelo intradiscurso discursos que estão presentes no interdiscurso, que são aprovados por *Veja*, e que fortalecem o estigma aos migrantes, especialmente aos muçulmanos. Alguns acontecimentos fortalecem o imaginário negativo em relação aos muçulmanos, especialmente os ataques terroristas envolvendo o Estado Islâmico. Ferreira (2010, p. 81) aponta que os sentimentos discriminatórios baseados em questões como religião e origem étnica ainda preocupam a União Europeia: “Eventos como o 11 de Setembro, os ataques de Madrid em 2004 e Londres em 2005 [...] tiveram impacto nas representações sociais dos imigrantes e deram novo ímpeto ao debate sobre a integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento” (FERREIRA, 2010, p. 81).

No imaginário sobre os migrantes, espera-se que eles se submetam às condições impostas pelo país de abrigo, já que estão recebendo uma espécie de *favor* por serem acolhidos, como se não fossem *merecedores* ou *dignos* de uma vida com as mesmas condições e direitos dos demais cidadãos. No DV, a voz dos migrantes é silenciada. Fala-se *sobre* eles, mas não há espaço para que falem a partir de seus lugares sociais. O discurso disseminado é transpassado por saberes da ordem da meritocracia, como já mencionado, pois é reforçado o pré-construído de que o respeito *merecido* pelos migrantes é conquistado por meio de qualificações profissionais, independentemente de haver ou não oportunidades para tanto. Segundo Batista e Parreira (2013),

imigração e imigrantes só são tolerados, na prática, quando, no balanço entre custos e lucros, vantagens e desvantagens, se apresenta um saldo positivo, qual seja, a imigração só deve apresentar “vantagens”, especialmente as econômicas, sendo que as “desvantagens” (custo social e cultural) devem ser evitadas a qualquer preço. Dessa forma, a regulamentação da imigração tem um claro objetivo, embora este jamais seja revelado: impor a definição de imigrante que precisa ser constituída em função das necessidades de cada momento, de cada circunstância, mudando constantemente ao sabor do momento e das oscilações de população (BATISTA; PARREIRA, 2013, p. 297).

O sujeito do DV, ao dizer que os migrantes *acabam permanecendo* no país, abre espaço para a compreensão de que eles não deveriam ali permanecer, mas, se permanecem, não seria por *mérito próprio* ou conquistas, mas sim pelo usufruto de benefícios adquiridos por conta da pressão exercida pelos defensores dos direitos humanos. Observa-se que a própria noção de direitos humanos fica em aberto: muitos migrantes e refugiados perdem a vida em busca de asilo, então é contraditório o colunista afirmar que não deveria ser apoiada pelos defensores dos direitos humanos a permanência dos migrantes no continente europeu. Contudo, nessa abertura de sentidos sobre os direitos humanos, entende-se que, para o sujeito

do DV, deve haver *merecimento* para que o sujeito tenha esses direitos, não bastaria ser *humano*.

Considerando que a língua não é neutra e que, por ela, são explicitadas as relações de poder, pode-se dizer que *Veja*, por meio do enunciador, ao defender a necessidade de preenchimento de *necessidades específicas da sociedade*, não determina quem é a sociedade a que se refere, levantando questões: quem faz parte desse conjunto e quem não faz? Que condições precisam ser preenchidas para ser considerado cidadão francês no sentido pleno, aquele que cumpre deveres, mas também goza de direitos? E quais são as necessidades específicas?

O sujeito do DV parece referir-se à sociedade como franceses não muçulmanos, não incluindo, como integrantes da sociedade, migrantes, refugiados e fiéis do Islamismo, mesmo os nativos, grupo, então, marginalizado. Com isso, entende-se que as políticas de imigração dos governos, na visão de *Veja*, deveriam favorecer a quem já está em posição hegemônica em detrimento dos próprios migrantes. Se a materialidade linguística deixa em aberto o espaço de interpretação, as práticas históricas autorizam algumas leituras, na medida em que o olhar sobre a condição de muçulmanos e imigrantes na sociedade francesa mostra que estes vivem à margem.

No caso da SD 05, a imigração aparece como causa de situações consideradas *inusitadas e complexas* pela FD, como o uso de variações linguísticas pelos jovens alemães, que convivem com filhos de migrantes em bairros periféricos.

**SD 05:** Essa imigração não planejada tem levado a situações inusitadas e complexas — por exemplo, a convivência com os filhos de imigrantes, sobretudo em bairros periféricos, tem levado milhares de jovens alemães a não mais dominarem sua própria língua corretamente. Em escala menor, o mesmo se dá na vizinha Áustria, na França, na Itália e na Espanha (grifos nossos).

Fala-se a partir de um lugar que não aprova a aceitação de migrantes em países europeus, nem mesmo as transformações sociais que acontecem com a mistura de povos, como trocas culturais, variações linguísticas, novos costumes e crenças e miscigenação. O periódico inscreve-se em domínios de saber sobre o conhecimento de língua que difere do que está posto pelos estudos linguísticos das últimas décadas e critica o contato entre jovens estrangeiros e jovens alemães, com o argumento de uma suposta “contaminação linguística”: estes *deixariam de dominar a própria língua corretamente*, aos olhos do Estado, uma vez que

este “associa o efeito de homogeneidade da língua ao registro vernacular, distante da língua viva” (ZANDWAIS, 2012, p. 182). A discussão sobre o domínio *correto* da língua materna, de fato, não é recente, já que aspectos relacionados à norma padrão sempre estiveram presentes na pauta de políticas linguísticas de diferentes sociedades, abrigando, inclusive, questões relativas à mudança linguística. O discurso é preconceituoso, já que se valoriza mais o registro linguístico privilegiado, isto é, a fala de acordo com os pressupostos da gramática normativa, do que a compreensão entre sujeitos. Ignora-se a diferença entre formalidade e informalidade, visto que diálogos rotineiros não se encaixariam em uma situação em que o uso formal da língua se faz pertinente. Mais do que isso, por meio da relação entre língua e poder, identifica-se a resistência dos alemães a aceitarem a presença e o convívio com migrantes e seus filhos, já que creem em uma quase perda de identidade de nação ao notarem transformações na língua alemã oriundas de trocas linguísticas entre povos. Uma vez que a língua materializa essas relações de poder, o sujeito do DV valoriza as relações de prestígio e especialmente as relações identitárias associadas a ela.

A situação de contato entre o uso *correto* da língua materna (por um jovem alemão) e o uso com variações (por um jovem migrante, cuja segunda língua é o alemão) é apresentada como *inusitada* e *complexa* pelo enunciador do DV, que, mais uma vez, apoia-se na adjetivação para criticar união entre povo e classes, o que carrega também sentimentos de xenofobia e de ilusão de língua homogênea, como aponta Zandwais (2012, p. 180):

A necessidade de forjar um imaginário de língua homogênea, sem hibridez, numa nação, de tal forma que as próprias condições históricas que atestam os processos de hibridação da língua precisam ser rejeitadas, anuladas, em favor da hegemonia de um código que, forjando o ideal de unidade nacional, de identidade de um povo e transvestindo-se numa ‘unidade linguística’, parece ainda carecer de discussões, uma vez que sendo tomada como patrimônio da nação, a língua nacional torna-se homogênea, para os fins políticos que a serve, sendo refratadas as condições concretas sob as quais ela funciona.

Os estudos sobre falas adequadas/inadequadas, pertinentes/não pertinentes, em detrimento da defesa do certo/errado, não ganharam espaço em todos os âmbitos da sociedade, o que fortalece discursos como o do sujeito do DV, de não aprovação de mistura entre línguas, variações linguísticas e diferentes classes, “ou seja, a linguagem corporifica a ideologia em suas múltiplas formas de realização e de variação” (ZANDWAIS, 2012, p. 181).

Os significados sobre o caso *Charlie Hebdo* são transformados a partir da repercussão midiática, como a coluna publicada pela *Veja*, que direciona o olhar do leitor para um aspecto

similar ao defendido pelo periódico francês: o de que satiriza, ou condena, por uma razão ou outra, o migrante. Diante disso, considerando a discursividade, observamos que o sujeito do DV desqualifica os sujeitos migrantes aqui pela ordem da língua, pois crê que eles *contaminariam* a suposta pureza linguística. É dito na SD que a convivência citada leva os jovens alemães *a não mais dominarem sua própria língua corretamente*, entretanto levanta-se a questão: algum dia os jovens alemães dominaram a própria língua totalmente de acordo com gramática normativa?

Toda essa questão linguística levantada pelo sujeito do DV está atrelada, de certa forma, à teoria do choque de civilizações, mencionada no segundo capítulo, que aponta como causa dos conflitos no mundo as diferenças entre culturas, e não entre classes sociais, proposta pelo norte-americano Samuel P. Huntington. Na SD 06, a teoria é citada pelo sujeito do DV:

**SD 06:** O “choque de civilizações”, tantas vezes anunciado e tantas vezes negado, lamentavelmente está à vista, e suas consequências só podem ser muito, muito ruins (grifos nossos).

Considerando que a teoria em questão faz referência a um conflito com base em contrastes culturais, o sujeito do DV a incorpora em seu discurso como forma de fortalecer sua argumentação, já que ela reforça a posição defendida em relação à situação dos migrantes. Se o choque cultural só pode ter resultados negativos, por que a Europa aceitaria migrantes? Nesse mesmo sentido, ao apontar que o *choque de civilizações só pode trazer consequências muito, muito ruins*, questiona-se: para quem seriam as consequências negativas? Se tantos migrantes buscam asilo na Europa, é porque as consequências da mudança seriam, em tese, melhores que a permanência no lugar de origem. Assim, o sentido do enunciado do sujeito do DV fica aberto, e essa abertura possibilita entender que as consequências a que se refere seriam negativas para a população nativa, isto é, não para os migrantes. As marcas linguísticas demonstram o quão negativas são as consequências mencionadas para a FD em que *Veja* e o enunciador do DV se inscrevem, uma vez que o uso do advérbio *muito* é duplamente utilizado:

Advérbio é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância [...] e desempenha na oração função de adjunto adverbial. O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira (BECHARA, 2009, p. 287, grifos nossos).



Discursivamente, o intensificador *muito* significa, até porque não é utilizado uma única vez. A repetição do termo como estratégia de argumentação reafirma a crítica ao choque de civilizações, isto é, ao convívio entre diferentes povos e seus reflexos sociais, de forma hiperbólica, sendo então um mecanismo de intensificação não ingênuo. Assim, percebem-se similaridades entre a posição assumida e defendida por *Veja* e a teoria de Huntington (1993), uma vez que ambas enfatizam como um *problema* as questões culturais em detrimento das questões de classe social. Contudo, vale retomar um trecho da SD 04: *por exemplo, a convivência com os filhos de imigrantes, sobretudo em bairros periféricos, tem levado milhares de jovens alemães a não mais dominarem sua própria língua corretamente*. Mais uma vez, a língua falha e observamos o equívoco: para *Veja*, não são apenas os choques culturais que são negativos, mas também os de classe social, uma vez que o registro linguístico encontra-se historicamente associado à estratificação social, em que é enfatizado o fato de, de certa forma, não serem consideradas positivas as consequências das visitas de jovens alemães a bairros periféricos.

**SD 07:** A Alemanha, cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão, vive uma situação cada vez mais complicada: só no ano passado, mais de 200 mil refugiados, sobretudo da guerra civil na Síria, ingressaram em seu território, e a maior parte deles, por força de diferentes leis, acabam fazendo jus a ajudas e subsídios dos cofres públicos (grifos nossos).

Na SD 07, são mencionados como justificativa para as ações da Alemanha em relação aos refugiados eventos históricos que fazem parte das condições de produção que possibilitam entender o que é discursivizado pelo sujeito do DV. O nazismo da Alemanha não é citado à toa: 10 milhões de pessoas morreram, entre judeus, negros, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais, para citar alguns dos grupos que eram vítimas da política liderada por Hitler. A menção ao passado discriminatório e opressor do país europeu faz emergir o encontro entre história e memória, acionadas de forma a justificar a razão pela qual a Alemanha *acaba tendo* que aceitar muitos refugiados, como se o Estado alemão tivesse uma dívida a ser paga, ou mesmo para aliviar o peso da consciência da nação. Isso ocorre especialmente por estar presente no interdiscurso o conhecimento de tudo o que o nazismo representou. É um saber acionado pela linearização do discurso, mas que, por uma retomada, está vinculado aos pré-construídos acionados pela via da memória.

Mas há também outros fatores que contribuem para que a Alemanha abrigue os refugiados e estes busquem primeiramente abrigo na nação alemã, fatores esses que não são ditos na coluna de *Veja*. Existe uma regra europeia, chamada de Regulação de Dublin, que exige aos refugiados que solicitem asilo no primeiro país em que chegarem ao continente europeu. Entretanto, a Alemanha abriu uma exceção para os sírios, autorizando que seja feito o registro independentemente de que país os recebeu. Assim, muitos refugiados automaticamente buscam asilo na Alemanha e recusam registro em outros países. O que também motiva a Alemanha a *desejar* que haja a entrada de refugiados sírios é a queda da taxa de natalidade no país enquanto cresce a população idosa, isto é, os gastos estão em ascensão enquanto a classe trabalhadora está reduzida. Vale destacar que outros países da Europa também enfrentam essa situação e rejeitam a entrada de refugiados, mas a Alemanha é o país com a menor taxa de natalidade do mundo, de acordo com dados<sup>20</sup> dos últimos cinco anos.

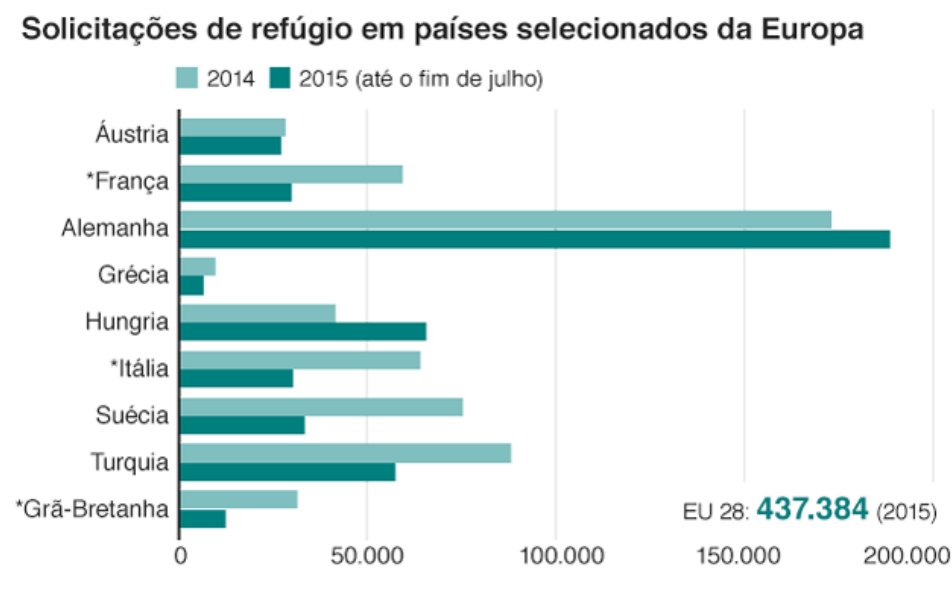
O sujeito do DV aponta como negativa a entrada de refugiados no país, por demandarem auxílios do governo, o que oneraria os cofres públicos. Entretanto, supõe-se que a visão alemã é justamente utilizar a força de trabalho dos refugiados, considerando a já exposta situação sobre a baixa taxa de natalidade no país, o que reduz a mão de obra e preocupa autoridades alemãs. O DV, que parece ir na contramão do que é evidenciado pelas portas abertas da Alemanha, segue, na verdade, a mesma linha. É mobilizado, pelo enunciador do DV, o pré-construído de que refugiados causam prejuízos *se não trabalharem*. Assim, a restrição implica que o interesse da Alemanha parece estar, também, justamente na força de trabalho dos refugiados. Na formação social capitalista, persiste o discurso de que *é cada um por si*, como se o mérito viesse independentemente de existir algum tipo de oportunidade ou fosse livre de preconceitos e estigmas. Com base no que foi discutido até aqui, é possível afirmar, em relação às Formações Imaginárias que perpassam o DV, que, se os refugiados *quisessem*, não precisariam dessa ajuda financeira, assim como não é uma *obrigação* de países Europeus fornecerem abrigo a eles, já que a situação em que se encontram os refugiados e suas consequências *não são um problema da Alemanha*. Entretanto, quando a entrada de refugiados passa a ser útil, deixa de ser uma situação negativa e passa a apresentar vantagens para o país.

---

<sup>20</sup> A pesquisa foi divulgada pelo Gatestone Institute.

O gráfico a seguir ilustra a situação da Alemanha em relação ao número de solicitações de asilo em relação a outros países da Europa, o que corrobora com o que foi dito acima.

FIGURA 07: GRÁFICO QUE APRESENTA SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO EM PAÍSES SELECIONADOS DA EUROPA



FONTE: BBC

O sujeito do DV dá destaque ao país: *A Alemanha*, cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão, *vive uma situação cada vez mais complicada*. Nesta SD, o funcionamento discursivo resulta do modo como se articula a materialidade linguística a partir das orações subordinadas adjetivas. O trecho mencionado acima pode ser dividido:

- (1) A Alemanha vive uma situação cada vez mais complicada.
- (2) A Alemanha teve um passado nazista e este contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão.

Numa leitura linear, a oração subordinada substantiva adjetiva explicativa (*cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão*) teria simplesmente um papel acessório, de acrescentar uma informação de que, possivelmente, os leitores já teriam conhecimento. Contudo, em uma análise discursiva, não

há o que não signifique: se não seria preciso dizer o que é, em tese, acessório, por que se diz, então? A proposição incidente estabelece, pela ordem do discurso, uma relação de causa: é como se a Alemanha se visse em uma situação complicada, atualmente, em relação aos refugiados, em razão de seu passado nazista. Os motivos já expostos, de necessidade de autojustificação no cenário mundial, reforçam as ações contemporâneas de acolhimento de refugiados, cuja crise se relaciona, de alguma forma, ao Holocausto, ou seja, o sentido se estabelece pelo que significa na história

A oração relativa, que é o enunciado encaixado, “não dispõe, enquanto tal, de nenhuma independência, na medida em que funciona como dispositivo de engendramento de um nome (efeito de pré-construído) referido a um objetivo de um “mundo” preexistente” (PÊCHEUX, 2016, p. 228). Assim, a oração relativa *cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão*, de caráter aparentemente secundário, representa e aciona, na verdade, reflexos de um passado que não é esquecido, especialmente por conta dos encontros entre história e memória, materializados pela língua. A proposição incidente, então, retoma um saber que transforma o significado da dita oração principal, no caso, o fato de a Alemanha viver uma situação cada vez mais complicada. Não é *qualquer* país que vive uma situação peculiar, nem mesmo é *qualquer* situação complicada: o país, que já viveu momentos emblemáticos antes, vive hoje episódios que exigem olhares e atitudes delicados, e toda a razão disso é abarcada em uma proposição incidente, que irrompe no fio do discurso processos de significação para a proposição de base.

O fato de que a supressão da explicativa não destrói em nada o sentido da proposição de base marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base (PÊCHEUX, 2009, p. 101, *itálicos do autor*).

O uso do verbo *acabar*, no presente do indicativo, e a expressão *por força de diferentes leis*, relacionados ao passado nazista da Alemanha, materializam a insatisfação do sujeito do discurso com as políticas de imigração e com o acolhimento aos refugiados, uma vez que o país se veria em uma espécie de *obrigação* de recebê-los e de fornecer o auxílio necessário como uma forma de retratação pelo que ocorreu anos atrás.

Por estar divulgado numa revista, a mais vendida do país, produz o efeito de sentido de que, de fato, é *a verdade*, ou seja, “a forma *como* a revista diz o que diz [...] parte de uma suposição de que a imprensa tem um poder de retratar o mundo por meio de uma linguagem transparente, poder suposto pelo [...] acobertamento de que os sujeitos (jornalistas) também

são atravessados pela ideologia” (ZANELLA, 2012, p. 50). Entretanto, não há neutralidade nem mesmo *verdades* no que é veiculado, mas sim representações, como aponta Ferreira (2010, p. 79): “os media desempenham um importante papel na construção das representações/imagens do migrante. A forma como abordam a temática pode condicionar [...] e conduzir a práticas de exclusão, discriminação, racismo e xenofobia”.

Diante do que foi exposto até aqui, é perceptível que a realidade em que vivem os refugiados e migrantes é complexa e envolve fatores sociais, políticos, históricos e religiosos que se repetem de geração em geração. Por essa razão, estabeleceu-se, neste trabalho, uma relação entre o atentado ao semanário *Charlie Hebdo*, o fato de muitos muçulmanos serem migrantes, descendentes de migrantes ou nativos que vivem como se fossem migrantes e a morte do menino sírio Aylan Kurdi. Todas essas situações foram, por meio de gestos de interpretação, em face do objetivo da pesquisa, interligadas por estarem relacionadas às mesmas questões polêmicas: migração, religião, discurso do ódio, intolerância e mídia. A charge publicada pelo próprio *Charlie Hebdo* sobre a morte de Aylan uniu materialmente os dois fatos e possibilitou a constituição de um liame de sentido, que será abarcado em nossas análises.

### 3.3 CARTA MAIOR: O ATRAVESSAMENTO DE SABERES DO DISCURSO RELIGIOSO E A DEFESA DA CENSURA À MÍDIA

#### 3.3.1 *Je ne suis pas Charlie, eu não sou Charlie*: análise das SDs

Aylan Kurdi, de três anos, foi encontrado morto em uma praia, na Turquia, em setembro de 2015, quando, juntamente com seus pais e seu irmão, fazia uma travessia de Kobane, na Síria, numa tentativa arriscada de entrar na Europa. Familiares de Aylan, no Canadá, solicitaram asilo para a família síria às autoridades norte-americanas, mas o pedido foi negado pelo país. A foto de Aylan, sem vida, foi destaque na mídia em todo o mundo, tornando-se símbolo da crise dos refugiados e motivando muitos cidadãos, jornalistas ou não, a escreverem sobre o episódio. A morte do menino e seu registro fotográfico foram ressignificados e se entrelaçaram, por meio da memória e da história, com tantos outros episódios de ódio e de discurso de ódio. Em contraste a isso, alguns veículos de comunicação buscaram manifestar apoio à causa dos refugiados e tristeza pela morte de Aylan, conforme é representado por SD recortada da coluna publicada na revista eletrônica *Carta Maior*:

**SD 08:** O pequenino sírio de 3 a 4 anos jaz afogado na praia, pálido e ainda com suas roupinhas de criança. [...] Ayslan Kurdi é seu nome. Sua mãe e seu irmãozinho também morreram. O pai não pôde segurá-los e lhês escaparam das mãos, tragados pelas águas (grifos nossos).

O DCM é construído de forma emotiva, sentimental, utilizando marcas linguísticas que fazem usualmente referência ao universo infantil, como o uso dos diminutivos. Para Bechara (2009, p. 140), uma das funções das formas diminutivas é a associação ao carinho, como ocorre no texto do sujeito do DCM. É instintivo do ser humano que, ao conversar com uma criança, transforme a voz, deixando-a mais aguda e com ênfases, assim como de utilizar os termos no diminutivo. Por mais que, nesta primeira SD, o enunciador do DCM não esteja se dirigindo diretamente ao menino, como em uma carta, há uma antecipação do que o interlocutor poderia pensar/sentir - no caso, compaixão -, o que é intensificado com a linguagem infantilizada. Isso acontece também porque o sujeito do DCM inscreve-se na FD cristã, o que motiva o discurso da compaixão, da bondade, da piedade.

Considerando que a seleção do léxico também significa, pode-se afirmar que as palavras “pequenino”, “roupinhas”, “irmãozinho” não foram selecionadas à toa para estarem no diminutivo. Uma vez que os três termos estão diretamente ligados à infância, à emoção e ao próprio Aylan, trazem mais apelo sentimental do que se outras palavras fossem grafadas no diminutivo, como “praia” ou “criança”, haja vista que os sentidos constituídos nesses casos poderiam alterar a significação de todo o texto. Há ainda que destacar que os vocábulos grifados estão acompanhados por determinantes - *o pequenino, suas roupinhas, seu irmãozinho* -, o que fortalece o vínculo de cada palavra em destaque com Aylan, aproximando também o interlocutor do menino sírio.

Na mídia são constantemente divulgados casos de tragédias sobre a guerra da Síria e sobre as travessias dos refugiados, agrupando-os e transformando-os em estatísticas, em números, sem apresentá-los, de fato, em sua individualidade, o que desumaniza o episódio e distancia o interlocutor da realidade de milhares de pessoas em situação de crise. Acionando essa situação em seu discurso, o enunciador do DCM, de forma breve e direta, apresenta aos leitores a identidade do menino, *Ayslan*<sup>21</sup> *Kurdi é seu nome*, ressaltando, mais uma vez, o vínculo afetivo que estabeleceu com a história de Aylan.

A mãe e o irmão do menino também não sobreviveram à travessia, o que é enunciado como um aspecto secundário à morte de Aylan, não ganhando o mesmo destaque que a

<sup>21</sup> Neste texto, o menino sírio é apresentado como *Ayslan*. Assim, nas SDs extraídas desta coluna, essa grafia será mantida.

criança fotografada, já que ela, por meio da ressignificação midiática, não é apenas *mais uma* vítima da história, mas sim um dos seus *símbolos*, que ficou gravado na história como um acontecimento em evidência. O pai de Aylan conseguiu sobreviver, e é apontado pelo sujeito-colunista como um *quase* herói, que tentou salvar a família, mas *não pôde segurá-los e lhes escaparam das mãos, tragados pelas águas*, isto é, a circunstância em que se encontravam impediu o pai - homem, posição vista historicamente nas sociedades patriarcais como sujeito figura chefe da família, com o dever de protegê-la - de salvar os filhos e a esposa. Esse trecho da SD não difere do restante dela: a escrita é narrativa, quase poética, e faz parte do apelo emocional construído pelo sujeito do DCM.

Diferentemente da SD 08, na SD 09 o enunciador do DCM se dirige diretamente a Aylan, como é possível perceber pelo uso do vocativo *Querido Aylan*:

**SD 09:** Querido Aylan: você fugia dos horrores da guerra na Síria, onde tropas do presidente Assad, apoiado pelos ricos Emirados árabes, lutam contra soldados do cruel Estado Islâmico, esse que degola a quem não se converte à sua religião, tristemente apoiado pelas forças ocidentais da Europa e dos Estados Unidos. Imagino que você tremia ao som dos aviões supersônicos que lançam bombas assassinas. Não dormia de medo de que sua casa voasse pelos ares em chamas.

Aylan e o sujeito do DCM não se conheciam, mas as condições de produção de todo o episódio proporcionaram ao enunciador do DCM um sentimento de compaixão pelo menino, de modo a gerar um efeito de proximidade, o qual passou a representar a situação de toda uma nação que busca por refúgio por enfrentar uma guerra de anos. São apresentadas suposições em relação à vida de Aylan enquanto vivia com a família em Kobane, oriundas de pré-construídos sobre a guerra e a paz, inclusive a adjetivação sobre a rotina da criança encontra-se marcada por situações enquadradas em um viés negativo (*“horrores”, “cruel”, “assassinas”*).

São apresentadas algumas das condições de produção da situação de guerra vivida pela Síria no que tange a quem está por trás dos conflitos: de um lado, o presidente sírio, Assad, com o apoio dos *ricos* Emirados Árabes - adjetivação que fortalece a ideia de poder, de força, de potência, que assume aqui sentido negativo, haja vista que o dinheiro é utilizado para fins de guerra; de outro, o *cruel* Estado Islâmico, o qual levanta a emblemática questão da intolerância religiosa, apoiado pela Europa e pelos Estados Unidos. Por mais que o vocativo seja Aylan, o direcionamento de seu discurso é aos interlocutores brasileiros. O sujeito do

DCM evoca parte das condições de produção agora quebrando a ideia maniqueísta, já que, pelas marcas linguísticas como a adjetivação, não há lado *bom*, apenas dois lados em busca de poder; assim, é feita uma crítica a todos os envolvidos. Não são mencionadas todas as motivações da guerra, apenas a questão religiosa acionada por conta do Estado Islâmico, pois o foco está nas consequências dos conflitos na vida do menino e, conseqüentemente, de todos os outros sírios que vivem nessas condições.

Destaca-se que a adjetiva explicativa (*que degola a quem não se converte à sua religião*) cumpre aqui função discursiva de elucidar um aspecto visto como negativo pela FD em que se inscrevem *Carta Maior* e o enunciador do DCM: o fanatismo religioso do Estado Islâmico e seus desdobramentos. O sujeito do DCM fala do lugar de colunista, mas também de cristão que não aprova o desrespeito às crenças do outro, nem mesmo de imposições de ordem religiosa. Entre tantos saberes sobre o Estado Islâmico que poderiam ser citados, a FD dita o que deve ser enunciado; no caso, o destaque, por meio do uso da relativa, é para a contrariedade de uma conversão religiosa imposta.

Na SD 10, o discurso é novamente direcionado a Aylan. Um dos fatores destacados pela mídia e pelas autoridades internacionais, além do choque cultural, é a diferença da língua. Como percebido no DV, as variações linguísticas são rejeitadas por algumas FDs, já que, por meio da língua, em uma formação social capitalista, são estabelecidas relações de força e de poder. Em oposição ao que foi visto anteriormente, o discurso do enunciador do DCM, apoiado e disseminado por *Carta Maior*, aponta como desnecessária uma compreensão linguística entre as crianças de origens distintas, pois ressalta que a linguagem entre meninos e meninas é universal.

**SD 10:** E  você, querido Ayslan, podia brincar alegremente na rua com coleguinhas cuja língua você não entende, mas nem precisa, porque vocês, crianças, têm uma linguagem que todos, os meninos e meninas, entendem (grifos nossos).

É destacada, na SD 10, a compreensão entre crianças - sendo elas de mesma classe, raça, etnia e origem ou não - de forma diferente como foi feito pelo DV. As crianças europeias e as crianças refugiadas, que eram linguística e discursivamente separadas por *Veja*, são colocadas em um mesmo conjunto pelo sujeito do DCM. Ao chamá-los de *coleguinhas*, mais uma vez fazendo uso do diminutivo para se referir ao universo infantil e fazendo uso de elementos de emotividade, desprezam-se quaisquer diferenças de língua e de situação



histórico-social. Questionamos, então, algo que há muito vem sendo discutido em diferentes teorias: qual é a função essencial da linguagem?

Em relação ao tema, Pêcheux (2009, p. 83) fala sobre a “divisão sob a aparência da unidade”, que se encaixa no cenário analisado, já que a língua alemã não é homogênea como parece afirmar o enunciador do DV:

a expressão ‘instrumento de comunicação’ deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse ‘instrumento’ permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a *não-comunicação*, isto é, autoriza a **divisão sob a aparência da unidade**, em razão do fato de não estar se tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido. (PÊCHEUX, 2009, p. 83, itálicos do autor, grifos nossos).

Ainda, Pêcheux (2009, p. 82) aponta que “o fato de que a língua [...] seja ‘indiferente’ à divisão de classes e à sua luta não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política”. Os enunciadores do DCM e do DV enxergam o uso da língua de formas distintas. Como foi visto, o sujeito do DCM não considera as possíveis dificuldades, como preconceito e xenofobia, no momento de interlocução entre as crianças, enquanto o enunciador do DV destaca-as não só como empecilhos, mas como *contaminadores* de uma suposta língua pura.

A SD 11 retorna ao fato da morte do menino, e nele é acionado o discurso de ordem religiosa. Destaca-se que o enunciador do DCM posiciona-se enquanto sujeito não só cristão, mas respaldado pela posição de teólogo.

**SD 11:** Você não pôde chegar a um lugar de paz. Mas agora, apesar de toda a tristeza que sentimos, sabemos que você, tão inocente, chegou a um paraíso onde pode enfim brincar, pular e correr por todos os lados na companhia de um Deus que um dia foi também menino, de nome Jesus [...]. E vai jogar futebol com você; você vai poder pegar no colo um gatinho e correr atrás de um cachorrinho. [...] Você não morreu, meu querido Ayslan. Foi viver e brincar num outro lugar, muito melhor (grifos nossos).

Pode-se dizer que, no discurso cristão, há a constituição do sujeito por meio da interpelação por um ser considerado elevado, superior. Há respaldo, mesmo em estados laicos, para o discurso religioso, uma vez que crenças pessoais, quando ligadas a instituições históricas, como a igreja, fazem parte de dizeres autorizados e respeitados socialmente. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 242), discurso religioso é “aquele em que fala a voz de Deus: a

voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”. Assim, quando disseminado o discurso religioso, é constituída uma rede de significações, como acontece a partir da SD 11.

A crença cristã indica que, após a morte física, as *boas almas*, de bom coração, iriam para o paraíso, local de paz, tranquilidade, livre de pecados e maldades, ou seja, lugar oposto ao que vivia o menino sírio. As aberturas de sentido do discurso do enunciador do DCM, assim como as adjetivações utilizadas, enquadram Aylan e as crianças em geral em uma esfera de inocência, de pureza, o que os direcionaria, após a morte, segundo a crença cristã, para o paraíso. Assim, a morte da criança seria apenas carnal, mas seu espírito estaria vivendo em outro lugar - o paraíso - considerado  *muito*  melhor. O intensificador indica discursivamente que há preferência pela vida pós-morte, entretanto, não se nega a tristeza sentida pela partida da criança (*apesar de toda a tristeza que sentimos...*). Observa-se, então, o choque entre o terreno e o superior, em uma relação complexa e, por vezes, até mesmo contraditória. O uso da primeira pessoa do plural (*sentimos, sabemos*) insere o enunciador do DCM em um grupo, o qual não é delimitado por ele. Quem sente? Os cristãos? Todos sentem? A escolha lexical manifesta o esquecimento nº 2, como se houvesse apenas esta forma de dizer o que se diz.

A SD 12 também reproduz o discurso cristão. É utilizado o recurso dos questionamentos para demonstrar insatisfação com a rejeição europeia aos refugiados, acionando já-ditos e evocando a memória religiosa para legitimar o posicionamento defendido.

**SD 12:** Por que a maioria dos países não querem receber os refugiados do terror e da guerra? [...] Gente que quer ser recebida como gente, sem ameaçar ninguém. Apenas quer viver o seu jeito de venerar Deus e de se vestir como sempre se vestiu. Não foram suficientes dois mil anos de cristianismo para fazer os europeus minimamente humanos, solidários e hospitaleiros? Ayslan, o pequeno sírio, morto na praia é uma metáfora do que é a Europa de hoje: prostrada, sem vida, incapaz de chorar e de acolher vidas ameaçadas. Não ouviram eles tantas vezes que quem acolhe o forasteiro e o perseguido está anonimamente hospedando Deus? (grifos nossos).

A situação histórica de fuga de cidadãos em busca de asilo na Europa fez com que se cristalizasse na sociedade um imaginário negativo em relação ao que representam os refugiados e a quem de fato são essas pessoas. São, muitas vezes, agrupados em um único

bloco, como se o laço do refúgio que os une também apagasse toda a individualidade de cada um desses cidadãos. O sujeito do DCM faz referência a essa realidade quando afirma que são *gente que quer ser recebida como gente*, salientando a oposição com a condição humana, já que, em vez de uma multidão necessitada, autoridades enxergam refugiados como uma manada faminta que dará prejuízos, como uma ameaça à segurança, às vagas de empregos, aos cofres públicos, à língua, aos valores e à suposta *pureza* de seus povos.

Saberes de algumas FDs de que a fé e o amor divino dignificam o ser humano e o tornam melhor é mobilizado como se essa ideia fosse compartilhada, por meio do interdiscurso, como se fosse algo da ordem do universal, isto é, como se fosse inacreditável e quase impossível que 2000 anos de cristianismo não tenham transformado os homens, tocado seus corações. E por essa falta de sentimento cristão e humanitário por parte dos cidadãos e das autoridades alemãs, o enunciador do DCM coloca o menino sírio como um símbolo e relaciona o continente europeu a essa ausência de vida, de esperança, de hospitalidade, o que, diferentemente do que aponta o DV, o sujeito do DCM não coloca a Europa em posição de superioridade aos refugiados. O enunciador do DCM ainda sustenta a proposição de acolhimento a partir da discursividade bíblica (Mt 25, 35.43) para dar um motivo aos europeus, que, para ele, parece *óbvio*, para acolher os refugiados: “cada forasteiro que bate à nossa porta é ocasião de encontro com a Jesus Cristo, que Se identifica com o forasteiro acolhido ou rejeitado de cada época”. Diante disso, a estrutura pergunta negativa presente na SD é um chamado à identificação e materializa a contradição observada: o discurso cristão de amor *versus* a prática dos europeus não condizente com aquilo que dizem.

O sujeito do DCM aponta a contradição no interior da FD, já que, nela, é algo *claro* que as crenças, ritos e práticas religiosas de todos devem ser respeitados nas circunstâncias que forem. Entretanto, para outras FDs não é isso que ocorre. Na França, em 2014, foi confirmada uma lei que proíbe o uso, em locais públicos, de acessórios que cubram o rosto, como capacetes e capuz, o que acaba por ferir a liberdade religiosa de muçulmanas que usam burca e o niqab, vestimentas cujas diferenças são abordadas abaixo. Por mais que tenha havido tentativas por parte dos fiéis do Islamismo de alterar a lei acima citada, o governo francês foi firme e manteve a decisão, o que comprova o cenário conflituoso entre muçulmanos na Europa, seja com a população, seja com a liberdade religiosa, seja com a liberdade de imprensa, como também se viu na repercussão do caso *Charlie Hebdo*.

FIGURA 08: TIPOS DE VÉUS ISLÂMICOS



FONTE: G1.com

Em contraste ao sentimento de revolta percebido na SD 12, a SD 13 demonstra esperança, potencializada com a imagem de Aylan, na acolhida dos refugiados.

**SD 13:** Querido Ayslan, que a sua imagem estirada na praia nos suscite o pouco de humanidade que sempre resta em nós, uma réstea de solidariedade, uma lágrima de compaixão que não conseguimos reter em nossos olhos cansados de ver tanto sofrimento inútil, especialmente, de crianças como você. Ajude-nos, por favor, senão a chama divina que tremula dentro de nós, pode se apagar. E se ela se apagar, então afundaremos todos, pois sem amor e compaixão nada mais terá sentido neste mundo (grifos nossos).

O DCM, mais uma vez, demonstra ter bases na ordem religiosa. A esperança, sentimento valorizado e reforçado por instituições cristãs, assim como pelo imaginário de que “a esperança é a última que morre”, é vinculada à imagem de Aylan, uma vez que o episódio da morte do menino sírio, especialmente nas circunstâncias em que aconteceu, tornou-se uma espécie de “choque de realidade” aos olhos do DCM, o que poderia, ainda em tempo, colocar um fim na crise de refugiados. A materialidade linguística apresentada é, novamente, dividida em polos: “*humanidade*”, “*solidariedade*”, “*compaixão*”, “*chama divina*” e “*amor*”, mesmo que apresentados em seu *quase* esgotamento (“*pouco*”, “*sempre resta em nós*”, “*réstea*”), haja vista que ainda há *esperança*, contrapõem-se a “*cansados*”, “*sofrimento inútil*”, “*apagar*”, “*afundar*”, isto é, sentimentos considerados nobres, pregados por instituições religiosas, em contraste a uma seleção lexical que indica exaustão e quase impotência diante

dos episódios. A relação de condição estabelecida entre o léxico - desde que haja os sentimentos descritos no primeiro polo, não haverá o sofrimento apresentado pelos termos do segundo polo - faz parte do funcionamento discursivo, uma vez que é assim dito por conta da FD em que o sujeito e o periódico se inscrevem.

### 3.3.2 *O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar e pensar: análise das SDs*

O sujeito do DCM, diferentemente do sujeito do DV, indica que não aprova as publicações satíricas de *Charlie Hebdo*, nem mesmo a liberdade de expressão em que o periódico se respalda. Logo no início de seu texto, o sujeito do DCM já indica seu posicionamento enquanto sujeito cristão, como se pode constatar a partir da SD 14.

**SD 14:** Em primeiro lugar, eu condeno os atentados do dia do 7 de janeiro. Apesar de muitas vezes xingar e esbravejar no meio de discussões, sou um cara pacífico. [...] Não acho que nenhum dos cartunistas “mereceu” levar um tiro. Ninguém merece. A morte é a sentença final, não permite que o sujeito evolua, mude. Em momento nenhum, eu quis que os cartunistas da Charlie Hebdo morressem. Mas eu queria que eles evoluíssem, que mudassem (grifos nossos).

A seleção verbal, nesta SD, é significativa. Condenar, xingar, esbravejar, merecer, mudar e evoluir são as pistas linguísticas para a constituição dos sentidos do discurso e giram em torno de outro verbo: morrer. Arelados à memória, à história aos já-ditos presentes no interdiscurso, tornam-se parte de uma rede de sentidos embasada nos saberes religiosos. Há na Bíblia uma passagem que diz que todo pecado será perdoado, com exceção do pecado contra o Espírito Santo<sup>22</sup>. De acordo com uma das análises cristãs, esse pecado está relacionado ao arrependimento: pecadores arrependidos serão perdoados. Nesse sentido, o ato de evoluir mencionado e desejado pelo enunciador do DCM pode ser entendido como arrependimento dos cartunistas pelas publicações que ofenderam os muçulmanos, a depender do lugar de leitura. Assim, eles deveriam continuar em vida para terem a oportunidade de se arrependerem, o que, para a FD cristã, significaria evolução.

<sup>22</sup> “Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada. Se alguém disser uma palavra contra o Filho do Homem, ser-lhe-á perdoado, mas se disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem nesta era, nem na outra” (Mateus 12,31-32).

A questão do merecimento ou não merecimento de algo, cristalizada socialmente, é mencionada de forma cautelosa. O uso das aspas indica a tentativa de isenção da responsabilidade pelo que foi dito, uma vez que afirmar que alguém *mereceria* levar um tiro iria de encontro aos Direitos Humanos, os quais são assegurados pelo periódico *Carta Maior*. Apesar de os cartunistas terem agido de forma contrária ao defendido pelo sujeito do DCM, tais atos não representariam uma atitude passível de morte, o que mais uma vez indica o posicionamento cristão, já que o enunciador do DCM condena a pena de morte. Assim, devido ao efeito do esquecimento, há a ilusão do sujeito de escolher o que diz e de controlar o sentido, isto é, uma tentativa de justificar que não era a favor da morte, mesmo sendo contrário às atitudes dos cartunistas.

O enunciador do DCM afirma que, *em primeiro lugar*, condena os atentados. A ênfase dada ao enunciado acaba deixando como secundárias outras interpretações possíveis para o texto, das quais o sujeito do DCM tenta se defender, como se houvesse a possibilidade de transparência/objetividade na língua. O sujeito do DCM acessa também o domínio da antecipação, já que antecipa que poderia haver julgamentos por parte do outro pelos seus dizeres e se defende previamente. Destaca-se também que esse funcionamento processa-se entre as ordens do consciente e do inconsciente. Logo no início do texto, o sujeito do DCM tenta se justificar e afirma ser *pacífico*, termo que estaria em oposição às características atribuídas, por meio das aberturas de sentido, aos responsáveis pelo atentado. Para a FD na qual se inscreve seu discurso, ser um sujeito pacífico, aparentemente, tem como sentido manter o equilíbrio, ponderar antes de dizer ou agir de alguma forma; isto é, ser um sujeito pacífico, então, seria o *desejável* pela FD, que reproduz o discurso bíblico de que, se alguém te bater em uma face, deve-se oferecer também a outra, e aí se encontra a razão pela qual o enunciador do DCM justifica-se por não se manter completamente pacífico em meio a discussões (“*Apesar de muitas vezes xingar e esbravejar no meio de discussões, sou um cara pacífico*”). Assim, o sujeito do DCM, sob o efeito do esquecimento, acredita ser origem daquilo que diz, não se dando conta que está, na verdade, reproduzindo discursos já-ditos.

Na SD 15, observa-se que o enunciador do DCM contextualiza a repercussão do atentado para, então, apresentar sua não concordância com a *#JeSuisCharlie*, que ganhou espaço nas redes sociais e nos cartazes de manifestantes, já que seu discurso é atravessado por uma posição ideológica a favor da igualdade entre classes, crenças e povos. Assim, o sujeito do DCM afirma aquilo que é permitido, já que apoiar as publicações de *Charlie Hebdo* iriam contra a FD que sustenta o discurso da *Carta Maior*, a que está vinculado.

**SD 15:** Após o atentado, milhares de pessoas se levantaram no mundo todo para protestar contra os atentados. Eu também fiquei assustado, e comovido, com isso tudo. Na internet, surgiu o refrão para essas manifestações: Je Suis Charlie. E aí a coisa começou a me incomodar. A França tem 6,2 milhões de muçulmanos. São, na maioria, imigrantes das ex-colônias francesas. Esses muçulmanos não estão inseridos igualmente na sociedade francesa. A grande maioria é pobre, legada à condição de “cidadão de segunda classe”. Após os atentados do World Trade Center, a situação piorou (grifos nossos).

As condições de produção dos protestos apresentadas pelo enunciador do DCM estão relacionadas especialmente à vida dos muçulmanos na França, uma vez que, para ele, do lugar em que se encontra, as manifestações seguiram um rumo equivocado: mesmo tendo ficado assustado e *comovido*, ele não estaria *satisfeito* com os ataques e com a morte dos cartunistas, sua proposta não era de defender o *Charlie Hebdo*, uma vez que se inscreve em uma FD que não é favorável à liberdade de imprensa sem censura.

Entretanto, quando a comoção pública assumiu o posicionamento de eximir a responsabilidade do *Charlie Hebdo*, o enunciador do DCM apresenta, no contexto do episódio, argumentos que tentam amenizar a responsabilidade que a população atribuiu aos muçulmanos pelo atentado: *esses muçulmanos não estão inseridos **igualmente** na sociedade francesa. A **grande maioria** é pobre, legada à condição de ‘**cidadão de segunda classe**’*. Assim, o uso de intensificadores linguísticos, mesmo sem a presença de dados estatísticos, tenta mostrar a realidade dos fiéis do Islamismo que, para ele, foi ignorada pelos defensores do *Charlie Hebdo*, mas constantemente reafirmada e disseminada pelo periódico francês por meio das charges publicadas.

O episódio do World Trade Center, acontecido em 2001, é mencionado pelo sujeito do DCM como sendo o estopim para a situação agravar-se. Após esse atentado, foi fortalecida a relação feita pelos cidadãos europeus entre muçulmanos e terroristas, ou seja, todos são vistos como potenciais criminosos, imaginário que foi se cristalizando e agrupando todos os muçulmanos em um mesmo setor de marginalização e preconceito. Para, mais uma vez, tirar do Islamismo e de seus seguidores o estereótipo de fanatismo e a própria culpa pelo ataque, o enunciador do DCM fala sobre intolerância, como se vê na SD 16.

**SD 16:** As charges polêmicas do Charlie Hebdo são de péssimo gosto, mas isso não está em questão. O fato é que elas são perigosas, criminosas até, por dois motivos. O primeiro é a intolerância. Na religião muçulmana, há um princípio que diz

que o profeta Maomé não pode ser retratado, de forma alguma. [...] Esse é um preceito central da crença Islâmica, e desrespeitar isso desrespeita todos os muçulmanos. Fazendo um paralelo, é como se um pastor evangélico chutasse a estátua de Nossa Senhora para atacar os católicos (grifos nossos).

Não há discurso neutro, nem mesmo publicações midiáticas livres de ideologias, ou seja, tanto *Charlie Hebdo* quanto os periódicos brasileiros, como *Carta Maior* e *Veja*, reproduzem discursos já-ditos, de acordo com as FDs em que se inscrevem, acionando memórias e materializando por meio da língua pré-construídos que circulam socialmente, reforçando o ciclo de fortalecimento de imaginários nem sempre positivos. O discurso do enunciador do DCM indica a não aceitação dos imaginários contra os muçulmanos disseminados pelo *Charlie Hebdo*, apontando que as charges *são de péssimo gosto*, **mas** *isso não está em questão*. Entretanto, se não estivesse mesmo em questão, não seria mencionado. A conjunção *mas* utilizada é uma marca linguística que significa discursivamente: mais do que transmitir uma ideia adversativa, como prega a gramática tradicional, ela materializa o posicionamento de uma FD. Nada é dito ingenuamente. É enfatizado que as charges não seriam *simplesmente* de péssimo gosto, ao olhar do sujeito do DCM, para fazer apenas o público rir e, logo, serem esquecidas, mas sim que são *perigosas* e *criminosas*, ou seja, não foi apenas o atentado do Estado Islâmico que foi *criminoso*, as charges também foram, e *primeiro*, o que coloca sobre o próprio *Charlie Hebdo* a culpa pelo atentado.

Considerando que o enunciador do DCM inscreve-se em uma FD religiosa, que condena o desrespeito às crenças, ele menciona o princípio do Islamismo de que Maomé não poderia ser retratado de forma alguma, apontando que *Charlie Hebdo* desrespeitou os seguidores do profeta - não só o Estado Islâmico, mas todos os fiéis, o que, para a FD em questão, não é aceitável. É intensificado aquilo que diz ao levar o caso para a realidade brasileira, uma forma de tentar convencer quem lê de que ele estaria *certo*, dizendo a *verdade*, ilusão que acomete o sujeito: seria uma situação similar a um ataque de um pastor evangélico à estátua de *Nossa Senhora*, que ele escreve assim, com iniciais maiúsculas, reforçando o viés ideológico cristão (católico) que constitui seu discurso.

Os sentidos efetivados pelos enunciados da SD não são sentidos quaisquer, mas aqueles delimitados pelo que pode e deve ser dito a partir das FDs. Por isso, o perigo mencionado pelo enunciador do DCM refere-se às consequências de charges como as de *Charlie Hebdo*, que ele descreve em seu texto, como visto na SD 17.



**SD 17:** Mas existe outro problema, ainda mais grave. A maneira como o jornal retratava os muçulmanos era sempre ofensiva. Os adeptos do Islã sempre estavam caracterizados por suas roupas típicas, e sempre portando armas ou fazendo alusões à violência (quantos trocadilhos com “matar” e “explodir”...). [...] Nem sempre existe um signo claro que indique que aquele muçulmano é um desviante, já que na maioria dos casos é só o desviante que aparece.

Pelo olhar ideológico de *Carta Maior*, compartilhado pelo enunciador, as charges do *Charlie Hebdo* eram *sempre* ofensivas, o que ultrapassa os limites, por eles estabelecidos, da liberdade de imprensa. O advérbio *sempre* tantas vezes mencionado na SD é significativo: o enunciador do DCM está condenando uma generalização fazendo outras generalizações. Não haveria, portanto, como absolver *Charlie Hebdo* da constatação de que marginalizavam os muçulmanos, visto que *sempre* agiam da mesma forma discriminatória. O fato de o periódico francês utilizar a mesma linguagem para retratar indivíduos radicais e os outros fiéis é visto pelo sujeito do DCM como algo que fortalece nos cidadãos, especialmente nos europeus, o sentimento de rejeição ao Islamismo e a seus seguidores, pois as publicações do periódico francês constantemente uniam a sátira e o humor ácido à cultura muçulmana e aos casos de terrorismo.

O que não é levado em consideração pelo enunciador do DCM é que as charges não foram vistas como ofensivas por todos: para algumas FDs, o que há na revista é apenas humor, como se faz com tantos outros grupos sociais. Além disso, não é apenas a mídia que reproduz discursos; a própria sociedade, por meio de atitudes e dizeres cotidianos, discrimina pessoas e culturas. Assim, *Charlie Hebdo* estaria mostrando para os cidadãos aquilo que eles mesmos fazem, condenando, então, uma possível hipocrisia social. Ainda, o sujeito do DCM demonstra crer numa linguagem transparente, clara e objetiva, ao afirmar que *nem sempre existe um **signo claro** que indique que aquele muçulmano é um desviante*. Não há signos claros, isso porque qualquer signo pode ser visto como desviante por uns e não desviante por outros. A própria noção de *desviante* não é unânime: os sentidos são constituídos e reconstituídos de acordo com as FDs.

**SD 18:** Os quadrinhos, capas e textos da *Charlie Hebdo* promoviam a Islamofobia. Como toda população marginalizada, os muçulmanos franceses são alvo de ataques de grupos de extrema-direita. Esses ataques matam pessoas. Falar que “Com uma caneta eu não degolo ninguém”, como disse Charb, é hipócrito. Com uma caneta se prega o ódio que mata pessoas.

[...] Bater na população islâmica da França é covarde. É bater no mais fraco (grifos nossos).

O termo *covardia* foi utilizado no DV para adjetivar a forma como os muçulmanos responsáveis pelo ataque agiram em relação ao *Charlie Hebdo*. Aqui, na SD 18, em um discurso permeado por outras FDs, a mesma característica é atribuída justamente ao grupo oposto, no caso, ao *Charlie Hebdo*, que é associado também a “Islamofobia”, “extrema-direita”, “ataques que matam pessoas”, “hipocrisia” e “ódio”. A seleção lexical diz muito, uma vez que são enunciados similares aos vistos nos discursos de *Veja*, mas que apresentam sentidos contrastantes. De acordo com a inscrição ideológica do enunciador do DCM, “o mais fraco” não eram os cartunistas na redação como dizia o DV, mas sim a população muçulmana caracterizada como “marginalizada” e “alvo de ataques”. As *vítimas* da situação, em cada coluna, por conta dos lugares em que os enunciadores se encontram e as FDs que constituem seus discursos, não são as mesmas; consequentemente, as supostas causas do atentado também não.

O sujeito do DCM aponta que *os muçulmanos franceses são alvo de ataques de grupos de extrema-direita*, mas em momento algum coloca que os cartunistas foram alvo de ataques de grupos de extremistas religiosos. O Estado Islâmico não é condenado pelo enunciador do DCM e por *Carta Maior*, mas também não é absolvido. Se os ataques com as canetas matam pessoas e são condenados, por que os ataques do Estado Islâmico ao *Charlie Hebdo* não o são? As lacunas semânticas deixam espaço para a compreensão de que se tenta *justificar* o atentado, como se houvesse um motivo que explicasse a atitude do Estado Islâmico, assim como também é visto a partir da SD 19.

**SD 19:** Uma das defesas comuns ao estilo do Charlie Hebdo é dizer que eles também criticavam católicos e judeus. [...] O fato do Charlie Hebdo desrespeitar outras religiões não é atenuante, é agravante. Se as outras religiões não reagiram a ofensa, isso é um problema delas. Ninguém é obrigado a ser ofendido calado. “Mas isso é motivo para matarem os caras!?”. Não. Claro que não. Ninguém em sã consciência apoia os atentados. [...] Mas é fato que o atentado poderia ter sido evitado. Bastava que a justiça francesa tivesse punido a Charlie Hebdo no primeiro excesso. Traçasse uma linha dizendo: “Desse ponto vocês não devem passar”. “Mas isso é censura”, alguém argumentará. E eu direi, sim, é censura. [...] Nem toda censura é ruim (grifos nossos).

O enunciador do DCM coloca que *é fato que o atentado poderia ter sido evitado*, se a justiça francesa tivesse limitado as publicações do jornal, traçando uma linha limite. E então, levanta-se a questão: qual seria o limite? Satirizar “um pouco” seria permitido? Quais seriam os critérios? O DCM parece apresentar uma solução vaga ao problema, visto que até mesmo a lei francesa de liberdade de expressão gera múltiplas interpretações, uma vez que não há transparência linguística: não se pode incitar o ódio, a discriminação e a violência, segundo ela. Para *Charlie Hebdo*, isso não aconteceu; para os muçulmanos, a discriminação foi clara e ofensiva - inclusive, este foi o mesmo posicionamento adotado pelo portal de esquerda brasileiro, o qual afirmou que *nem toda censura é ruim*. Nas palavras de Orlandi (2002), censura, neste caso, não representaria

um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. [...] A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala (ORLANDI, 2002, p. 76).

Há, entretanto, um silenciamento por parte do DCM: está subentendido que, se *nem toda censura é ruim*, há censuras ruins e censuras benéficas, as quais não são definidas, demonstrando que, quando é conveniente à ideologia em questão, deve-se censurar. No caso, como as publicações de *Charlie Hebdo* são contrárias ao posicionamento de *Carta Maior*, seria conveniente censurá-las. Ao enunciar que o fato de o periódico francês desrespeitar também outras religiões é agravante, e não atenuante, o DCM retoma o já-dito de que os muçulmanos *exageraram* e que outras religiões também haviam sido satirizadas. Mas a afirmação de que, *se as outras religiões não reagiram à ofensa, é um problema delas*, entende-se mais uma vez que há, de certa forma, apoio ao fato de os muçulmanos terem revidado, o que vai contra a ideologia de não violência defendida pelo DCM.

O enunciador do DCM antecipa a fala de um possível interlocutor, como estratégia discursiva para reforçar seu ponto de vista: “*mas isso é motivo para matarem os caras!?*”. A resposta está na própria coluna. *Não. Claro que não. Ninguém em sã consciência apoia os atentados*. Esta última fala deixa implícito que, se ninguém em sã consciência apoia os atentados, os próprios atiradores não estariam, então, em sã consciência. Além disso, há uma falha no discurso: *ninguém é obrigado a ser ofendido calado*, nas palavras do sujeito do DCM, mas *ninguém em sã consciência apoia os atentados*. De que forma, então, era esperado que os muçulmanos tivessem reagido? Não é dito. O silêncio, neste caso, abre espaço para suposições. O que não é dito também significa.

Para a AD, os posicionamentos assumidos pelos sujeitos são identificados a partir do gesto de análise dos enunciados, que mostra como pelo funcionamento da língua materializam-se diferentes posições. Vale dizer que a interpretação varia de acordo com a inscrição do dizer em uma determinada FD e não em outra, ou seja, as interpretações possíveis variam de acordo com as FDs, mas não há brecha para que *se entenda aquilo que se quer*, porque o sentido pode ser múltiplo, mas não qualquer um. Por conta da possibilidade da deriva, os locutores também não controlam os efeitos de sentido, mesmo acreditando que o fazem.

### 3.4 CHARLIE HEBDO E AYLAN KURDI: RELAÇÕES QUE VÃO ALÉM DO DISCURSO

Como visto nos capítulos e tópicos anteriores, os dois casos - *Charlie Hebdo* e *Aylan Kurdi* - ficaram marcados na história por serem considerados tragédias, mas também por terem resultado em diferentes atitudes e discursos, os quais disseminaram ódio, preconceito, apoio à censura e outros sentimentos com impactos sociais. As charges publicadas no periódico *Charlie Hebdo*, sobre a morte do menino sírio, uniram materialmente os dois episódios, o que também teve repercussão na sociedade por meio de distintos efeitos de sentido constituídos, os quais são de interesse desta análise.

FIGURA 09: CHARGE PUBLICADA NO *CHARLIE HEBDO* SOBRE A MORTE DO MENINO AYLAN KURDI



FONTE: *Charlie Hebdo*, setembro de 2015 (Reprodução/Twitter)

*A prova de que a Europa é cristã: os cristãos caminham sobre as águas, as crianças muçulmanas afundam. (Tradução nossa)*

A charge acima, publicada pelo *Charlie Hebdo*, possibilita uma vasta interpretação, visto que há interdiscursividades que unem saberes de ordem religiosa e saberes que envolvem as condições de produção históricas e imediatas da Europa e da crise dos refugiados. O semanário apoia-se no discurso religioso, trazendo para a charge o conhecimento bíblico de que Jesus andou sobre as águas, para fazer uma sátira em relação à morte do menino sírio Aylan Kurdi, que foi encontrado sem vida em uma praia na Turquia. Ao enunciar “A prova de que a Europa é cristã”, há a mobilização de dois implícitos: 1) o questionamento acerca de a Europa ser cristã ou não (pressuposto, da ordem da língua); 2) o de que há uma “batalha” interna na Europa entre cristãos e muçulmanos, considerando todo o contexto histórico e de presença muçulmana no território europeu, além de ser esta a religião

à qual pertencia Aylan, retratado na charge (subentendido, da ordem da interpretação e da história).

Além disso, ao ilustrar um homem cuja imagem se aproxima da imagem descrita sobre Jesus, *Charlie Hebdo* o retratou de forma distinta do que narra o discurso bíblico: ele não está com olhar sereno ou buscando prestar ajuda, emanando fé, mas com expressão de indiferença caminhando sobre as águas enquanto Aylan estaria afundando, assim como age a maior parte dos europeus, inclusive as autoridades europeias, que ocupam lugares de cristãos e cristãs, mas tratam os muçulmanos e os refugiados de forma preconceituosa e excludente, assumindo uma posição de superioridade. A crítica feita aos cristãos, então, se dá nesse sentido: Jesus, representação maior do cristianismo, caminhar sobre as águas, e Aylan, símbolo muçulmano e da crise de refugiados, afundar, é uma representação do que a Europa seria. Enquanto os europeus cristãos vivem com dignidade, *caminhando sobre as águas*, os muçulmanos afundam, seja nos mares, como aconteceu com Aylan e acontece com tantos outros refugiados em travessia, seja na rotina diária, em que não são aceitos, são criticados, marginalizados, afundados em um mar de preconceito e de estereótipos socialmente cristalizados, o que ressalta a contradição na Europa entre discurso *versus* prática.

*Charlie Hebdo* resgata a memória discursiva para traçar paralelos com outros episódios históricos e torná-los piadas, seja para ridicularizar as religiões, seja para materializar os efeitos de sentido já cristalizados na sociedade – como o preconceito dos europeus em relação aos muçulmanos, sejam eles de origem europeia ou não, já que esse é um dos sentidos possíveis de serem apreendidos por essa charge.

O efeito de sentido produzido pelo contraste entre os verbos *caminham* e *afundam*, intransitivos, utilizados na charge, é forte: não foram *selecionados* à toa. Sem que o semanário planeje, inscreve-se na ordem da discursividade bíblica, de um certo modo, ainda que não plenamente. A memória discursiva acionada pela publicação da charge traz à tona um embate de forças ideológicas e de já-ditos que são constantemente revividos e ressignificados.

Há uma questão bastante complexa em relação à identidade religiosa da Europa, especialmente por abranger outros aspectos que vão além de crenças: extremismo, medo, discurso de ódio e cultura de povos. É visível que não há uniformidade naquilo que se acredita, o que não é diferente do que acontece em outros territórios. O que é destacado na Europa é a forma como um imaginário construído pela junção de terrorismo, mídia e preconceito julga e marginaliza todo o povo muçulmano que vive em um entrelugar constante.

Nesse sentido, de volta à análise da charge, por que a Europa seria cristã e não muçulmana? Pelo olhar de *Charlie Hebdo*, porque a Europa não acolhe de forma igualitária os refugiados muçulmanos, como Aylan, o que poderia ter salvado sua vida, nem mesmo considera a população muçulmana como cidadãos legítimos. Com isso, um sentido possível que se apreende é que *Charlie Hebdo* poderia estar de fato criticando o governo Europeu por fechar as portas para refugiados e muçulmanos. Outra interpretação que cabe na charge é a de que o periódico não se compadece com a morte do menino e com a situação enfrentada por determinados povos, por isso, satiriza os acontecimentos visando vender o humor ácido, considerando a formação social capitalista em que se vive. Para quem lê a partir de uma perspectiva cristã, o sentido é um; de uma perspectiva muçulmana, é outro... E, assim, os sentidos vão se constituindo de acordo com o lugar social e as FDs de quem lê, já que, por mais que haja tentativa de controles de sentido, não há como cercear os sentidos e as interpretações que podem ser apreendidas.

*Charlie Hebdo*, com essa charge, retoma saberes de ordem religiosa, que são conhecidos, visto que estão presentes no interdiscurso, independentemente de serem seguidores da crença ou não, para fortalecer a ideia de que a Europa não é muçulmana, mas, talvez, nem cristã, uma vez que *Charlie Hebdo* parece “escancarar” a hipocrisia dos europeus que se dizem cristãos por meio da charge. Colocar em evidência duas das principais religiões do mundo para debater assuntos historicamente polêmicos, problemas sociais, como a crise dos refugiados, guerras santas e fluxos migratórios, demonstra a forma como o discurso é rico e pode significar tanto com tão poucas palavras.

Outras charges com a mesma temática também foram publicadas por *Charlie Hebdo*, como é possível ver a seguir:

FIGURA 10: CHARGE PUBLICADA NO *CHARLIE HEBDO* SOBRE A MORTE DO MENINO SÍRIO



FONTE: *Charlie Hebdo*, janeiro de 2016 (Reprodução/Twitter)

*O que o pequeno Aylan poderia ter se tornado se tivesse crescido? Um apalpador de bundas na Alemanha. (Tradução nossa)*

Mais uma vez, *Charlie Hebdo* une diferentes episódios polêmicos e históricos em uma mesma publicação de viés satírico. Veiculada em 14 de janeiro, a charge faz referência ao caso de abusos sexuais ocorridos em festas de fim de ano em 2015, no centro de Colônia, na Alemanha, sendo que os acusados pelas agressões eram majoritariamente de origens estrangeiras, fato que motivou o periódico francês e outros periódicos, assim como os próprios cidadãos europeus, a fortalecerem o estigma aos migrantes e refugiados.

Na charge, são postos em relação a Alemanha e - país que mais acolheu refugiados - e o próprio grupo dos refugiados, representados pelo menino Aylan. A crítica feita por *Charlie Hebdo* abre espaço para distintas interpretações. Se a Europa aceita a entrada de migrantes e refugiados, e episódios negativos, como os abusos em massa, acontecem causados por esses estrangeiros, haveria, então, uma *justificativa* para que não houvesse a aceitação ou para que a



população pudesse demonstrar sua insatisfação com os cidadãos abrigados, como se estivessem certos em recusar as entradas, haja vista que estariam prevenindo *riscos*. O estereótipo negativo que cerca os refugiados e migrantes em geral recai inclusive sobre uma criança que se encaixa, pela abertura de sentidos vista também nas outras análises, em um eixo de inocência, ou seja, que não apresentou motivos para ser alvo de preconceito. Vale destacar nesta análise que o próprio Estado Islâmico critica o fato de refugiados muçulmanos buscarem asilo em países europeus, pois o continente é considerado um ambiente de luxúria. O choque entre esses imaginários sociais (refugiados abusadores *versus* europeus luxuriosos) é oriundo das também opostas FDs, uma vez que *Charlie Hebdo* inscreve-se em uma FD de indiferença às religiões e o Estado Islâmico, em uma FD de extremismo religioso.

Além disso, uma vez que a morte de Aylan foi considerada como de responsabilidade dos europeus por tantos outros países, a união dos episódios pela charge possibilita inferir que, por esse lado, não teria sido ruim a morte do menino, já que, se tivesse crescido, poderia ter se tornado mais um dos migrantes e refugiados que assediam mulheres europeias, gerando revolta e crises internas.

O que não é mencionado na charge, entretanto, é o histórico de migrantes e refugiados no país que obtiveram sucesso em suas vidas profissionais e pessoais, que também serviriam de exemplo para a vida que Aylan poderia ter, assim como tantas outras crianças estrangeiras em busca de asilo, paz e possibilidade de crescimento. Como feito em outras publicações, *Charlie Hebdo* reproduz a imagem do desviante como se fosse uma regra para todos os migrantes e refugiados, inclusive para aqueles que nem tiveram a oportunidade de crescer e chegar até a Europa, como Aylan. O discurso reproduzido pelo periódico francês também não parece considerar que nativos europeus também assediam mulheres, assim como também são responsáveis por situações preocupantes em qualquer Estado. A falta de oportunidades, de acolhida, de vida digna para esse grupo marginalizado de pessoas, causa de tantos problemas sociais, também não é citada pelo periódico, que não demonstra preocupação em reproduzir discursos preconceituosos e fortalecer estereótipos socialmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atentado ao *Charlie Hebdo*, na França, e a morte do menino sírio Aylan Kurdi, na Turquia, casos emblemáticos, marcaram o ano de 2015. Os episódios trouxeram à tona aspectos por vezes ignorados que envolvem a intolerância religiosa, a liberdade de imprensa e a crise de refugiados. Sabe-se que religiões ainda são alvo de ataques, a imprensa continua presa a uma linha tênue entre a liberdade e a censura, refugiados permanecem numa situação crítica, por vezes desumana. O que se destacou nesses cenários, afinal? Que marcas esses dois episódios tão significativos deixaram na história e na memória?

Como mencionado na Introdução deste trabalho, muito foi e é dito *sobre* os dois eventos a partir de diferentes FDs, a partir de diferentes lugares e posições. Alguns *culpam* migrantes, outros *acusam* muçulmanos, vários *ignoram* a situação dos refugiados, há aqueles que *condenam* quem se respalda em liberdades: religiosa, de imprensa, de expressão. Nesse aglomerado de supostas culpas e culpados, algo se repete: o discurso de ódio. As histórias se entrelaçam por fios discursivos vistos por nossos gestos de interpretação. Cartunistas franceses do *Charlie Hebdo*, profissionais veteranos, de um lado; Aylan Kurdi, menino sírio de apenas três anos, de outro. O que teriam em comum, além de terem sido destaque midiático no ano de 2015? Os polêmicos e históricos temas sociais que os envolvem e que são discursivizados a todo instante. Esses discursos eram o interesse desta pesquisa: que sentidos se constituíam? Quais as relações estabelecidas entre os dois casos e suas repercussões?

As SDs e charges selecionadas como *corpus* materializam discursividades várias: religiosa, preconceituosa, meritocrática, xenofóbica, política. As colunas opinativas e as charges não versam apenas sobre dois episódios. Elas carregam em si saberes acionados da memória discursiva, que são ressignificados a cada vez que são disseminados. Os sujeitos enunciadorees escrevem a partir das orientações ideológicas das linhas editoriais dos periódicos, mas não há sentido óbvio ou que não possa ser contestado em seus dizeres: a língua é o suporte do discurso, e é nesse encadeamento que se percebe a ideologia. Cabe nesse contexto ressaltar que os sentidos produzidos passam pelo filtro da ideologia que se manifesta na linguagem.

No decorrer do trabalho e das análises, a partir das condições de produção, percebemos a memória discursiva ecoando: pré-construídos sobre muçulmanos, migrantes e refugiados são constantemente acionados e reproduzidos. Enquanto o enunciador do discurso *Veja* (DV) fala a partir de um lugar x (linha editorial neoliberal, tendência política à direita, defensora da meritocracia), o da *Carta Maior* fala a partir de um lugar y (tendência política à

esquerda, que busca por igualdade social). O discurso midiático, legitimado e considerado como o *discurso da verdade*, o qual molda e forma opiniões, dissemina dizeres que buscam condenar uns e inocentar outros, a partir de uma visão praticamente maniqueísta, como se houvesse os “bons” e os “maus”, os “culpados” e os “inocentes” - papéis esses que se invertem entre os sujeitos de acordo com o que ideologicamente dita a FD.

Procuramos evidenciar como, sobre um mesmo episódio, um imaginário de valorização da estratificação social, de crença em línguas puras e de apoio à liberdade de imprensa perpassa o DV, enquanto um imaginário de busca por sociedade igualitária, de mistura de povos e classes e de restrição à liberdade de imprensa em favor da liberdade religiosa atravessam os dizeres do discurso de *Carta Maior* (DCM). Percebemos que o DV parece culpar fluxos migratórios e fanatismo religioso pelo atentado ao *Charlie Hebdo*; já o DCM deposita a culpa da situação aos cartunistas, que não respeitaram *limites* na liberdade de imprensa, assim como responsabiliza o governo francês, que não *censurou* o periódico. Em ambos os periódicos, por conta das diferentes ideologias que perpassam seus discursos, são reforçados estereótipos sobre migrantes, refugiados, muçulmanos e liberdade (religiosa, de imprensa, de expressão), que se perpetuam e se cristalizam não só como discurso, mas também como atitudes que hostilizam, que repudiam, que condenam, que excluem.

As condições de produção dos episódios são também materializadas no DV, no DCM e no DCH. Refugiados, quando abrigados, tornam-se força de trabalho, mas isso não quer dizer que sejam *acolhidos*; migrantes nem sempre são considerados cidadãos de fato, pois nem mesmo, por vezes, têm o direito de fazer uso e de compreender “uma língua que deve ser sua, mas que não é nem sua... Como pode ocorrer isso?” (ZANDWAIS, 2012, p. 181). Muçulmanos não são alvos de piada apenas na revista e seus direitos à liberdade religiosa são cortados até *pela tangente*, com leis *gerais*, mas que no fundo prejudicam apenas um grupo seletivo, marginalizado.

As charges do *Charlie Hebdo* utilizam a imagem de Aylan Kurdi, mas não versam apenas sobre ele. Versam sobre um cenário complexo, denso, emblemático e polêmico que envolve crenças religiosas, crises históricas e pré-construídos que circulam na mídia e na vida em sociedade. *Charlie Hebdo* realmente acredita que Aylan poderia ter se tornado um *abusador de mulheres* ou apenas critica este pensamento da população europeia? *Charlie Hebdo* satiriza muçulmanos ou só escancara midiaticamente o quanto esse grupo vive à margem? Esses sentidos não estão no *Charlie Hebdo*, mas nas leituras feitas a partir de diferentes lugares, considerando todas as condições de produção das situações em questão.

A materialidade linguística dá pistas para a compreensão do funcionamento discursivo: adjetivação, orações relativas, generalização por meio de construções adverbiais e seleção lexical foram alguns dos recursos utilizados pelos sujeitos enunciadoreis do discurso em busca de controle de sentidos, como se houvesse objetividade e transparência na língua. Por meio dessas marcas, observamos a inscrição dos sujeitos e periódicos em ordens de distintos saberes, o que faz parte da constituição de sentidos dos enunciados. Enquanto o sujeito do DV buscava evidenciar que os cartunistas de *Charlie Hebdo* estavam respaldados pela liberdade de imprensa e que o real responsável pelo ataque era o fanatismo dos fiéis muçulmanos, o sujeito do DCM culpava o *Charlie Hebdo* pelo desrespeito às crenças religiosas do outro, assim como condenava o governo francês por não ter censurado os excessos do periódico francês. Os sentidos apreendidos demonstram que não há obviedade, clareza ou mesmo unicidade de interpretação para um episódio: não há certo e errado quando se fala em ideologia. Há distintos posicionamentos construídos historicamente, que não surgem *aqui e agora*, mas que discursivizam os episódios e a vida em sociedade a partir de FDs em que se inscrevem.

O discurso religioso, também emblemático, é acionado pelo sujeito do DCM como forma de legitimar seus dizeres. Sentimentos como compaixão e compreensão, pregados pela ordem religiosa, foram postos pelo enunciadoreis como razões para que países europeus acolhessem refugiados. Em contraste a isso, o sujeito do DV apoia-se em questões políticas, linguísticas e econômicas, alegando que o *choque de civilizações* acarreta, na verdade, consequências negativas (para os países europeus), visto que a *pureza* da língua é afetada e que a economia é *prejudicada*. Esses contrastes discursivos só reafirmam a filiação dos periódicos em FDs distintas, que enxergam os problemas do mundo e suas soluções com lentes ideológicas por vezes opostas.

O que significa democracia? O que define se alguém *merece* ou não a morte? Qual é a causa, afinal, do atentado ao *Charlie Hebdo*? A Europa é cristã ou muçulmana? Liberdade de imprensa *versus* censura: qual o limite? Não existe, para essas perguntas, uma única resposta, mas existe interpretação para todas elas - e nenhuma é evidente ou óbvia. O atentado ao *Charlie Hebdo* e a morte do menino sírio têm, aos nossos olhos, muito em comum. Todos os grupos envolvidos nos episódios se veem em um entrelugar - ou mesmo em lugar nenhum - pois, mesmo que nasçam na Europa, de alguma forma são deixados de lado, tornando-se estatísticas. Poucos casos, como o de Aylan, tornam-se, momentaneamente, destaque a nível mundial, razão de compaixão e reflexão. Entretanto, não se soluciona a questão, que continua caótica.

A situação dos migrantes, refugiados e muçulmanos e a complexa liberdade de imprensa são temas amplos, analisados aqui a partir de um recorte, de uma representação. É por meio dessa porção pequena de dizeres disseminados que pudemos observar como se constituem e se repetem alguns sentidos em histórias que se relacionam, de uma forma ou de outra. O que se enfatiza é que não há como fechar esses sentidos, nem tratar as análises realizadas como respostas: não há completude no discurso.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. S. de *et al.* **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

AL-SHEHA, Abdurrahman. **A mensagem do islam.** [S.l.: S.n].

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

AMARAL, M. Virgínia Borges. **O avesso do discurso:** análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEALS, Emma. **O trigo como arma de guerra na Síria.** Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/78zaqb/o-trigo-como-arma-de-guerra-da-siria](https://www.vice.com/pt_br/article/78zaqb/o-trigo-como-arma-de-guerra-da-siria)>. Acesso em: 29 maio 2017.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRANDÃO, H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político.** O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

DIAZ, Ricardo. **Charges da discórdia:** a liberdade de expressão tropeçando na ética. 20.02.2006. Disponível em: <http://www.duplipensar.net/dossies/crise-dascharges-de-maome/charges-da-discordia-liberdade-de-expressao-tropecando-na-etica.html>>. Acesso em 19/05/2017.

FERREIRA, Susana Raquel de Sousa. **A política de imigração europeia:** instrumento da luta anti-terrorista?. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Nova de

Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em:  
<<https://run.unl.pt/bitstream/10362/5703/1/Dissertação.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

FONTOURA, Elizabeth. **Interdiscurso**: espaço de encontro do factual e do teórico discursivo. Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (II Sead). Porto Alegre. 2005.

GREGOLIN, M. R. **Comunicação, mídia e consumo**: Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. São Paulo, Vol. 4, N. 11, p. 11-25. 2007.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 455 p.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação**: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-33

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

NAVARRO, Pedro. **O pesquisador da mídia**: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do Texto e do Discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni. **A leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 6. ed. Campinas: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução às ciências da linguagem:** discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista:** discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas de discurso. 2.ed. revisada e aumentada. Campinas: Pontes, 2011.

PARREIRA, Carolina G.; BATISTA, V. O. . **Trabalho, Imigração e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.** Direito Internacional dos Direitos Humanos. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 292-309.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** 3ed Campinas: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso:** uma Crítica à Afirmação do Óbvio. São Paulo: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e des-ligação. Tradução de Eni P. Orlandi. In: B. CONEIN, JJ COURTINE, F. GADET, J. M.; MARANDIN; PÊCHEUX, M.; PUL, Lille. **Materialidades discursivas.** Campinas: Pontes, 2016.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

SILVA, Leonardo Gueiros da. **Os ecos do silêncio no discurso midiático:** quando a língua é objeto de notícia. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Linguística, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13266/DISSERTAÇÃO Leonardo Gueiros.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13266/DISSERTAÇÃO%20Leonardo%20Gueiros.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 set. 2017  
VELASCO, S. **Imigração na União Europeia:** uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional. Campina Grande: EDUEPB, 2014.



ZANDWAIS, A. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Ed da UPF, 2012, p. 175-191.

ZANELLA, Alexandre da Silva. **Metrópoles do futuro**: o barulho por trás do ranking da *Veja*. 2012. 118 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2012.

## ANEXO 1 - COLUNAS OPINATIVAS

**O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar e pensar** – Publicada na *Carta Maior*, escrita por Leonardo Boff

O pequenino sírio de 3 a 4 anos jaz afogado na praia, pálido e ainda com suas roupinhas de criança. De bruços e com o rosto voltado ao lado, como quem quisesse ainda respirar. As ondas tiveram piedade dele e o levaram à praia. Os peixes, sempre famintos, o pouparam porque também eles se compadeceram de sua inocência. Ayslan Kurdi é seu nome. Sua mãe e seu irmãozinho também morreram. O pai não pôde segurá-los e lhes escaparam das mãos, tragados pelas águas.

Querido Ayslan: você fugia dos horrores da guerra na Síria, onde tropas do presidente Assad, apoiado pelos ricos Emirados árabes, lutam contra soldados do cruel Estado Islâmico, esse que degola a quem não se converte à sua religião, tristemente apoiado pelas forças ocidentais da Europa e dos Estados Unidos. Imagino que você tremia ao som dos aviões supersônicos que lançam bombas assassinas. Não dormia de medo de que sua casa voasse pelos ares em chamas.

Quantas vezes você não deve ter escutado de seus pais e vizinhos quão temíveis são os aviões não pilotados (drones). Eles caçam as pessoas pelas colinas desérticas e as matam. Festas de casamento, celebradas com alegria, apesar de todo o horror, também são bombardeadas, pois se supõe que no meio dos convidados deverá haver algum terrorista.

Talvez você nem imagina que quem pratica essa barbaridade e está por trás disso tudo, é um soldado jovem, vivendo no Texas num quartel militar. Ele está sentado tranquilo em sua sala diante de imensa tela como de televisão. Através de um satélite mostra os campos de batalha da sua terra, a Síria, ou do Iraque. Conforme a sua suspeita, com um pequeno toque num botão dispara uma arma presa no drone. Nada sente, nada escuta, nem chega a ter pena. Lá no outro lado, a milhares de kms, são mortas subitamente 30-40 pessoas, crianças como você, pais e mães como os seus e pessoas que nada têm a ver com a guerra. São friamente assassinadas. Lá do outro lado, ele sorri por ter acertado o alvo.

Por causa do terror que vem pelo céu e pela terra, pelo pavor de serem mortos ou degolados, teus pais resolveram fugir. Levaram toda a família. Nem pensam em arranjar trabalho. Apenas não querem morrer ou serem mortos. Sonham em viver num país onde não precisam ter medo, onde possam dormir sem pesadelos.

E você, querido Ayslan, podia brincar alegremente na rua com coleguinhas cuja língua você não entende, mas nem precisa, porque vocês, crianças, têm uma linguagem que todos, os meninos e meninas, entendem.

Você não pôde chegar a um lugar de paz. Mas agora, apesar de toda a tristeza que sentimos, sabemos que você, tão inocente, chegou a um paraíso onde pode enfim brincar, pular e correr por todos os lados na companhia de um Deus que um dia foi também menino, de nome Jesus, e que, para não deixá-lo só, voltou a ser de novo menino. E vai jogar futebol com você; você vai poder pegar no colo um gatinho e correr atrás de um cachorrinho; vocês vão se entender tão bem como se fossem amigos desde sempre; juntos vão fazer desenhos coloridos, vão rir dos bonecos que fizerem e vão contar histórias bonitas, um ao outro. E se sentirão muito felizes. E veja que surpresa: lá estará também seu irmãozinho que morreu. E sua mãe vai poder abraçá-lo e beijá-lo como fazia tantas vezes.

Você não morreu, meu querido Ayslan. Foi viver e brincar num outro lugar, muito melhor. O mundo não era digno de sua inocência.

E agora deixe que eu pense com meus botões. Que mundo é esse que assusta e mata as crianças? Por que a maioria dos países não querem receber os refugiados do terror e da guerra? Não são eles, nossos irmãos e irmãs, habitando a mesma Casa Comum, a Terra? Esses refugiados não cobram nada. Apenas querem viver. Poder ter um pouco de paz e não ver os filhos chorando de medo e saltando da cama pelos estrondos das bombas. Gente que quer ser recebida como gente, sem ameaçar ninguém. Apenas quer viver o seu jeito de venerar Deus e de se vestir como sempre se vestiu.

Não foram suficientes dois mil anos de cristianismo para fazer os europeus minimamente humanos, solidários e hospitaleiros? Ayslan, o pequeno sírio, morto na praia é uma metáfora do que é a Europa de hoje: prostrada, sem vida, incapaz de chorar e de acolher vidas ameaçadas. Não ouviram eles tantas vezes que quem acolhe o forasteiro e o perseguido está anonimamente hospedando Deus?

Querido Ayslan, que a sua imagem estirada na praia nos suscite o pouco de humanidade que sempre resta em nós, uma réstea de solidariedade, uma lágrima de compaixão que não conseguimos reter em nossos olhos cansados de ver tanto sofrimento inútil, especialmente, de crianças como você. Ajude-nos, por favor, senão a chama divina que tremula dentro de nós, pode se apagar. E se ela se apagar, então afundaremos todos, pois sem amor e compaixão nada mais terá sentido neste mundo.

De Leonardo Boff, um vovô de um país distante que já acolheu muitos de seu país, a Síria, e que se compadeceu com sua imagem na praia e lhe fizeram escapar doloridas lágrimas de compaixão.

**Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico “Charlie Hebdo” na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial — e infelizmente deve reforçar o sentimento anti-islâmico e anti-imigrantes na União Europeia** – Publicada na *Veja*, escrita por Ricardo Setti

O cruel e covarde ataque de fanáticos assassinos muçulmanos contra o semanário satírico francês *Charlie Hebdo*, provocando a morte de 12 pessoas, inclusive de quatro cartunistas idolatrados na França, já é considerado o maior atentado contra a imprensa livre desde a II Guerra Mundial na Europa.

Infelizmente, os criminosos partidários da barbárie e absolutamente incapazes de conviver com qualquer tipo de liberdade de expressão que, em sua visão distorcida, possa ferir dogmas nos quais acreditam — como os autores desse atentado —, só vêm reforçar o crescente sentimento anti-islâmico na Europa que, por extensão, se estende e acaba se confundindo com uma forte hostilidade a imigrantes em geral.

É desinformado quem imagina que boa parte dos movimentos desse tipo, como o que vem crescendo na Alemanha, é composto de radicais racistas de direita ou de extrema direita. Não, cada vez mais pessoas de bom nível educacional, que votam em partidos da chamada “direita civilizada” — ou seja, inteiramente conformes aos padrões da democracia —, de centro, de centro-esquerda e mesmo de esquerda estão participando de manifestações contra o que consideram excesso de liberalidade na admissão indiscriminada de estrangeiros em países europeus.

A Alemanha, cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão, vive uma situação cada vez mais complicada: só no ano passado, mais de 200 mil refugiados, sobretudo da guerra civil na Síria, ingressaram em seu território, e a maior parte deles, por força de diferentes leis, acabam fazendo jus a ajudas e subsídios dos cofres públicos.

Em geral muito pouco qualificados profissionalmente, com dificuldades imensas para adaptar-se à cultura ocidental e para aprender o idioma, essas pessoas, majoritariamente muçulmanas, acabam permanecendo indefinidamente no país graças a grupos de pressão

vários, inclusive defensores dos direitos humanos, dificultando a adoção de políticas de imigração dos governos destinadas a preencher necessidades específicas da sociedade.

Essa imigração não planejada tem levado a situações inusitadas e complexas — por exemplo, a convivência com os filhos de imigrantes, sobretudo em bairros periféricos, tem levado milhares de jovens alemães a não mais dominarem sua própria língua corretamente. Em escala menor, o mesmo se dá na vizinha Áustria, na França, na Itália e na Espanha — onde a jornalista e escritora Pilar Rahola, conhecida defensora dos direitos humanos e militante de esquerda, chegou a escrever um livro intitulado *A República Islâmica da Espanha*, em que denuncia a pregação radical de clérigos em mesquitas país afora.

Lamentavelmente, também, a ponte entre a Europa e o Islã que poderia significar o ingresso da Turquia na União Europeia está sendo implodida pelo regime crescentemente radical, autoritário e liberticida do presidente turco Recep Erdogan e seu Partido da Justiça e Desenvolvimento, islâmico moderado cada vez menos moderado.

O “choque de civilizações”, tantas vezes anunciado e tantas vezes negado, lamentavelmente está à vista, e suas consequências só podem ser muito, muito ruins.

**Je ne suis pas Charlie, eu não sou Charlie** – Publicada na *Carta Maior*, escrita por Rafo Saldanha

Em primeiro lugar, eu condeno os atentados do dia do 7 de janeiro. Apesar de muitas vezes xingar e esbravejar no meio de discussões, sou um cara pacífico. A última vez que me envolvi em uma briga foi aos 13 anos (e apanhei feito um bicho). Não acho que a violência seja a melhor solução para nada. Um dos meus lemas é a frase de John Donne: “A morte de cada homem diminui-me, pois faço parte da humanidade; eis porque nunca me pergunto por quem dobramos sinos: é por mim”. Não acho que nenhum dos cartunistas “mereceu” levar um tiro. Ninguém merece. A morte é a sentença final, não permite que o sujeito evolua, mude. Em momento nenhum, eu quis que os cartunistas da Charlie Hebdo morressem. Mas eu queria que eles evoluíssem, que mudassem.

Após o atentado, milhares de pessoas se levantaram no mundo todo para protestar contra os atentados. Eu também fiquei assustado, e comovido, com isso tudo. Na internet, surgiu o refrão para essas manifestações: Je Suis Charlie. E aí a coisa começou a me incomodar.

A Charlie Hebdo é uma revista importante na França, fundada em 1970 e identificada com a esquerda pós-68. Não vou falar de toda a trajetória do semanário. Basta dizer que é

mais ou menos o que foi o nosso Pasquim. Isso lá na França. 90% do mundo (eu inclusive) só foi conhecer a Charlie Hebdo em 2006, e já de uma forma bastante negativa: a revista republicou as charges do jornal dinamarquês Jyllands-Posten (identificado como “Liberal-Conservador”, ou seja, a direita européia). E porque fez isso? Oficialmente, em nome da “Liberdade de Expressão”, mas tem mais...

O editor da revista na época era Philippe Val. O mesmo que escreveu um texto em 2000 chamando os palestinos (sim! O povo todo) de “não-civilizados” (o que gerou críticas da colega de revista Mona Chollet – críticas que foram resolvidas com a saída dela). Ele ficou no comando até 2009, quando foi substituído por Stéphane Charbonnier, conhecido só como Charb. Foi sob o comando dele que a revista intensificou suas charges relacionadas ao Islã – ainda mais após o atentado que a revista sofreu em 2011.

Uma pausa para o contexto. A França tem 6,2 milhões de muçulmanos. São, na maioria, imigrantes das ex-colônias francesas. Esses muçulmanos não estão inseridos igualmente na sociedade francesa. A grande maioria é pobre, legada à condição de “cidadão de segunda classe”. Após os atentados do World Trade Center, a situação piorou. Já ouvi de pessoas que saíram de um restaurante “com medo de atentado” só porque um árabe entrou. Lembro de ter lido uma pesquisa feita há alguns anos (desculpem, não consegui achar a fonte) em que 20 currículos iguais eram distribuídos por empresas francesas. Eles eram praticamente iguais. A única diferença era o nome dos candidatos. Dez eram de homens com sobrenomes franceses, ou outros dez eram de homens com sobrenomes árabes. O currículo do francês teve mais que o dobro de contatos positivos do que os do candidato árabe. Isso foi há alguns anos. Antes da Frente Nacional, partido de ultra-direita de Marine Le Pen, conquistar 24 cadeiras no parlamento europeu...

De volta à Charlie Hebdo: Ontém vi Ziraldo chamando os cartunistas mortos de “heróis”. O Diário do Centro do Mundo (DCM) os chamou de “gigantes do humor politicamente incorreto”. No Twitter, muitos chamaram de “mártires da liberdade de expressão”. Vou colocar na conta do momento, da emoção. As charges polêmicas do Charlie Hebdo são de péssimo gosto, mas isso não está em questão. O fato é que elas são perigosas, criminosas até, por dois motivos.

O primeiro é a intolerância. Na religião muçulmana, há um princípio que diz que o profeta Maomé não pode ser retratado, de forma alguma. (Isso gera situações interessantes, como o filme A Mensagem – Ar Risalah, de 1976 – que conta a história do profeta sem desrespeitar esse dogma – as soluções encontradas são geniais!). Esse é um preceito central da crença Islâmica, e desrespeitar isso desrespeita todos os muçulmanos. Fazendo um paralelo, é

como se um pastor evangélico chutasse a estátua de Nossa Senhora para atacar os católicos. O Charlie Hebdo publicou a seguinte charge:

Qual é o objetivo disso? O próprio Charb falou: “É preciso que o Islã esteja tão banalizado quanto o catolicismo”. Ok, o catolicismo foi banalizado. Mas isso aconteceu de dentro pra fora. Não nos foi imposto externamente. Note que ele não está falando em atacar alguns indivíduos radicais, alguns pontos específicos da doutrina islâmica, ou o fanatismo religioso. O alvo é o Islã, por si só. Há décadas os culturalistas já falavam da tentativa de impor os valores ocidentais ao mundo todo. Atacar a cultura alheia sempre é um ato imperialista. Na época das primeiras publicações, diversas associações islâmicas se sentiram ofendidas e decidiram processar a revista. Os tribunais franceses – famosos há mais de um século pela xenofobia e intolerância (ver Caso Dreyfus) – deram ganho de causa para a revista. Foi como um incentivo. E a Charlie Hebdo abraçou esse incentivo e intensificou as charges e textos contra o Islã.

Mas existe outro problema, ainda mais grave. A maneira como o jornal retratava os muçulmanos era sempre ofensiva. Os adeptos do Islã sempre estavam caracterizados por suas roupas típicas, e sempre portando armas ou fazendo alusões à violência (quantos trocadilhos com “matar” e “explodir”...). Alguns argumentam que o alvo era somente “os indivíduos radicais”, mas a partir do momento que somente esses indivíduos são mostrados, cria-se uma generalização. Nem sempre existe um signo claro que indique que aquele muçulmano é um desviante, já que na maioria dos casos é só o desviante que aparece. É como se fizéssemos no Brasil uma charge de um negro assaltante e disséssemos que ela não critica/estereotipa os negros, somente aqueles negros que assaltam...

E aí colocamos esse tipo de mensagem na sociedade francesa, com seus 10% de muçulmanos já marginalizados. O poeta satírico francês Jean de Santeul cunhou a frase: “Castigat ridendo mores” (costumes são corrigidos rindo-se deles). A piada tem esse poder. Se a piada é preconceituosa, ela transmite o preconceito. Se ela sempre retrata o árabe como terrorista, as pessoas começam a acreditar que todo árabe é terrorista. Se esse árabe terrorista dos quadrinhos se veste exatamente da mesma forma que seu vizinho muçulmano, a relação de identificação-projeção é criada mesmo que inconscientemente. Os quadrinhos, capas e textos da Charlie Hebdo promoviam a Islamofobia. Como toda população marginalizada, os muçulmanos franceses são alvo de ataques de grupos de extrema-direita. Esses ataques matam pessoas. Falar que “Com uma caneta eu não degolo ninguém”, como disse Charb, é hipócrita. Com uma caneta se prega o ódio que mata pessoas.

No artigo do Diário do Centro do Mundo, Paulo Nogueira diz: “Existem dois tipos de humor politicamente incorreto. Um é destemido, porque enfrenta perigos reais. O outro é covarde, porque pisa nos fracos. Os cartunistas do jornal francês Charlie Hebdo pertenciam ao primeiro grupo. Humoristas como Danilo Gentili e derivados estão no segundo.” Errado. Bater na população islâmica da França é covarde. É bater no mais fraco.

Uma das defesas comuns ao estilo do Charlie Hebdo é dizer que eles também criticavam católicos e judeus. Isso me lembra o já citado gênio do humor (sqn) Danilo Gentili, que dizia ser alvo de racismo ao ser chamado de Palmito (por ser alto e branco). Isso é canalha. Em nossa sociedade, ser alto e branco não é visto como ofensa, pelo contrário. E – mesmo que isso fosse racismo – isso não daria direito a ele de ser racista com os outros. O fato do Charlie Hebdo desrespeitar outras religiões não é atenuante, é agravante. Se as outras religiões não reagiram a ofensa, isso é um problema delas. Ninguém é obrigado a ser ofendido calado.

“Mas isso é motivo para matarem os caras!?”. Não. Claro que não. Ninguém em sã consciência apoia os atentados. Os três atiradores representam o que há de pior na humanidade: gente incapaz de dialogar. Mas é fato que o atentado poderia ter sido evitado. Bastava que a justiça francesa tivesse punido a Charlie Hebdo no primeiro excesso. Traçasse uma linha dizendo: “Desse ponto vocês não devem passar”.

“Mas isso é censura”, alguém argumentará. E eu direi, sim, é censura. Um dos significados da palavra “Censura” é repreender. A censura já existe. Quando se decide que você não pode sair simplesmente inventando histórias caluniosas sobre outra pessoa, isso é censura. Quando se diz que determinados discursos fomentam o ódio e por isso devem ser evitados – como o racismo ou a homofobia – isso é censura. Ou mesmo situações mais banais: quando dizem que você não pode usar determinado personagem porque ele é propriedade de outra pessoa, isso também é censura. Nem toda censura é ruim.

Por coincidência, um dos assuntos mais comentados do dia 6 de janeiro – véspera dos atentados – foi a declaração do comediante Renato Aragão à revista Playboy. Ao falar das piadas preconceituosas dos anos 70 e 80, Didi disse: “Mas, naquela época, essas classes dos feios, dos negros e dos homossexuais, elas não se ofendiam.”. Errado. Muitos se ofendiam. Eles só não tinham meios de manifestar o descontentamento. Naquela época, tão cheia de censuras absurdas, essa seria uma censura positiva. Se alguém tivesse dado esse toque nos Trapalhões lá atrás, talvez não teríamos a minha geração achando normal fazer piada com negros e gays. Perderíamos algumas risadas? Talvez (duvido, os caras não precisavam disso



para serem engraçados). Mas se esse fosse o preço para se ter uma sociedade menos racista e homofóbica, eu escolheria sem dó. Renato Aragão parece ter entendido isso.

Deixo claro que não estou defendendo a censura prévia, sempre burra. Não estou dizendo que deveria ter uma lista de palavras/situações que deveriam ser banidas do humor. Estou dizendo que cada caso deveria ser julgado. Excessos devem ser punidos. Não é “Não fale”. É “Fale, mas aguente as consequências”. E é melhor que as consequências venham na forma de processos judiciais do que de balas de fuzis.

Voltando à França, hoje temos um país de luto. Porém, alguns urubus são mais espertos do que outros, e já começamos a ver no que o atentado vai dar. Em discurso, Marine Le Pen declarou: “a nação foi atacada, a nossa cultura, o nosso modo de vida. Foi a eles que a guerra foi declarada” (grifo meu). Essa fala mostra exatamente as raízes da islamofobia. Para os setores nacionalistas franceses (de direita, centro ou esquerda), é inadmissível que 10% da população do país não tenha interesse em seguir “o modo de vida francês”. Essa colônia, que não se mistura, que não abandona sua identidade, é extremamente incômoda. Contra isso, todo tipo de medida é tomada. Desde leis que proíbem imigrantes de expressar sua religião até... charges ridicularizando o estilo de vida dos muçulmanos! Muitos chargistas do mundo todo desenharam armas feitas com canetas para homenagear as vítimas. De longe, a homenagem parece válida. Quando chegam as notícias de que locais de culto islâmico na França foram atacados – um deles com granadas! – nessa madrugada, a coisa perde um pouco a beleza. É a resposta ao discurso de Le Pen, que pedia para a França declarar “guerra ao fundamentalismo” (mas que nos ouvidos dos xenófobos ecoa como “guerra aos muçulmanos” – e ela sabe disso).

Por isso tudo, apesar de lamentar e repudiar o ato bárbaro de ontem, eu não sou Charlie. No twitter, um movimento – muito menor do que o #JeSuisCharlie – começa a surgir. Ele fala do policial, muçulmano, que morreu defendendo a “liberdade de expressão” para os cartunistas do Charlie Hebdo ofenderem-no. Ele representa a enorme maioria da comunidade islâmica, que mesmo sofrendo ataques dos cartunistas franceses, mesmo sofrendo o ódio diário dos xenófobos e islamófobos, repudiaram o ataque. Je ne suis pas Charlie. Je suis Ahmed.